ANA LOLE
ANA CAROLINE GIMENES MACHADO
CRISTIANE MOURA VIEGAS
LUCIANE AMARAL
(ORGS.)

DIÁLOGOS

SOBRE TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA

mórula
EDITORIAL

ANA LOLE
ANA CAROLINE GIMENES MACHADO
CRISTIANE MOURA VIEGAS
LUCIANE AMARAL
(ORGS.)

DIÁLOGOS

SOBRE TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA

mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Mauro Iasi, Márcia Leite e Virginia Fontes

REVISÃO
Antonia Souza

DESIGN
Patrícia Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza — CRB 7/6439

D527

Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia [recurso eletrônico] / organização Ana Lole ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2021.
recurso digital ; 2 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86464-47-4 (recurso eletrônico)

11. COVID-19 (Doenças) — Aspectos sociais. 2. COVID-19 — Serviço social. 3. Política pública. 4. Livros eletrônicos. I. Lole, Ana.

21-71838

CDD: 362.1962414
CDU: 364.2(616.98:578.834)

Rua Teotônio Regadas 26 sala 904
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
/morulaeditorial /morula_editorial

SUMÁRIO

6 INTRODUÇÃO
Trabalho e capitalismo em tempos de pandemia da Covid-19
ANA LOLE • ANA CAROLINE GIMENES MACHADO • CRISTIANE MOURA VIEGAS • LUCIANE AMARAL

13 **O trabalho no capitalismo pandêmico: para onde vamos?**
RICARDO ANTUNES

26 **Precarização do trabalho no cenário pandêmico e seus impactos sobre a classe trabalhadora**
ANA CAROLINE GIMENES MACHADO • INEZ STAMPA

36 **Pandemia da Covid-19 e as alternativas de enfrentamento no Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro**
CRISTIANE MOURA VIEGAS • VALÉRIA PEREIRA BASTOS

47 **Mulheres e pandemia: cuidando de si e das outras**
ANA LOLE • NILZA ROGÉRIA NUNES

55 **Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: questões para o Serviço Social**
MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

67 **Serviço social, racismo e pandemia**
VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

78 **A dimensão educativa no exercício profissional de assistente social: reflexões sobre o trabalho remoto com idosos em cenário pandêmico**
MARIA HELENA DE JESUS BERNARDO • TANIA DE OLIVEIRA

90 **O trabalho de assistentes sociais nas instituições filantrópicas em tempos de pandemia**
ALINE LOURENÇO • PRISCILA AMBROZIO GONÇALVES

103 **Pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil: considerações sobre o trabalho de assistentes sociais na política de assistência social**
LUCIANE AMARAL • MÁRCIA BOTÃO

113 **Estratégias do Centro de Atenção Psicossocial da Uerj para o cuidado em saúde mental no cenário da pandemia**
ANÁLIA DA SILVA BARBOSA

123 SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

INTRODUÇÃO

TRABALHO E CAPITALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

ANA LOLE • ANA CAROLINE GIMENES MACHADO
CRISTIANE MOURA VIEGAS • LUCIANE AMARAL

Esta coletânea surge a partir do Ciclo de Debates "Serviço Social em tempos de pandemia"[1] realizado no segundo semestre de 2020, o qual teve por objetivo refletir sobre o trabalho do Serviço Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais durante a pandemia da Covid-19.

A crise sanitária atual, provocada pela pandemia da Covid-19, enquanto produto de uma crise estrutural evidencia as desigualdades sociais e faz germinar efeitos ainda mais deletérios sobre o mundo do trabalho. Aprofunda a inserção da classe trabalhadora em postos de trabalho cada vez mais precários, informais e terceirizados, leva ao desmonte contínuo dos direitos trabalhistas e, ainda, ao desemprego em larga escala. A crise estrutural do capital é a forma pela qual o sistema capitalista vem se desenvolvendo a partir do final dos anos de 1960. Para Mészáros (2002): "uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo" (p. 797), ou seja, a crise do capital que vivenciamos hoje é "fundamentalmente uma crise estrutural". Assim:

[1] O Ciclo de Debates "Serviço Social em tempos de pandemia" foi realizado entre os dias 13 de outubro e 24 de novembro de 2020, pela plataforma Zoom. Uma atividade em formato de aulas abertas da Disciplina Tópicos Especiais de Serviço Social (SER 2123) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), organizada pela profa. Ana Lole e pelas alunas Ana Caroline Gimenes Machado, Cristiane Moura Viegas e Luciane Amaral. *Playlist* das aulas disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLhLalt42bOYKIZhTFbv-FrrErr0y59pnP

> [...] não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindiquem) a realização de exatamente isso. (Mészáros, 2002, p. 795; grifos do autor).

A crise político-econômica que vem afetando o país tem raízes nas especificidades inerentes ao modo de produção capitalista, situando-se na gênese da relação capital *versus* trabalho. Crise que se instaura nos anos de 1970, acirrando-se em 2008 e, recentemente, agravou-se com a aparição e rápida proliferação em todo o mundo e em larga escala, do novo coronavírus (SARS-CoV-2) desde o início de 2020, com configurações estruturais.

O capitalismo se reinventou como coloca Antunes em seu livro, "Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado" (2020a), buscando formas primitivas de acumulação e exploração do trabalho como ficou evidenciado neste período de pandemia da Covid-19. E nesse contexto o trabalho uberizado ganhou uma proporção maior neste quadro pandêmico, pois além do fato de que ele já estava em curso antes da pandemia, a uberização se tornou uma saída para muitos devido ao distanciamento social adotado como uma das medidas para conter o novo coronavírus.

Neste sentido, a racionalidade voraz do capitalismo monopolista põe em xeque as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora que receia perder seu único meio de subsistência, sua força de trabalho, ao ser impelida a se expor a um vírus invisível, mas mortal. A "patologia da ordem socioeconômica contemporânea", que Chomsky (2020) aponta, é aquela que preserva o lucro em detrimento da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nessa roleta russa de quem pode ficar em casa, trabalhar de casa e preservar-se em casa, quem está com o dedo no gatilho é o Estado, que se configura como "a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição" (Safatle, 2020, p. 228). Como explica Safatle (2020), a prática cotidiana da necropolítica permeia o estado brasileiro há séculos. Outrossim, pode-se decifrá-la como um projeto de sociedade. O governo atual com seu desprezo explícito pela vida humana corrobora para que esse projeto se amplie ainda mais.

A necropolítica, através dos estudos de Achile Mbembe (2018), "pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais" (p. 5). Neste sentido, é importante realizar uma conexão com esse contexto de pandemia, onde o atual governo aparece como "gestor da morte e do desaparecimento", pois negligencia a existência de um vírus que é tão letal e, também, sua responsabilidade enquanto garantidor de direitos, dentre eles, o direito à saúde pública.

Vivemos um momento histórico sem precedentes para a humanidade e, tal como afirma Gomes (2020, p. 116), "o Brasil está doente. Sem uma política pública unificada para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, colecionamos índices crescentes de mortalidade". Essa enfermidade não está somente no aumento exponencial dos óbitos, colocando o país em um *status* vergonhoso de mais de 500 mil mortes. Essa dura realidade vem de encontro com a postura do atual governo federal que insiste em uma prática de desqualificação da ciência, única fonte que realmente pode contribuir para a contenção das inúmeras perdas humanas.

Antunes (2020b) salienta que houve um aumento do empobrecimento e miserabilidade populacional para a parcela mais precária da classe trabalhadora, a qual se inseriu em plataformas digitais de trabalho como último recurso para atenuar o sabor amargo do desemprego exacerbado com a pandemia. Observa-se assim, uma precarização estratégica dos direitos sociais.

O sistema ultraneoliberal capitalista não admite que a economia pare. Ainda que o preço para isso sejam as vidas dos trabalhadores e das trabalhadoras assalariadas, que vivenciam um impasse diário: retomar o trabalho correndo todos os riscos funestos, ou perecer sem ter como se alimentar, pois o parco auxílio governamental não é suficiente para todas as suas necessidades. Sem contar a burocracia para pleiteá-lo.

A pandemia revela o quanto essa crise sanitária mundial serve para a eliminação de um determinado segmento populacional, desconsiderando aqueles que produzem a riqueza no país. Antunes (2020b) afirma que os postos de trabalho considerados mais informais e precários são ocupados por negros, imigrantes e mulheres. Os aspectos no mundo do trabalho contemporâneo se apresentam com marcas profundas de deterioração ampliada dos empregos formais articulados ao desmonte gradativo dos direitos do trabalho. A conjuntura pandêmica, ainda em curso, denota que seus efeitos deletérios poderão causar danos irreversíveis à classe trabalhadora.

Antunes (2020b) vislumbra que ainda podemos ter uma nova era de revoltas, como tivemos nas jornadas de 2013, visto que a agressividade de uma crise tende a provocar

um descontentamento amplificado, possibilitando o surgimento de embates sociais. Enquanto formos parte de uma sociedade de classes, somos impelidos a continuar lutando para que cada conquista alcançada não se desfaça.

No campo social, a pandemia da Covid-19 provocou inúmeras transformações impondo uma nova forma de viver em sociedade. Ficamos cada vez mais distantes fisicamente e convivendo com a dificuldade de manter as inúmeras normas sanitárias, por conta de todo abandono estrutural da população mais empobrecida no tocante à questão do saneamento básico e água encanada, que acaba dificultando o cotidiano desses sujeitos sociais. Dessa forma:

> Estima-se que 31 milhões de pessoas não tenha acesso a uma rede de distribuição de água, algo comum nas favelas. Diante desse quadro aterrador, as Nações Unidas preveem que o adensamento populacional, agravado por meios de transporte lotados e sistema de coleta de lixo deficiente, tornam o impacto do vírus ainda mais preocupante (Costa, 2020, p.165).

Esse abismo na qualidade de vida da população mais fragilizada economicamente, com o agravamento das desigualdades sociais, traz sofrimento à parcela dos mais vulneráveis cuja precariedade de suas condições de vida tem efeitos na sua sobrevivência.

Todavia, a solidão, como uma das consequências do isolamento social, tem impactado no equilíbrio emocional. Desse modo, a pandemia ataca de forma violenta a sociedade como um todo, e tais consequências serão percebidas em longo prazo.

Neste sentido, a pandemia tem implicações econômicas, sociais e emocionais, e todo esse conjunto se intensifica com uma política de Estado que não atende a população. E em meio a tantas incertezas, vivemos dias sombrios com agravamento da questão social e com impactos que tem aprofundado ainda mais a realidade historicamente desigual da sociedade brasileira. Portanto, o combate ao novo coronavírus precisa ser articulado com políticas sociais que atendam às necessidades sociais da população.

E desta forma, a atenção à população segue a passos lentos no que se refere a ações que realmente atendam a demanda emergencial que o contexto pandêmico impõe, tanto no âmbito de políticas públicas voltadas ao combate e ao agravamento das desigualdades sociais quanto no que diz respeito a maior eficácia nas ações de vacinação populacional. Neste sentido temos em curso um modelo de Estado que afirma categoricamente que "o *lockdown* é o caminho do fracasso, vai quebrar o Brasil" (Gomes, 2020, p. 118) e desta forma, a sociedade está diante de inúmeros desafios sociais que tem sua ligação estreita com a saúde da população.

Importa registrar, ainda, que nesse cenário pandêmico com o registro de mais de 500 mil vidas ceifadas, a população pobre e preta é a mais afetada, pois não acessa recursos para viver dignamente. Sem água potável e saneamento básico, dentre outras mazelas, experimenta condições precárias de higiene e de habitabilidade, pois não consegue minimamente viver em um espaço mais arejado. De acordo com Gomes e Paixão (2020), o vírus em si, "pode contagiar qualquer um, não escolhendo raça e nem classe. Mas as condições de vida desfavoráveis de grupos sociais de menor poder aquisitivo e historicamente discriminados os vulnerabilizam de forma especialmente perversa" (p. 184).

Em um texto de Judith Butler de 2020 a autora argumenta que o vírus sozinho não discrimina, porém, as desigualdades sociais e econômicas cumprirão esse papel. Diante da catástrofe causada pela pandemia e a disputa pelas vacinas que vivenciamos no mundo, principalmente no Brasil, acreditamos que o projeto necropolítico tenha alcançado seu auge. Segundo a autora:

> La desigualdad social y económica asegurará que el virus discrimine. El virus por sí solo no discrimina, pero los humanos seguramente lo hacemos, modelados como estamos por los poderes entrelazados del nacionalismo, el racismo, la xenofobia y el capitalismo. Es probable que en el próximo año seamos testigos de un escenario doloroso en el que algunas criaturas humanas afirmarán su derecho a vivir a expensas de otros, volviendo a inscribir la distinción espuria entre vidas dolorosas e ingratas, es decir, aquellos quienes a toda costa serán protegidos de la muerte y esas vidas que se considera que no vale la pena que sean protegidas de la enfermedad y la muerte. (Butler, 2020, p. 62).

O atual governo atualiza as formas mais cruéis de ataque à democracia, às liberdades humanas, às políticas públicas, à ciência, à classe trabalhadora, dentre outras atrocidades. Como destaca Safatle (2020), "um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão" (p. 227-228). Na contramão da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que assegura direitos conquistados histórica e democraticamente, assistimos uma defesa do discurso de ódio e do escancarado racismo estrutural e estruturante da formação sócio-histórica brasileira, que massacra ainda mais corpos negros nessa sociedade.

Em nossa coletânea abordaremos as configurações do trabalho na conjuntura anterior e no decorrer da pandemia. Os capítulos trazem à baila o agravamento da crise capitalista que já se encontrava instalada no país, fruto de uma crise estrutural que vem

triturando a classe trabalhadora desde os anos de 1970, sendo intensificada a partir de 2008 com as repercussões da crise norte-americana e aprofundada no cenário pandêmico hodierno. No cômputo desse quadro deletério, temos vivenciado o aumento brutal do desemprego, a ampliação dos espaços informais, precários e terceirizados de trabalho, o que evidencia uma pauperização generalizada da classe trabalhadora.

Os capítulos discutem as estratégias de enfrentamento nos espaços onde o Estado só se mostra presente com seu braço coercitivo, observando o perfil da população que mais tem sido aviltada no caldeirão pandêmico, sob a égide de um governo ultraneoliberal. A ausência do Estado traduzida no contingenciamento de políticas públicas basilares, revela o total descaso com a classe trabalhadora favelada, em sua maioria composta por mulheres negras, que experimentam, diariamente, o sabor mais amargo da desigualdade social. Nesse sentido, estratégias de resistência coletiva têm sido fundamentais para o enfrentamento da invisibilidade social, na luta por sobrevivência e por uma vida de forma digna, com suas redes de proteção social e de cuidado.

Nesse contexto, as análises aqui contidas sublinham expressões da necropolítica ostentada por este governo genocida, que além de usurpar o direito à vida, visto que as mortes em decorrência da pandemia têm cor, gênero, classe e endereço, retira à possibilidade de se viver uma vida com dignidade, logrando direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, precarizando suas condições de vida e trabalho. O não reconhecimento das expressões de gênero, sexualidade, raça e classe como sujeitos de direitos, revela também o projeto de morte desenhado por este governo LGBTfóbico, que corrobora para que se desenvolva em larga escala o racismo institucional, sobretudo no atual cenário pandêmico.

É neste horizonte que assistentes sociais são convocadas a intervir nos desafios do enfrentamento da realidade social cotidiana, permeada por inúmeros rebatimentos para a profissão, os quais anteriormente já vinham sendo enfrentados, mas que em razão da pandemia, agudizaram-se como: redução salarial, contratos instáveis e condições precárias de trabalho que provocaram a contaminação e morte de vários profissionais por Covid-19, além do aumento do desemprego. À vista disso, salientamos nos capítulos apresentados, ser imprescindível que assistentes sociais, a partir de uma leitura crítica da própria profissão e abalizados pelo Projeto Ético-Político profissional, fomentem ações intersetoriais, buscando espaços coletivos de luta e resistência que permitam ações de proteção a toda classe trabalhadora, da qual também fazem parte.

Desejamos uma leitura insurgente!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus*: o trabalho sob fogo cruzado [recurso eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena*: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020b. p. 181-188.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. In: AMADEU, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*: pensamiento contemporâneo en tiempos de pandemias. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 59-65.

CHOMSKY, Noam. Capitalismo selvagem e a sobrevivência da humanidade. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena*: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 152-161.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 157-168. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 10 abr. 2021.

GOMES, Victor Leandro Chaves. A morte como projeto. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 116-120. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 10 abr. 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Marcio. COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 180-190.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena*: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 227-233.

O TRABALHO NO CAPITALISMO PANDÊMICO: PARA ONDE VAMOS?

RICARDO ANTUNES

O tema deste texto me obriga a tratá-lo nas seguintes dimensões: qual era a realidade do trabalho no contexto pré-pandêmico e o que vem ocorrendo durante a pandemia. E, a partir deste diagnóstico inicial, tentar levantar algumas hipóteses, ainda preliminares, do que é possível perspectivar no período pós-pandêmico.

Quando eclodiu a pandemia mundial da Covid-19, nós tínhamos no cenário social global e brasileiro, um cenário econômico, social e político dilacerado. O que me leva a antecipar uma ideia que é vital e sobre a qual eu penso que há, pelo menos na perspectiva crítica, grande consenso: não foi a pandemia que causou essa tragédia social; ela exasperou, desnudou e potencializou exponencialmente um quadro que já existia antes da expansão do novo coronavírus.

Parto então, de três hipóteses que venho investigando acerca das tendências do trabalho[1]. A primeira hipótese — a meu juízo, constatada — é que a pandemia permitiu que os capitais, as corporações e, especialmente, as plataformas digitalizadas fizessem várias experimentações do trabalho nos laboratórios do capital, gestadas durante a pandemia.

Essa hipótese me permitiu chegar a uma segunda, que pode ser assim resumida: o capitalismo de plataforma parece ter algo em comum com a protoforma do capitalismo, ou seja, com o capitalismo em sua forma primeva, vigente durante a Revolução Industrial.

E por fim, a terceira hipótese, que assim posso sintetizar: com o advento da Indústria 4.0 e a explosão do trabalho digital, *on line*, intermitente, uberizado etc., estamos ingressando numa nova era de "desantropomorfização do trabalho", conceitualização que tomo emprestada de Lukács (2013) e que significa enfatizar que adentramos em uma fase de redução ainda maior da dimensão humana no trabalho, como veremos no decorrer deste texto.

[1] Uma primeira indicação sobre essas hipóteses encontra-se em: Antunes (2020a).

O que vivenciávamos no período pré-pandêmico? Nós já tínhamos claro um cenário de recessão econômica global e em curso mais acentuado no Brasil. Porque aqui, além da recessão econômica, aprofundávamos uma grave crise social que se agudizou enormemente no período Temer (2016-2018) e depois, com o governo Bolsonaro (2019-atual).

No que diz respeito à questão do trabalho, antes da pandemia já vivenciávamos altos índices de informalidade, de precarização e de desemprego (Antunes, 2020b). Nós presenciávamos, também, a proliferação de uma miríade de trabalhos intermitentes, ocasionais, flexíveis etc., além de uma taxa explosiva de desemprego. Quando se junta o desemprego aberto, com o desemprego oculto ou por desalento — o que, aliás, é uma expressão imprecisa, pois ninguém está desempregado por desalento, e sim desalentado por conta do desemprego —, nós já chegávamos a mais de 16 milhões, segundo dados do quarto trimestre de 2019, que constam na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Pnad Contínua, sem falar na subutilização, subocupação, tudo contribuindo para a ampliação de níveis abissais de desigualdade social e de miserabilidade social.

Apesar disso, antes da pandemia, o léxico do capital já estava em curso com as suas adulterações profundas em relação aos significados etimológicos das palavras[2]. Em qualquer empresa, das grandes corporações às pequenas e médias empresas, é lugar comum vermos frases como: "é preciso manter a 'resiliência'", "atuar com muita 'sinergia'", "tornamo-nos autênticos 'colaboradores', 'parceiros'", "devemos nos vangloriar em nossa condição de 'empreendedor/empreendedora'", dentre tantos outros usos e abusos da linguagem, que foram ressignificadas pelo ideário do capital, cada vez mais mistificador. Esse era o cenário social brasileiro e global no período pré-pandêmico.

A pandemia, então, exasperou esse cenário social: "colaboradores e colaboradoras" foram e estão sendo demitidos aos milhares e aos milhões. Só no ano passado, em 2020, chegamos perto de 10 milhões de novos desempregados que, no máximo, poderiam optar — esta foi a medida do governo Bolsonaro/Guedes — em reduzir o salário e a jornada ou conhecer o desemprego. Várias empresas reduziram os salários e a jornada de trabalho, outras desempregaram.

Desse modo, antes mesmo da eclosão da pandemia, nós já encontrávamos uma realidade que convivia com o trabalho terceirizado, pejotizado, intermitente, informal, sem falar da explosão do novo proletariado de serviços e, em particular, do contingente que Ruy Braga e eu indicamos como infoproletariado (Antunes; Braga, 2009) e que a socióloga inglesa Ursula Huws (2017) denominou sugestivamente de cibertariado.

[2] Sobre o assunto ver: Antunes (2020c).

Vimos aparecer também professor *delivery*, o "frila fixo", jornalistas contratados como *freelance* e que se tornavam fixos, dentre tantos outros exemplos de precarização do trabalho. Professor *delivery*, por exemplo, foi a forma que os professores de Ribeirão Preto começaram a criticar, quando veio a ideia de criar o trabalho intermitente do professor naquela cidade, uma grande cidade do interior de São Paulo.

Foi nesse contexto, muito nefasto, que o trabalho uberizado adquiriu o mesmo traço pejorativo que, anteriormente, Pietro Basso (2018), uns dos mais qualificados sociólogos críticos do trabalho na Europa, ao pesquisar as condições de trabalho da Walmart, nos Estados Unidos, denominou-o como "walmartização do trabalho", para acentuar sua precarização. Fenômeno semelhante ocorreu quando se utilizou a expressão "McDonaldização do trabalho", modalidade de labor que existia nas empresas de fast-food, tomando o caso emblemático de intensificação e exploração do trabalho nas unidades do McDonald's. Ou ainda, para remeter a um período mais amplo, quando nós falamos do trabalho toyotista, como se constata desde o primeiro estudo crítico feito no Japão, por Satoshi Kamata, em "*Japan in the Passing Lane*" (1982), que eu pude tratar muito criticamente no livro *Adeus ao trabalho* (Cf. Antunes, 1995), para não falar do trabalho taylorista e fordista, que nos remete ao longo século XX.

E durante a pandemia, o que estamos vendo?

Esse quadro se agudizou sobremaneira que os níveis de desemprego explodiram e não param de crescer, a tal ponto que a informalidade já não consegue absorver os bolsões de desempregados e de desempregadas. Dada à decisiva divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho eu sempre usarei desse modo múltiplo: homens e mulheres trabalhadoras, brancos e negros, brancas e negras, indígenas, imigrantes, LGBTQI+ etc. Foi assim que, dentre tantas "conquistas" deste governo de tipo *lúmpen*, começaram a se expandir novas personagens que o ministro da Economia chamou de "invisíveis". Logo, descobrimos que esses invisibilizados (que são dezenas de milhões) são resultado da política destrutiva desse Governo.

É muito importante enfatizar aqui e dizer que esses milhões de homens e mulheres "invisíveis", foram o resultado da contrarreforma trabalhista do Temer e da destruição que nós estamos vendo sob o governo Bolsonaro, para não citar períodos anteriores onde à devastação também vicejou. Mas há um nível de devastação social, de 2016 para cá, que não encontra comparação em nenhuma outra fase da história republicana brasileira. Um exemplo deste quadro de devastação, que me chamou muito a atenção em maio de 2020, temos quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos deu uma informação que dizia algo assim: há uma redução dos níveis de informalidade. Para um incauto poderia parecer alguma coisa positiva, afinal, reduzir

a informalidade é algo positivo. Mas, de fato, a redução da informalidade era explicada porque também neste universo do trabalho informal o "desemprego estava se ampliando", ou seja, o trágico cenário econômico, social e político brasileiro criou um novo personagem nessa tragédia, o "informal-desempregado/desempregada", ou seja, aquele informal que não encontra mais trabalho nem mesmo na informalidade, adicionando ainda mais brutalidade ao monumental contingente de desempregados e desempregadas que ampliam os bolsões de miserabilidade no Brasil.

Lembro-me quando, em 2014, estive na Índia — visita que foi marcante em minha vida intelectual, pois esse imenso país asiático é magistral por um lado, e inimaginável no que diz respeito à miséria, por outro. Naquele período, quando voltei ao Brasil, escrevi na grande imprensa que o Brasil caminhava celeremente para se converter na nova Índia latino-americana. A provocação parecia fazer algum sentido, e confesso que não imaginava que caminharíamos tão rapidamente para sermos um país com o nível de miserabilidade que tem similitudes, em alguma medida, com a Índia, esse imenso país asiático.

E foi nessa contextualidade de crise econômica, social e política que a pandemia nos atingiu em cheio. Mas, antes de adentrar neste ponto, preciso fazer uma importante digressão, que diz respeito à centralidade "real" do trabalho para o capitalismo.

As corporações globais e as grandes empresas sabem melhor do que ninguém que a força de trabalho é uma mercadoria especial. E por que ela é uma mercadoria especial? Porque ela é a única capaz de desencadear e impulsionar o complexo produtivo presente nas cadeias globais, que hoje comandam o processo de criação de valor, mais-valia e riqueza social. Mas, depois de quase três séculos para se tornar capitalismo (do século XV ao XVIII) e mais de dois séculos como "modo de produção capitalista pleno", de que falava Marx (de 1750 para cá) os capitais aprenderam a lidar "com e contra o trabalho".

Foi exatamente nesse quadro de crise sanitária global, que as grandes corporações criaram verdadeiros laboratórios de experimentação do trabalho, para implementar imediatamente no período pós-pandêmico. Em outras palavras, a engenharia do capital, impulsionada e comandada pelas corporações globais, passou a ficar vez mais focada neste objetivo: como avançar no desmonte dos direitos da classe trabalhadora?

Trata-se de uma decisão das grandes corporações que se encontram sob comando e hegemonia do capital financeiro, o mais asséptico de todos, vale acrescentar. E foi essa "engenharia social destrutiva do capital" que vem criando esse verdadeiro "*Frankenstein* social", para recorrer a uma imagem extraída do romance espetacular

da Mary Shelley[3]. Desenvolvendo incessantemente as tecnologias informacionais e digitais, e contando com um monumental contingente sobrante de força de trabalho em escala global, cada vez mais os capitais conseguem reduzir o trabalho vivo necessário para a produção, substituindo-o pelo uso crescente das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Veja o exemplo do Brasil: em meados de 2021, tendo cerca de pelo menos 20 milhões de desempregados e desempregadas, pode-se imaginar o que isso significa para o capital. Temos, assim, uma "superpopulação relativa", um "exército de trabalhadores e trabalhadoras" que estão disponíveis para fazer qualquer trabalho. É nesse contexto que o "*Frankenstein* social" foi criado e vem sendo exponencialmente ampliado. As empresas avançam com as TICs onde lhes interessam e incorporam ou expulsam a força de trabalho, de acordo com seus interesses e vantagens, sempre avançando, entretanto, no processo de destruição dos direitos sociais. Este era o mundo do trabalho antes da Covid-19 e que vem se intensificando nestas experimentações do trabalho gestadas nos laboratórios do capital. A consequência se torna obvia: estão sendo experimentadas para que, no período imediato pós-pandêmico, possam ser implementadas de modo o mais generalizado possível.

Assim, a minha primeira hipótese me leva a constatar que o trabalho uberizado — que hoje se expande no mundo informacional e digital — é o principal "protótipo de trabalho que o capitalismo vislumbra para os próximos anos e décadas, especialmente nos serviços", mas dotado também de grande potencial em diversos setores em que a uberização e a intermitência possam ser utilizados. E nós já temos hoje uma miríade de trabalhos uberizados: professores, professoras, advogados, advogadas, arquitetos, arquitetas, médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, trabalhadores do cuidado, trabalhadoras domésticas, jardineiros, motoristas etc. E qual é o segredo desse "*Frankenstein* social"? É que essas empresas se utilizam cada vez mais da informalidade, da flexibilidade e da precarização, sempre à margem da legislação protetora do trabalho, traços que particularizam e se ampliam no capitalismo do Sul, o capitalismo periférico, mas que se expandem também acentuadamente no Norte.

Na obra *O privilégio da servidão* (2018), pude aprofundar meus estudos, olhando e debatendo com muita atenção alguns países como: Itália, Portugal, Inglaterra e Espanha, países que pude acompanhar. Coube às grandes plataformas digitais e aplicativos como *Amazon, Mechanical Turk, Uber, Uber Eats, Google, Facebook, Airbnb, Cabify,* 99, *iFood,*

[3] O romance de Mary Shelley, *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno*, foi escrito em 1816 e publicado pela primeira vez em 1818. Cf. Shelley (2015).

Glovo, Delivery etc., dar um grande salto através da intensa utilização das tecnologias informacionais e digitais, utilizando-se extensivamente e enormemente, dos algoritmos, da inteligência artificial e de todo o arsenal digital — algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas etc. — canalizados centralmente para fins lucrativos das grandes corporações.

Tudo isso vem possibilitando a criação e expansão de "novas" modalidades de trabalho que, como já indicamos, passam ao largo das relações contratuais vigentes, uma vez que o trabalhador assalariado se transfigura cada vez mais em "prestador de serviço", atuando como "empreendedor", o que acaba por resultar na sua exclusão da legislação protetora do trabalho.

Qual é a consequência disso? Só a *Uber*, segundo o seu *site*, tem mais de cinco milhões de trabalhadores vinculados diretamente à sua área de atividade precípua, hoje, que é o transporte privado nas grandes cidades. No Brasil, quando totalizamos os trabalhos uberizados ou plataformizados, temos mais de cinco milhões entre motoristas e entregadores, sendo que esse número vem se ampliando na pandemia.

Quais são as suas condições de trabalho? As suas jornadas são frequentemente superiores a oito, dez, doze horas ou mais por dia, e muitas vezes sem folga semanal. Os seus salários são rebaixados; vivenciam a realidade das demissões (bloqueios) sem qualquer justificativa; arcam com os custos de manutenção de veículos, motos, bicicletas, celulares, equipamentos, até a mochila os trabalhadores e trabalhadoras têm que comprar. Desenvolvendo-se, então, nesses laboratórios do capital, múltiplos experimentos que articulam "exploração e espoliação do trabalho", desenvolvendo o que chamei no livro *O privilégio da servidão* (2018) de "escravidão digital".

Especialmente nos serviços, os trabalhos tornam-se cada vez mais individualizados, invisibilizados. A pandemia vem intensificando funções como o *home office*, o teletrabalho e etc., dificultando ações coletivas, a organização e a resistência sindical, de tal modo que esses experimentos ampliem ainda mais seu potencial de expansão nos serviços mercadorizados.

Vejamos os bancos, por exemplo, que exercitam uma pragmática de enxugamento e intensificação, informatização e digitalização do trabalho há décadas e vem se utilizando cada vez mais do arsenal digital para criar "melhores formas de implantação do *home office*". Outro exemplo emblemático diz respeito, e nós conhecemos bem isso, ao ensino à distância (EAD), prática que se intensificou durante a pandemia, tanto no ensino privado quanto no público. Mas especialmente nas faculdades privadas, como vimos recentemente, no ano de 2020, houve demissões em massa, o que traz uma redução imensa de custos e o consequente aumento de lucros das grandes corporações que hoje

controlam essas instituições e converteram a educação superior em "um negócio" altamente rentável. Uma dessas empresas, inclusive, com muita força no Brasil, demitiu professores substituindo-os por robôs para fazer a correção de trabalhos, sem que os alunos tivessem conhecimento disso. Imagine quem prepara esse algoritmo, que cabeça tem esse robô, quem molda o "cérebro" desse robô, para que ele corrija provas.

É preciso enfatizar também que estas mutações vêm intensificando de modo assimétrico e desigual a "divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho".

As mulheres, por exemplo, têm vivenciado um trabalho duplicado, sofrendo uma dupla (às vezes, tripla) jornada de trabalho, padecendo e sofrendo com o aumento do patriarcado, das violências e agressões dos homens, embaralhando a vida fora do trabalho que se mescla com o trabalho em *home office*, sendo que estas mesclas entre a vida produtiva com a vida reprodutiva vem trazendo consequências imensas. No Rio de Janeiro, para dar um exemplo trágico, o primeiro caso de morte por Covid-19 foi de uma trabalhadora doméstica negra que cuidava de uma família branca. A família se contaminou e se salvou, mas a trabalhadora doméstica adoeceu e seu filho foi chamado para buscá-la, porque nem para cuidar da trabalhadora a família se prontificou.

Nós estamos vendo mortes e vilipêndio de trabalho de imigrantes, com a expansão, por exemplo, de contaminações em empresas da agroindústria de corte, frangos, bovinos, suínos etc., porque nós já sabemos que os imigrantes e as imigrantes, nessas empresas, trabalham sob um clima que é gélido. Eu já entrei numa dessas empresas, a temperatura é muito baixa, necessária para a conservação do corte dos animais. As grandes unidades são fechadas e as contaminações dos imigrantes aumentam. Processo semelhante, encontramos quando há absorção também da força indígena de trabalho, sempre em condições tendencialmente mais degradantes.

Então, os laboratórios de experimentação do trabalho durante a pandemia impulsionam para tendência de aumento da uberização do trabalho, que passa a se expandir para todos os espaços dos serviços, indústria, agroindústria, onde isso possa ser implantado. Desse modo, só a confrontação, por parte da classe trabalhadora, como o "breque dos apps" já vêm nos indicando, pode obstar e se contrapor a esta nova etapa do "processo de precarização estrutural do trabalho", que venho indicando desde a publicação de *Adeus ao Trabalho?* (1995) e *Os Sentidos do Trabalho* (1999).

Foi constatando essa tendência destrutiva em relação ao trabalho que eu apresento minha segunda hipótese: adentramos na fase em que o "sistema de metabolismo antissocial do capital" vem assumindo não só a sua forma "destrutiva", como também "letal". Parto da categoria inicialmente apresentada por Marx, o *metabolismo social*, à qual István Mészáros realizou um profundo adensamento, especialmente em

sua obra *Para além do Capital* (2002). Nela Mészáros analisa detidamente as principais características do "sistema de metabolismo social do capital", oferecendo uma caracterização crítica deste sistema.

Pois bem, por isso não é um paradoxo que em pleno século do capitalismo de plataforma nós estejamos presenciando uma regressão às relações de trabalho típicas do período de protoforma do capitalismo, ou seja, ampliam-se globalmente formas pretéritas de exploração e espoliação do trabalho que nos remete aos primórdios da revolução industrial.

Como pude indicar no livro *O privilégio da servidão* (2018) — ao contrário do que foi propugnado pelo ideário apologético de Manuel Castells (2007) que vislumbrou um novo mundo criativo do trabalho a partir do avanço técnico, informacional e digital — o que de fato nós estamos vendo a partir do advento dos *Smartphones, IPads, Iphones*, algoritmos, inteligência artificial, big data, internet das coisas, 5G, impressão 3D etc., é o exato inverso. O trabalho que se desenvolve nessas grandes empresas plataformizadas é cada vez mais uberizado em seu "modo de ser", ainda que ele possa se apresentar de modo relativamente diferenciado nos distintos países, certamente mais intensamente explorados no Sul do que no Norte, onde, entretanto, ele também se expande.

É por isso que, recentemente, a *Uber* foi obrigada, pela Corte do Reino Unido, a reconhecer os seus trabalhadores e trabalhadoras como *workers*, dotados de direitos, assim como atos similares vêm ocorrendo na França, na Espanha e em Portugal. E essa resistência será maior, quanto mais denúncias e ações de resistência forem desencadeadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, em suas lutas pela conquista de direitos.

Sob o aparente comando dos algoritmos, há programas rigorosamente controlados pelas grandes corporações para intensificar os tempos, os ritmos e movimentos da força de trabalho[4]. A consequência mais perversa do trabalho uberizado se encontra na transfiguração que opera junto ao trabalho assalariado, que se converte por "milagre" em "prestador de serviços", "autônomo", "empreendedor", dentre tantas outras graves consequências, que acaba por excluí-los da legislação social protetora, tal como na Revolução Industrial.

Na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010), Engels mostrou que as crianças trabalhavam, como as mulheres, oito, dez, doze, quatorze, dezesseis, às vezes dezoito horas por dia. As mulheres, diz o autor, muitas vezes só deixavam de trabalhar à noite, quando estavam grávidas, na última hora da noite que antecedia ao dia de nascimento da criança, isso quando não tinha os filhos paridos nas fábricas.

---

[4] Para maiores aprofundamentos ver: Filgueiras; Antunes (2020).

Pois bem, o capitalismo do século XX está recuperando formas pretéritas dos séculos XVIII e XIX. Burla a legislação do trabalho para mascarar o assalariamento, dando-lhe uma aparência de não-trabalho, para poder garantir exploração com espoliação. E exploração com espoliação, como nos tempos da escravidão. Claro que é uma escravidão, como os ingleses dizem, com *fair play;* mais um vilipêndio, regado com "discrição". Por isso eu faço essa provocação: o "capitalismo de plataforma" recorre cada vez mais ao velho modelo, à "protoforma do capitalismo", tudo isso em nome da "modernidade".

Há quem diga que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é antiga. Mas, se a CLT é antiga, o trabalho escravo o que é? Ele é primitivo, mais do que antigo. Tudo isso leva a uma funesta simbiose, onde o novo e o velho se enfeixam.

Assim, o capitalismo do nosso tempo tornou-se também "pandêmico e virótico", uma vez que, além de ser destrutivo em relação à natureza, em relação ao trabalho, em relação à condição feminina, em relação aos negros, às negras, aos pretos, às pretas, aos homens, às mulheres, em relação aos indígenas e destrutivo em relação aos imigrantes.

Aqui um parêntese importante: não podemos estudar a classe trabalhadora global hoje sem olhar com atenção o polo que não para de se expandir da classe trabalhadora mundial, que é aquela composta pelos imigrantes, pelos fluxos de migração que empurram a classe trabalhadora para rodar, perambular. Antes era do Norte para o Sul, depois passou a ser do Sul para o Norte, do Leste para o Oeste, do Sul para o Sul, do Norte para o Norte, e a classe trabalhadora imigrante fica rodopiando, fica rodando em busca de trabalho e vida.

Mas é também um capitalismo pandêmico ou virótico porque, além de ser destrutivo, ele chegou à letalidade. Minha inspiração teórica aqui é Marx (2013a), naquele magistral capítulo da acumulação primitiva, e a Rosa Luxemburgo (1970), que mostrou como poucos que o capitalismo se apropria do "arcaico", travestindo-o e dando-lhe aparência de "novo" para que assim possa aumentar a valorização do capital. É nessa tragédia que nós nos encontramos hoje. E, com isso, chego à terceira tese/hipótese.

Estamos ingressando em uma nova fase de subsunção do trabalho, de "subsunção real do trabalho ao capital", agora comandada pela máquina, ferramenta informacional, que tende a acentuar ainda mais o processo de "desantropomorfização do trabalho". O que significa dizer que adentramos em uma fase qualitativamente "distinta" e mais "complexa" de "subsunção real do trabalho". Quando se compara a introdução da maquinaria na primeira Revolução Industrial, quando olhamos esse processo que vai da Revolução Industrial à atual expansão da fábrica digital, com a chamada Indústria 4.0, se não forem criadas barreiras sociais fortes, através de lutas sociais, resistências, confrontações, luta de classes, nós teremos cada vez mais a ampliação do "trabalho

morto", que acarretará não só a redução "quantitativa" do trabalho vivo, gerando monumental e ainda maior desemprego mundial, mas, também, uma mutação "qualitativa", visto que o "trabalho morto" terá ainda mais domínio sobre o "trabalho vivo", intensificando e ampliando a "subsunção real do trabalho ao capital nessa fase algorítmica, de enorme fetiche tecnológico" . Isto porque o comando real é do sistema de capital, através das corporações globais, que querem nos impor uma nova fase de "subsunção" ao universo maquínico-informacional-digital (Cf. Antunes, 2020a). Nós estamos adentrando em uma nova fase que amplia ainda mais o processo de "desantropomorfização do trabalho", para retomar aqui uma pista indicada por Lukács que consta de sua obra de maturidade *Para uma ontologia do ser social* (2013).

É por isso que estamos adentrando em uma fase de maior "subsunção real do trabalho", quando comparada àquela que vivenciamos com a introdução da maquinaria do século XVIII. Isso porque o desenvolvimento da Indústria 4.0, que objetiva introduzir novas tecnologias de informação e comunicação em todos os setores de produção (no sentido amplo) onde for possível e viável economicamente, de modo a tornar os capitais mais automatizados em toda a cadeia produtiva geradora de valor.

Teremos, então, mais "trabalho morto" através do uso intensificado do maquinário informacional, digital (internet das coisas, inteligência artificial, impressão 3D, geração do ciclo D, Big Data etc.), que passarão a comandar o processo produtivo na "*cyber*-indústria ou info-indústria".[5] Como consequência da intensificação das novas máquinas e ferramentas automatizadas e robotizadas, com seus algoritmos e através do uso da inteligência artificial, milhões de trabalhadores e trabalhadoras tornar-se-ão ainda mais descartáveis e supérfluos.

Para finalizar, enfatizo como expus anteriormente, que quando falo em "desantropomorfização do trabalho", quero aludir aqui também a dimensão "qualitativa", além da "quantitativa". No volume um de *O Capital* (2013b), Marx afirmou que na manufatura o trabalhador se servia da ferramenta. Mas, na fábrica moderna, ele passou a servir a máquina-ferramenta, ele se torna um "apêndice" da maquinaria, operando-se uma "profunda inversão", uma vez que o trabalhador se subordina à máquina-ferramenta, que passa a comandar o processo produtivo. Desse modo, aquele mecanismo vivo existente na manufatura se converteu em um mecanismo morto e o trabalhador, diz Marx, torna-se um apêndice da máquina, um "autômato", uma vez que o "trabalho morto" passava a dominar o "trabalho vivo".

Na lógica da Indústria 4.0, mais robôs, mais máquinas digitais vão comandar o processo de produção. Através da ampliação da fábrica digital, adentraremos em uma

[5] Ver Huws (2017) e Antunes; Braga (2009).

nova fase qualitativamente diferente e em um novo patamar de subsunção real do trabalho ao capital, agora sob a regência digital, algorítmica e financeira.

Como resultado, teremos alguns polos mais qualificados no topo — os "mais criativos", "mais aptos", "mais talentosos", como o ideário do capital os qualifica — e teremos cada vez menos trabalho humano operando nos escalões intermediários e de base, que serão expulsos do trabalho em proporção maior do que temos hoje, substituídos pela inteligência artificial, onde isso for possível. Mesmo sabendo que isso não poderá levar à extinção do trabalho humano, sua degradação é por demais evidente, quando se olha a maioria da "classe-que-vive-do-trabalho".

Alguém pode perguntar: será que somos contra o avanço da inteligência artificial, do avanço técnico-digital? Claro que não, pois a tecnologia sempre esteve presente na vida humana. O primeiro homem, a primeira mulher, a primeira vida familiar, a primeira comunidade de que temos notícia quando deixamos de ser o último macaco, o último pré-humano, e nos tornamos seres humanos, desde logo se desenvolveu sua tecnologia. Foram muitos os inventos humanos e societais. Mas, a tragédia que nós estamos vendo no mundo contemporâneo decorre do fato de que são as grandes corporações que hoje impulsionam grande parte do mundo tecnológico-informacional-digital por razões predominantemente instrumentais. Cito só um exemplo, para terminar: o conflito atual entre a norte-americana *Apple* e a *Huawei* chinesa. Aquela que for vitoriosa, que ganhar a disputa pelo mercado global da 5G, vai se tornar a nova gigante global. Não temos, como consequência, nenhuma diminuição dos níveis de pobreza, não teremos mais trabalho digno, não teremos melhores salários, não diminuiremos os bolsões de desempregados, subempregados, precarizados, e por fim não diminuiremos os bolsões de miserabilidade mundial. Provavelmente os ampliaremos. Só para que se tenha ideia clara: com a generalização da internet das coisas, onde exista o indivíduo A, B e C, os três vão desaparecer, porque uma máquina A vai conversar com uma máquina B, que vai conversar com a máquina C, ou seja, os indivíduos A, B e C desaparecerão e as máquinas, com a internet 5G irão adquirir um nível de agilidade produtiva imensa.

Mas, no meio desse caminho do capital, "muitas pedras aparecerão". Nós vamos presenciar muitas rebeliões, muitas lutas, muitas manifestações, muita confrontação. Se a pandemia ajudou a desnudar este "sistema de metabolismo antissocial do capital", destrutivo e letal, o imperativo crucial de nosso tempo é reinventar um "novo modo de vida".

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. Vol. IV. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus*: o trabalho sob fogo cruzado [recurso eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2020c.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020a, p. 11-22.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BASSO, Pietro. *Tempos modernos, jornadas antigas*: vidas de trabalho no início do século XXI. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (3 vols.).

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 59-78.

HUWS, Ursula. *A formação do cibertariado*: trabalho virtual em mundo real. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

KAMATA, Satoshi. *Japan in the Passing Lane*: an Insider's Account of Life in a Japanese Auto Factory. Nova York: Pantheon, 1982.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider, colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CENÁRIO PANDÊMICO E SEUS IMPACTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

ANA CAROLINE GIMENES MACHADO • INEZ STAMPA

Introdução

A pandemia que vem assolando o Brasil e o mundo é mais uma expressão do capitalismo, que desemboca em uma crise exacerbada do próprio capital. Crise essa, iniciada anteriormente, nos anos de 1970, quando há uma reconfiguração das relações de produção, e foi agravada em 2008 e nos anos seguintes com os desdobramentos da crise nos Estados Unidos.

O advento do neoliberalismo, com o intuito de suplantar a crise iniciada no período supracitado, acentuou a lógica destrutiva do capitalismo monopolista, pois, a partir das medidas adotadas, pode-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho. Aqui, destacam-se as contrarreformas adotadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 e as ainda em curso. Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora têm sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, agudizaram as expressões da questão social.

Assim, transformações expressivas no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical podem ser observadas. Antunes (2018) sinaliza que há uma redução drástica dos empregos, e os que se mantêm empregados colecionam perdas em decorrência das configurações capitalistas atuais, dentre as quais podem se destacar: o desmonte de muitos dos direitos conquistados ao longo das lutas travadas pela classe trabalhadora, precarização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, terceirização, aumento da informalidade e do trabalho intermitente, entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva.

Em meio a esse contexto marcado pela radicalização do neoliberalismo, por sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho é que a pandemia do novo coronavírus atinge o país. No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, e no dia 4 de fevereiro de 2020, o Ministro de Estado da Saúde publicou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Desde então, já se contabiliza mais de 67 milhões de infectados pela Covid-19 em todo o mundo.

As restrições estabelecidas pelas medidas de distanciamento/isolamento social e, em alguns casos, com protocolo de *lockdown*, acabaram limitando as configurações da venda da força de trabalho pela classe trabalhadora. Para além dos impactos sobre a economia global, a pandemia agravou ainda mais as condições de vida e de trabalho de toda a população que depende de uma atividade laborativa para sobreviver, sobretudo nos países com histórica e profunda desigualdade social como o Brasil.

Neste sentido, a breve análise a que este artigo se propõe versa sobre uma reflexão crítica acerca da conjuntura atual de crise econômica e política, a qual é pano de fundo para a crise sanitária que vem suscitando formas de trabalho ainda mais precárias, desregulamentadas, sem direitos e benefícios para a classe trabalhadora. Este ensaio encontra-se abalizado em pesquisa bibliográfica, documental e em dados secundários sobre a temática abordada.

Contexto brasileiro de crise capitalista

Podem ser observados distintos ingredientes no caldeirão histórico-político-econômico brasileiro para a fermentação da profunda crise que assola o país. O contexto atual é fruto de uma crise engendrada no próprio modelo capitalista e que avança desde a década de 1970, trazendo contornos peculiares para o século XXI. Harvey (2011) analisando o cenário de países capitalistas pondera que o neoliberalismo é incorporado nesse período como estratégia de enfrentamento da crise, legitimando "políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista" (p.16).

A ofensiva do capital instaurou o projeto neoliberal com seus planos de ajuste em diversas economias mundiais, sobretudo na economia brasileira, que com a ampliação da dívida externa a juros flutuantes fortaleceu sua dependência financeira. Grandes

corporações financeiras mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, empreenderam um conjunto de estratégias para recuperar as taxas de lucro perdidas com o fim do que Mandel (1990) denominou como "onda longa expansiva"[1], a qual foi desfrutada nos países capitalistas desenvolvidos e financiada pelos países periféricos.

Além do conteúdo econômico — no qual se observa uma culpabilização equivocada sobre a previdência social brasileira —, está imbricado nessa crise o conteúdo político de disputa de interesses das classes sociais envolvidas. As soluções para costurar as roturas que o capitalismo tende a deixar no tecido social do Brasil, têm sido cosidas através do rompimento de pactos sociais estabelecidos desde a década de 1940. A natureza contraditória do modelo capitalista, para acrescer sua acumulação, recria as condições responsáveis por potencializar suas contradições e fomentar suas crises.

O desenvolvimento econômico brasileiro alcançado a partir dos anos de 1950 com a industrialização e urbanização, conduziu o Brasil a níveis significativos de crescimento. A década de 1950, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileiro. Este desenvolvimento econômico do país foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio de investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional (Draibe, 1985). Entretanto, não obtivemos o nível de desenvolvimento social auferido pelas sociedades capitalistas centrais, durante o período do modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), nem tecemos uma economia em bases centralmente independentes.

De acordo com Netto (2007), foram os recursos absorvidos dos países periféricos que possibilitaram o financiamento do *Welfare State* pelas grandes burguesias dos países desenvolvidos. O autor analisa que se estabeleceu, historicamente, uma relação de exploração entre países centrais e os da periferia do capitalismo e que a dívida externa contraída por estes possibilitou a exportação de capital para àqueles. O esgotamento do crescimento econômico dos "trinta anos gloriosos", a partir dos anos de 1970 nos países capitalistas centrais, refletiu fortemente nas economias periféricas. As altas

[1] O período conhecido como "30 anos gloriosos do capitalismo" — fim da Segunda Guerra até início dos anos 1970 — garantiu ao capital, segundo Mandel (1990), alguns anos de expansão. As políticas econômicas fundamentadas nas teorias de John Maynard Keynes, além dos avanços na estrutura produtiva (fordismo/taylorismo), contribuíram para um avanço significativo no processo de acumulação capitalista. Denominado por Mandel de "onda longa expansiva", esse período permitiu um alto nível de concentração e centralização do capital. Durante três décadas o capital gozou de intensa reprodução (Mandel, 1990, p. 11-12).

taxas de juros da dívida externa brasileira, por exemplo, impulsionaram o custeio da saída da crise por países desenvolvidos.

Mészáros (2011, p. 136) assegura que "a crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica". O autor afirma que essa crise em que estamos vivenciando — que decorre desde os anos de 1970, e que se apresenta na conjuntura atual com novas roupagens — não é capaz de ser suplantada "nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas" (Mészáros, 2011, p. 137), por ser uma crise que não está restrita apenas à dimensão econômica.

A crise financeira internacional que teve início no último quartel de 2008 repercutiu nos países periféricos nos anos seguintes, o que desencadeou o desmantelamento de uma conciliação orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de seus governos. O processo de golpe vivenciado em 2016 se desenvolveu num contexto em que o Brasil vinha sofrendo com a retração da economia, queda do preço do petróleo, inflação elevada (aumento significativo principalmente no preço de alimentos, habitação e transporte), desemprego em grande escala, descontentamento popular, entre outras intempéries. A quebra de alianças entre o Partido dos Trabalhadores (PT) com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB — atual MDB - Movimento Democrático Brasileiro) impulsionou a oposição contra a ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

Em suma, objetivou-se com esse ato restringir o espaço democrático, priorizando um Estado ainda mais funcional para o mercado, para o grande capital, o qual se apropriou desse momento de aprofundamento de crise (que possui profundas conexões com crises internacionais) para justificar uma desregulamentação crescente dos direitos trabalhistas. Pode-se observar um modelo de pseudodemocracia, ou uma democracia que se ocupa em proteger as demandas do capitalismo[2].

Nesse contexto, o Brasil adentrou num período de radicalização do neoliberalismo, com o governo de Michel Temer (2016-2019) caracterizado por sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho, conforme demonstra Antunes (2018), o qual

[2] Se formos analisar seriamente os processos de tomada de decisões nas sociedades capitalistas contemporâneas, verificaremos que há uma crescente concentração política em mãos do que Boron (2001), adequadamente, chama de "os novos leviatãs", as megacorporações transnacionais que na atualidade têm muito mais poder do que muitas nações e estados nos diversos continentes.

assinala essa nova fase de "contrarrevolução preventiva"[3]. Desse modo, as frações burguesas tomaram o poder através de um golpe engenhosamente arquitetado, com o intuito de evitar a interferência ou contestação das classes populares no *status quo*, as quais, nos governos do PT, tiveram uma relevância maior em comparação com os governos anteriores.

Com o advento do (des)governo de Jair Bolsonaro (2019-atual), o Brasil vem experienciando um acirramento do neoliberalismo, que, de maneira evidente, prioriza cada vez mais a economia em detrimento da vida dos cidadãos, que destroça violentamente a *res publica*, desmantela e precariza estrategicamente, direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, e incentiva um projeto de sociedade que, vertiginosamente, ocupa-se em atender os interesses do capital.

É nesta conjuntura que a pandemia do novo coronavírus encontra espaço para se desenvolver na sociedade brasileira, no qual o atual presidente da República despreza a gravidade da situação que assalta o mundo todo, ignorando as medidas de contenção do contágio, em que os números oficiais de acometidos e dizimados pelo vírus são retirados de circulação e questionados, onde o governo genocida demonstra total desinteresse pela vida humana. Safatle (2020) afirma que, em razão do discurso de que o desemprego deve ser o maior medo da pandemia, "a população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma" (p.5). O autor aponta que os trabalhadores assalariados são impelidos a trabalhar, mesmo quando são adotadas medidas de isolamento social, o que denota a conhecida tônica escravocrata, afinal "o engenho não pode parar" (Safatle, 2020, p. 4).

Configurações do trabalho na conjuntura hodierna

Expressivas transformações sofridas dentro da esfera da produção vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Em sua busca pela reprodução de capital, as empresas tendem a investir mais em "capital constante" e menos em "capital variável". Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis, obsoletas e, até mesmo, inexistentes. Um

[3] De acordo com Fernandes (1987, p. 372) "[...] a contrarrevolução preventiva, que se dissipa ao nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal".

contingente expressivo de trabalhadores é conduzido ao desemprego, por não conseguirem mais se inserir no mercado de trabalho formal, visto que o trabalho que antes executavam, agora é realizado por maquinários que os substituem.

Antunes e Druck (2014) analisam que o trabalho contratado e regulamentado, predominante no século XX, vem sendo substituído por diferentes formas de terceirização, precarização e informalidade, e que esta tem deixado de ser exceção para se tornar regra. Antunes (2018) sinaliza que há uma redução drástica dos empregos, e os que se mantêm empregados, colecionam perdas em decorrência das configurações capitalistas atuais, dentre as quais podem se destacar o desmonte de muitos dos direitos conquistados ao longo das lutas travadas pela classe trabalhadora, precarização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, terceirização, aumento da informalidade e do trabalho intermitente, entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva.

Neste sentido, Antunes e Druck (2015) salientam que a recente crise capitalista global de 2007/2008 intensificou "a terceirização, a informalidade, a precarização, que são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lógica" (p. 19), o que se traduz numa corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, (dito) formal. Entretanto, em vez de ocorrer uma supressão total do trabalho pelo maquinário informacional-digital, o que se observa é o crescimento de um novo proletariado da era digital, o que corrobora com a sua análise de que não estamos vivenciando o fim do trabalho e, sim, o "crescimento exponencial do novo proletariado de serviços" (Antunes, 2018, p. 30), o que pode ser compreendido como um novo arquétipo de escravidão. Todavia, em nosso tempo, as correntes são digitais.

A crise sanitária da pandemia de Covid-19, visto que está articulada a uma crise capitalista que já estava instaurada na sociedade brasileira, provocou a ampliação do empobrecimento da classe trabalhadora, intensificando suas formas de exploração e precarização, além de produzir o recrudescimento do desemprego e subemprego. A taxa de desocupação no semestre encerrado em setembro de 2020 foi de 14,6%. Essa é a maior taxa registrada na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012, e corresponde a 14,1 milhões de pessoas[4].

Desta forma, muitos trabalhadores se inseriram em postos de trabalho mais precários para viabilizar sua subsistência. São desenvolvidas então, de maneira ainda mais

[4] Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados. Acesso em: 09 dez. 2020.

aviltante, novas formas de contratação que fragilizam a identificação do trabalhador enquanto classe trabalhadora, desmobilizando e enfraquecendo suas lutas coletivas. Neste contexto, o trabalho de prestador de serviços para plataformas digitais foi ampliado significativamente durante a pandemia. Empresas de *delivery* como: *Ifood, Uber eats, Rappi, Amazon*, que já vinham sendo utilizadas com frequência anteriormente, expandiram-se ainda mais num contexto de distanciamento social, conforme Antunes (2020) aponta.

Para além dessas plataformas bastante populares, outras também vêm ganhando espaço para aqueles que precisam vender sua força de trabalho, mas não conseguem um emprego formal. Plataformas digitais de prestação de serviços como *Getninjas, Workana*, *Freelance.com*, *Be flexy* (que promete criar uma "jornada de trabalho flexível" para mulheres), *Revelo, Toptal, Alstra, Upwork, Fiverr*, dentre outras, são plataformas de mercado para trabalho remoto de contratação de trabalhadores autônomos. Programadores, designers, redatores, tradutores, pedreiros e até professores se cadastram nessas plataformas almejando vender seus serviços. O que nem sempre acontece, e quando ocorre, o preço da sua força de trabalho precisa ser barateado para alcançar um comprador dos serviços a serem prestados.

Ademais, cresce significativamente o número de "empreendedores" no Brasil, o que Antunes (2018) chama de "burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo", ou seja, uma condição de empregador e assalariado de si próprio. De acordo com a matéria publicada em setembro de 2020 na página eletrônica do governo federal[5], o Brasil registrou que 782 mil empresas foram abertas de maio a agosto daquele ano, o que denotaria a retomada do crescimento da economia do país. Os dados integram o boletim do Mapa de Empresas do segundo quadrimestre de 2020. O documento apresenta que, em agosto de 2020, o Brasil computava 19.289.824 empresas ativas.

Contudo, quando se examina o mapa supracitado, verifica-se que dessas 19.289.824 empresas ativas, 13.783.503 são empresários individuais ativos, incluídos os Microempreendedores Individuais (MEI), que são a maioria (10.689.063). Em abril de 2020, o Ministério da Economia informou que o Brasil havia ultrapassado a marca de 10 milhões de Microempreendedores Individuais. Tendo em vista o aumento das taxas de desemprego, o número de MEI cresceu durante a pandemia, como uma maneira de escapar da informalidade, sendo o empreendedorismo constantemente incentivado pelo governo federal.

---

[5] Brasil registra saldo de 782 mil empresas abertas de maio a agosto deste ano. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/09/brasil-registra-saldo-de-782-mil-empresas-abertas-de-maio-a-agosto-deste-ano. Acesso em: 11 dez. 2020.

Dessa forma, o aumento do quantitativo de empresas no Brasil não representa uma recuperação da economia, mostra apenas o desespero de milhões de brasileiros que não suportam mais viver no desemprego e na informalidade, e credita toda sua esperança de melhoria das condições de vida na formalização de uma microscópica empresa, para acalentar seu coração de subempregado. Agora, não mais como mero assalariado, mas também como assalariado-empregador da sua própria força de trabalho.

De modo geral, o que todas essas configurações adotadas no mundo do trabalho contemporâneo têm em comum, são os sinais evidentes de uma degradação crescente dos empregos entrelaçada à destruição dos direitos do trabalho, de modo a garantir a acumulação desenfreada do capital.

Considerações finais

A radicalização do neoliberalismo corroborou para produzir novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada em meio à crise estrutural que se estabeleceu desde os anos de 1970. Como resposta a essa crise, a partir dos anos de 1990, em seu projeto de ataque, o capital instaurou o modelo neoliberal com seus planos de ajuste na economia brasileira, o que provocou mudanças substantivas nas configurações de trabalho.

O problema atual não é fruto de uma crise sanitária mundial, mas de uma crise estrutural perpassada por um período de pandemia que escancara a face mais perversa do capital. A responsabilidade da crise não é do novo coronavírus. Ele é apenas produto socialmente determinado no sistema capitalista, em uma sociedade de classes antagônicas, que tem na figura do Estado um grande aliado.

O Estado se caracteriza por acolher os interesses sociais de todas as classes, entretanto, antes de tudo, direciona seus esforços para atender àquelas que detêm o poder político e econômico. Assim, possui papel fundamental na reprodução das expressões da questão social, à medida que adota uma política econômica que favorece e defende uma minoria dominante. Sua relevância fica evidente ao garantir o desenvolvimento do capital, visto que não há capitalismo sem o auxílio do Estado.

Da mesma forma, as crises concorrem para que o Estado interfira para defender os interesses capitalistas, ainda que, para isso, faça-se necessário executar ações que desprotejam a vida da população que morre em razão da Covid-19, como se constata diariamente na grande mídia. Para tentar amenizar, concede um auxílio emergencial irrisório que não é capaz de suplantar as implicações provenientes do modo de produção capitalista, que afeta gravemente a classe trabalhadora.

Face ao contexto apresentado de precarização acentuada do trabalho, torna-se imperativo que a classe trabalhadora encontre novas maneiras de organização coletiva para travar embates em prol de formas de empregos mais estáveis, com garantias e proteções, a fim de defender os direitos alcançados. A luta contra as expressões da questão social não será vencida, enquanto mantivermos o atual modelo capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 19-40, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena:* reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020, p. 181-188.

BORON, Atilio. Os novos leviatãs e a polis democrática. In: BORON, Atilio. *A coruja de Minerva*: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Ministério da Economia. *Mapa de empresas*. Boletim do 2º quadrimestre/2020. Publicado em 17 de setembro de 2020 Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. *Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020*. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388. Acesso em: 08 dez. 2020.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.19, p. 135-170, 2007. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190. Acesso em: 10 dez. 2020.

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao estado suicidário*. N-1 Edições, 2020. Disponível em: https://n-1edicoes.org/004. Acesso em: 10 ago. 2020.

PANDEMIA DA COVID-19 E AS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO NO MORRO DA PROVIDÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CRISTIANE MOURA VIEGAS • VALÉRIA PEREIRA BASTOS

Contexto da pandemia da Covid-19

A decretação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da pandemia em março de 2020, ocasionada pela contaminação do vírus Sars-Cov-2, ou novo coronavírus, acabou impulsionando mudanças que gradativamente trouxeram profundas transformações na esfera econômica, social e política. Acarretando muitos desafios para a população mais carente, sobretudo os que vivem em países com altos índices de desigualdades sociais, a exemplo da realidade brasileira, em que o combate as mazelas sociais, se constitui como um dos grandes desafios na busca de garantia de direitos sociais.

O atual cenário de pandemia da Covid-19 evidenciou o processo de agudização das manifestações da questão social expressas por milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais no Brasil, visto que são sujeitos desprovidos de direitos trabalhistas, cuja situação vem sendo agravada sistematicamente pelas sucessivas perdas no acesso aos direitos sociais, com isso precarizando cada vez mais as atividades desenvolvidas nos diversos setores formais e informais.

Assim, os impactos das disparidades sociais são percebidas no âmbito das ações de medidas sanitárias de prevenção e de enfrentamento à Covid-19, sobretudo no tocante as ações de prevenção, considerando que as recomendações da OMS para evitar contaminação, têm relação direta com a efetiva higienização de produtos e do corpo, além do distanciamento sanitário mudando de "forma extraordinária, a vida de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo, causando mortes, alterando rotinas, impactando as formas de sociabilidade e impondo complexos desafios para o funcionamento da economia" (Rodrigues; Stampa, 2020, p.82).

Desta forma, impondo mais dificuldades para a sobrevivência das camadas sociais menos favorecidas, que atualmente enfrentam um grande desafio que é o de se manter vivo, ou seja, manter sua sobrevivência e ao mesmo tempo cuidar de sua saúde, tendo em vista os inúmeros riscos de contaminação pelo novo coronavírus e as possibilidades de grave adoecimento, que vem ocorrendo com grande parte da população, conforme dados diários de óbitos no país.

Entre as consequências que atingiram diretamente esses sujeitos sociais, estão os impactos no mundo do trabalho com aumento tanto da precarização, quanto dos altos índices de desemprego. Segundo dados apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados que estão sem ter sua fonte de renda para manutenção básica de sobrevivência, atingiu cerca de 13,9 milhões de trabalhadores em 2020.

No caso brasileiro, a condição de pobreza vem recortada também pelo viés racial, fruto da consequência de uma nação que se constituiu através da exploração da mão de obra escrava, e do total abandono desses sujeitos à própria sorte no período Pós-Abolição no final do século XIX. Mas que até os dias atuais é representativo, portanto, se apresentando como mais um desafio que esta população precisa enfrentar, visto que a maioria ainda se encontra em condições precárias, seja de acesso ao trabalho formal, moradia, bens e serviços dentre outras necessidades.

Desse modo, os impactos da pandemia, rebatem em maior proporção na população negra, que historicamente é vulnerabilizada, considerando a realidade brasileira já mencionada, fator que ganha sustentação face a afirmação de Paixão e Gomes (2020, p. 188) que em seus estudos sobre o contexto pandêmico, apontam que "o vírus trouxe consigo a morte, fome e o agravamento de 'outras mazelas como a desigualdade social, o racismo e a xenofobia'".

Neste sentido, diante de uma realidade complexa imposta pela dinâmica capitalista, pelas desigualdades sociais e pelas inúmeras formas de preconceitos se tornam mais afloradas, fazendo com que as formas de tratamento e encaminhamento de determinadas situações sejam diferenciadas pelos acessos e prestações de serviços, e no caso da população negra é evidente. Inclusive já existem dados de 2020 do Ministério da Saúde (Brasil, 2020) que apontam o número de óbitos decorrentes de Covid-19 no Brasil com ascendência da população negra e parda, chegando ao índice de 44,5% do total de óbitos decorrentes da síndrome respiratória aguda grave (SRAG) no país.

Esses dados sinalizam, segundo Santos et al (2020), que essa realidade é devido a um acúmulo de negligência no que tange a implementação de ações por parte da esfera pública para atendimento as necessidades desse segmento populacional e

> [...] isso mostra a magnitude da invisibilidade dessa temática, a dificuldade de mensurar o alcance da pandemia no Brasil na perspectiva da equidade, ao mesmo tempo em que se ratifica a baixa adesão e interesse na utilização dessas informações. (Santos et al, 2020, p. 228)

Desse modo, evidencia-se toda uma conjuntura sócio-histórica para o agravamento da doença, assim como de mortes de negros no Brasil.

As transformações no mundo foram inúmeras, desde novas formas de higienização do corpo e de produtos até a de transitar pela via pública. Mas na área do trabalho, o impacto vem sendo intenso, visto que na ausência de opção, entre se resguardar em casa pela recomendação da OMS, mantendo o distanciamento "social" ou sanitário para proteção contra o adoecimento de Covid-19, e o enfrentamento através do labor para sobrevivência da família, a população mais empobrecida, e sem outras referências, se manteve trabalhando, arriscando suas vidas, como a única forma de sobrevivência, de forma que a pandemia aprofundou ainda mais, as desigualdades sociais, deixando esses sujeitos a margem da própria sorte.

Nesse sentido, a vida nas metrópoles, vem impondo ainda mais desafios, tanto pela concentração populacional, assim como pela precariedade da prestação dos serviços à classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades de deslocamento para o trabalho, alto custo dos aluguéis, cesta básica com alta valorização dos gêneros alimentícios, dentre outras precariedades, impondo a massa trabalhadora uma condição de superexploração pelo capital.

Sendo assim, o isolamento social, acaba criando possiblidades para um determinado nicho de trabalhadores que consegue desenvolver suas tarefas através de trabalho remoto, com infraestrutura informacional e tecnológica para suportá-la. Contudo, verifica-se o quanto a pandemia nos mostra a respeito da exclusão social das grandes massas, pois diante de um panorama em que a maioria da população de trabalhadores vive em condições de habitações precárias, com falta de saneamento básico e sem boa circulação do ar, além da precarização das políticas públicas, seja de mobilidade através do transporte público, da educação, da assistência social, da segurança alimentar, dentre outras que atendam às necessidades desses sujeitos e promovam melhores condições de enfretamento em nível de igualdade ao processo de adoecimento e tratamento, quando for o caso.

A invisibilidade vivenciada pela população negra é uma constante, e em especial as que residem na zona portuária carioca, a qual se traduz como expressão do abandono conferido a população negra que desde o período pós-abolição não recebeu de

forma integral e digna benefícios oriundos das políticas públicas que lhes possibilitasse melhores condições de vida. Pelo contrário, essa população sofreu ainda inúmeras ações higienistas promovidas através de ações de remoção em nome das práticas de urbanização da área central.

Portanto, sempre foram alvos de práticas excludentes promovidas em nome de políticas higienistas urbanas, almejando melhor "paisagem" para área central da cidade. Enquanto a população pobre e negra procurava construir suas próprias estratégias de sobrevivência para viver e morar.

A exemplo do que fora citado acima, os bairros portuários cariocas são a representação desse segmento, pois ainda se registra na área, inúmeros cortiços como uma das formas mais populares de moradia para a população pobre, conforme definido por Vaz (1994, p. 582) "casas térreas enfileiradas, os quartos ou casinhas de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo, que surgiram por volta de 1850".

Essa forma de habitar precária ainda é invisibilizada por parte da esfera pública, tanto no que diz respeito as condições de vida de seus moradores, como na busca de alternativas para mitigá-las, conforme foi apontado no relatório do Observatório das Metrópoles em 2016, sobre cortiços localizados nessa região da cidade carioca:

> Da mesma forma, é surpreendente o fato de não existirem informações oficiais nos órgãos públicos sobre cortiços, apesar dos indícios de ser expressiva e disseminada esta forma de moradia na área central. A invisibilidade dos cortiços nos diagnósticos oficiais também fazia com que não fossem discutidas propostas de políticas públicas voltadas para os cortiços e os seus moradores, já que sua existência não era reconhecida. (Observatório das Metrópoles, 2016, p.02).

Sendo assim, percebe-se que o atual contexto pandêmico, acabou não somente exacerbando as desigualdades sociais, como também explicitando o quanto a população pobre, e em sua grande parcela compostas por afro-brasileiros que antes já enfrentavam tantas adversidades, estão expostos a realidade pandêmica ressignificada através das crises sanitária, econômica, política e porque não civilizatória, conforme aponta Silvio Almeida (2019).

Dados do Ministério da Saúde em 2020 (Brasil, 2020) apontam que os maiores casos de morte por Covid-19 atingem a população negra e segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Polis (2020) a relação média de óbitos entre brancos e negros a cada 100 mil habitantes é de 115 (brancos) e 172 (negros). Portanto, acaba tendo um somatório de fatores sociais que implicam nesta dura realidade, tais como "a pior alimentação, o transporte cotidiano precário, os estresses causados pela violência, a discriminação

agravada de raça e de gênero, enfim um somatório de causas" (Paixão; Gomes, 2020, p. 185), que consequentemente, são impeditivos no sentido de manter as medidas de prevenção, conforme orientações. Portanto, acabam se constituindo em um grande desafio para os moradores de construções precarizadas, como barracos, cortiços, dentre outras formas de habitar, cumpri-las.

A pandemia trouxe implicações para toda a humanidade, exacerbando o agravamento das desigualdades sociais, impondo ações urgentes de combate as expressões da questão social. Nesse sentido, podemos dizer que a crise sanitária tem tido implicações para os segmentos mais empobrecidos, que já fragilizados por uma forma desigual de acesso a riqueza, bem como aos serviços públicos, sobretudo o de saúde, vivem em um abismo que vem sistematicamente escancarando as desigualdades sociais no território brasileiro.

Tais aspectos podem ser identificados em diferentes espaços, tendo em vista que a própria construção de habitação coletiva, traz precariedade em relação ao acesso a água tratada, e todos os outros procedimentos recomendados pela OMS para evitar o contágio pelo novo coronavírus.

Sendo assim, elegemos as ações dos moradores do Morro da Providência, localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, como uma referência para ilustrar as alternativas construídas pela própria população para sobreviverem, considerando que a relevância do nível de resistência demonstrado por essa população, a partir dos movimentos populares e sociais pelo viés da solidariedade ativa, vem promovendo inúmeras ações de socorro, aos seus pares, embora saibamos que não substitui a política pública, mas supre em parte a necessidade daqueles que por questões alheias as suas vontades, não se encontram em condições de saná-las a partir do trabalho.

Morro da Providência: mobilização criativa como uma das formas de combate ao novo coronavírus

No contexto de crise sanitária, um dos pontos que nos chamou a atenção foram os processos de mobilizações dos moradores das favelas cariocas, que têm como particularidade, serem historicamente identificados como agentes coletivos de participação social, e no contexto do enfrentamento à Covid-19, a mobilização desses sujeitos tem sido relevante, tanto como multiplicadores das informações, quanto como agentes articuladores das demandas locais que vêm sendo realizadas para atender a população.

Ao mesmo tempo, cabe registrar que se há uma efetiva manifestação advinda desse segmento, e também da sociedade civil, o poder público segue alheio ao atendimento da população, pois a cada dia vem precarizando o acesso aos direitos oriundos tanto da assistência social quanto das diversas outras políticas públicas.

Na medida em que houve o agravamento da pandemia os desafios têm se tornado maiores, como sinaliza Pedro Otoni quando enfoca que:

> A pandemia de Covid-19 se constitui como um evento inesperado de proporções globais, cujos rebatimentos são mais profundos na população empobrecida, visto que o cenário brasileiro já é extremamente vulnerabilizado por inúmeras carências sociais no qual sequer as necessidades básicas desses sujeitos sociais são atendidas (Otoni, 2020, p. 170).

Em meio a esses dilemas, é que a população trabalhadora favelada se depara, e com isso precisa das respostas as demandas apresentadas. Com isso, tem sido identificados alguns movimentos de moradores de favelas que instituem ações da rede de solidariedade ativa que apesar de estarem inseridos, como sinaliza Ricardo Antunes (2020), em "um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e pela precarização que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, do subemprego e da informalidade" (p. 181), rompem e criam com rebatimentos através de ações para atender as demandas da população pobre das periferias urbanas.

Essas mobilizações têm promovido resultados importantes para a população, como é o caso das ações que vêm sendo realizadas no Morro da Providência, localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, onde várias estratégias têm sido adotadas pelos coletivos e lideranças comunitárias para garantir o isolamento dos idosos e sobrevivência das famílias, através de ações que vão desde a estruturação de hortas comunitárias até a passagem de carros de som explicando a respeito do processo de contaminação e as recomendações para evitar o contágio. E de forma prática e efetiva foram instaladas 37 pias ao longo do morro com o fornecimento de 1.200 litros de sabão produzido na própria comunidade através da reciclagem de óleo de cozinha, conforme ressalta Anouk Aflalo Doré em reportagem para o RioOnWatch — Relato das favelas cariocas:

> Além disso (e que coisa bonita!): já foram 37 pias instaladas ao longo do morro e 1200 litros de sabão produzido com óleo de cozinha reciclado daqui da região! E tem bem mais vindo aí...E ainda por transferência bancária ou vaquinha, até empresa grande já fez doação! E pra distribuir isso tudo? Morador se cadastra por Zap, e quem tá mais vulnerável tem prioridade! (Doré, 2020).

Essas ações coletivas vêm sendo de suma relevância para o morador que há alguns anos convive com o descaso público, que mesmo tendo vivenciado um processo de revitalização urbana da região, implementada pelo projeto do Porto Maravilha, as ações não se estenderam na atenção ao desenvolvimento de outras políticas transversais e fundamentais para o desenvolvimento econômico e social local.

Com a pandemia, esse abandono estrutural dos bairros portuários tornou-se evidente, tanto pela ineficiência na prestação de serviços essenciais básicos, quanto pelo acesso à rede básica de saneamento como esgoto e água encanada, requisitos extremamente importantes como forma de prevenção ao novo coronavírus, assim como a saturação da rede de saúde pública.

As ações coletivas se constituíram como fundamental arma para os moradores enfrentarem as precariedades na prestação dos serviços, e diante de um quadro de incertezas, a rede de solidariedade ativa, vem representando um "porto seguro" no acolhimento e ajuda aos mais necessitados, diante da baixa atenção dada pelo Estado no atendimento das políticas públicas a essa população, que permanece invisibilizada com pouco acesso aos serviços de saúde e assistência social neste momento de crise sanitária.

Embora o Morro da Providência esteja localizado na região central da cidade carioca, o abandono estrutural e social é visível, bem como a grande concentração de moradias precárias, sem ventilação, o escasso fornecimento de água dentre outras ausências, as quais contribuem não somente para o agravamento das desigualdades sociais, mas tornou-se ainda mais cruel para a população, em função das medidas sanitárias recomendadas pela OMS, como lavagem frequente das mãos, uso de álcool em gel, uso de máscaras de proteção e o isolamento social, o que se torna um duplo desafio para os moradores do morro, considerando suas condições de habitabilidade, ponto elucidado por Paixão e Gomes:

> [...] o tédio do isolamento social para os setores médios, e principalmente para as elites, tem como contrapartida a fome coletiva da população mais pobre. Para algumas comunidades espalhadas em grandes e médias cidades "ficar em casa" (e sabemos da importância desta medida) é também manter mais de uma dezena de pessoas em poucos metros quadrados, sem a circulação de ar (e a doença se

> instala nas vias respiratórias) e sem água. Clamar por higiene para a população pobre, que sequer dispõe de recurso básico como a oferta de água e esgoto, é quase uma ironia. (Paixão; Gomes, 2020, p.185).

Contudo, a precariedade da rede de proteção social para esses segmentos está diretamente relacionada com a forma pela qual o Estado atua por meio da fragmentação das políticas públicas, sem efetivar ações que realmente sejam eficazes e que garantam a prestação dos serviços necessários a população, que segundo Otoni (2020) "independente da orientação política dos estados, a pandemia parece ser melhor respondida por países que preservam um nível razoável de serviços públicos de caráter universal" (p. 179), no atual contexto precisam ser mantidas e fortalecidas no tocante ao investimento para que as ações consigam garantir a vida de seus cidadãos.

A invisibilidade dessa população pode ser traduzida no que Antunes (2020) aponta como uma das consequências da "ampliação do empobrecimento", a qual impacta, sobretudo, no adensamento das desigualdades sociais, como é o caso da população residente no Morro da Providência — região portuária carioca que abriga um expressivo contingente populacional carente de acesso a bens e serviços — que convive com a fragilidade de uma realidade social desigual, onde grande parcela dos trabalhadores sobrevive das tarefas desempenhadas pelas práticas do trabalho informal, setor impactado em grande proporção pela pandemia.

Considerações finais

A crise pandêmica tem sido um dos desafios para a população que antes já vivenciava em seu cotidiano dificuldades de acesso a recursos básicos para sua sobrevivência, tais como: alimentação, moradia, saúde entre outros. Com estabelecimento das medidas sanitárias determinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) esses sujeitos tiveram que enfrentar mais um desafio, que é o de manter a higiene corporal e dos produtos como medida de prevenção contra à Covid-19.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus vem evidenciando o quanto os investimentos em políticas públicas, sobretudo na área da saúde e da habitação popular precisam ser repensadas no Brasil, assim como o acesso a melhores condições de saneamento básico — água tratada e esgotamento sanitário. Segundo Paixão e Gomes (2020, p. 181), "os impactos epidêmicos estiveram relacionados às péssimas condições sanitárias, tanto nas cidades, onde a comunidade negra era maioria entre a população

livre pobre, como nas áreas rurais, com o predomínio populacional de escravizados" configurando-se como descaso por parte do Estado no âmbito das políticas públicas.

Desta forma, lutar contra a invisibilidade social se constitui como luta diária dos moradores de favelas, visto que eles têm se organizado de forma a possibilitar que seus pares tenham acesso a informação em relação ao contágio do novo coronavírus para que assim possa ter possiblidades mínimas de manter-se protegido na medida do possível diante do atual cenário pandêmico.

E mesmo diante do agravamento do desemprego no país, evidencia-se que as ações que foram desenvolvidas através de práticas coletivas promovidas pelo próprio povo com a colaboração da sociedade civil, vêm contribuindo de forma efetiva, objetivando ofertar a esses segmentos já fragilizados, condições mínimas de vida, como alimentação, produtos de higiene pessoal, acesso à informação em relação a pandemia e encaminhamento para o tratamento dos acometidos pela Covid-19.

Portanto, a população brasileira vivencia seu mais profundo abismo que se configura por um Estado que negligencia as necessidades básicas da população, com ações que atuam de forma pontual implicando no aumento dos casos confirmados e agravamento das disparidades sociais.

Outro aspecto de relevância está centrado na prática negacionista da desqualificação da ciência, não a reconhecendo como único caminho de combate a pandemia, ou seja: vivemos "tempos obscuros em que ganha força no mundo uma ultradireita se legitimado no negacionismo científico" (Costa, 2020, p. 159), que estrategicamente, negligencia ações de atenção à saúde dos segmentos populacionais já vulnerabilizados.

Todavia, ações como vem ocorrendo no Morro da Providência trazem a esperança e fortalecem os coletivos urbanos, que lutam contra todas as adversidades e buscam, dentro da realidade local, a transformação de sua comunidade, produzindo informações e ações de prevenção e combate a pandemia da Covid-19. Construindo, assim, caminhos para preencherem as lacunas de acesso aos direitos de todo cidadão brasileiro, a saber: segurança alimentar, assistência social, acesso ao auxílio emergencial, orientações de saúde, acolhimento, entre tantas outras ações que visem contribuir com a dignidade e a vida das pessoas já tão fragilizadas por inúmeras perdas afetivas e econômicas (Botão; Nunes, 2020).

Desse modo, o combate a pandemia da Covid-19 perpassa por ações cotidianas, as quais tem impacto importante na vida da população, e por ações coletivas, como essas desenvolvidas no Morro da Providência, que representam essa particularidade de luta, resistência e união de povos que por vários séculos, lutam em prol da sobrevivência e do acesso aos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Polen Livros, 2019.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena:* reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020, p. 181-188. Disponível em: http://editorapraxis.com.br/quarentena/. Acesso em: 15 jan. 2021.

BOTÃO, Márcia; NUNES, Nilza Rogéria. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial n 52*. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/media/pdf/2021/marco/05/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

COSTA, Reginaldo. Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia. Acesso em: 27 fev. 2021.

DORÉ, Anouk Aflalo. Covid-19 Desmascara o Privilégio do Isolamento no Rio e em Todo o Brasil. *RioOnWatch — Relato das favelas cariocas*, 20/04/2020. Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=46544. Acesso em: 10 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO PESQUISAS E ESTATÍSTICAS (IBGE). *Pesquisa Nacional de Amostras Domicílio* (*PNAD*). 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 05 mar. 2021.

INSTITUTO POLIS. *Raça e Covid no Município de São Paulo*. Julho 2020. Disponível em https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp. Acesso: 07 abr. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Projeto Prata Preta*: levantamento sobre os cortiços da área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/06/Relat%C3%B3rio-levantamento-corti%C3%A7os-%C3%A1rea-portu%C3%A1ria-Projeto-Prata-Preta-nov-2016-1.pdf. Acesso em: 17 fev.2021.

OTONI, Pedro. Presente e futuro — sete apontamentos. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). *Quarentena*: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6 Editora, 2020, p. 171-180. Disponível em: http://editorapraxis.com.br/quarentena/. Acesso em: 15 jan. 2021.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 27 fev. 2021.

RODRIGUES, Vicente A.C.; STAMPA, Inez. A pandemia e a 'inteligência' do presidente. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 27 fev. 2021.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria de. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, maio/ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf. Acesso: 15 abr. 2021.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, Rio de Janeiro, v. XXIV, n. 127, p. 581-597, 1994. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

MULHERES E PANDEMIA: CUIDANDO DE SI E DAS OUTRAS

ANA LOLE • NILZA ROGÉRIA NUNES

"Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo."

[SUELI CARNEIRO, ENEGRECER O FEMINISMO, 2019, P. 315]

Este texto realiza um diálogo sobre as redes de proteção social e de cuidado, forjadas por mulheres na favela no contexto da pandemia da Covid-19. Entendemos que as mulheres de favela, sobretudo negras, foram as mais atingidas pela crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, porém são elas as que mais se organizaram para o cuidado de si e das outras no território.

Nosso texto está dividido em duas partes: uma que traz o debate sobre as mulheres no contexto da pandemia; e outra que traz a experiência vivenciada por mulheres de favela na formação de redes de proteção social e de cuidado.

Pandemia e mulheres

A pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades sociais no nosso país, evidenciando a ausência do Estado nos espaços populares. Levando principalmente, as mulheres de favela, a se fortalecerem na rede de proteção social e de cuidados. A pandemia ao chegar sacudiu a rotina de todas as mulheres, porém foram as mulheres de favela, sobretudo negras, que tiveram suas vidas viradas ao avesso.

As desigualdades de gênero se acentuam na divisão sociossexual e racial do trabalho das mulheres. Elas quase sempre estão submetidas aos menores salários, a condições precárias nos vínculos empregatícios muitas vezes terceirizados, além do grande contingente que atua no trabalho doméstico com pouca ou nenhuma proteção social trabalhista, levando ao que denominam de "feminilização da pobreza"[1]. Ao nos referirmos à feminilização da pobreza é importante considerarmos que estamos falando de mulheres pobres, sobretudo negras, as quais, segundo Lavinas (1996), não irão buscar construir uma cidadania própria a partir do predicado de pobreza, pois não é possível reivindicar o direito de ser pobre. Por isso mesmo, mulher pobre é uma forma de: "categorização social forçosamente gestada pelas instituições, pelas elites pensantes, pela classe política. Não é um processo identitário com vistas à constituição de um campo legítimo de interesses e a mecanismos de representação" (Lavinas, 1996, p. 466).

Ainda de acordo com Lavinas (1996), pesquisas têm revelado que a mudança na composição das famílias altera a dinâmica familiar dos setores mais empobrecidos da população; onde a mulher passa a acumular, sozinha, funções de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução. Tais pesquisas também revelam, que é crescente o número de mulheres chefes de família que se tornam mais vulneráveis, na medida em que ocorre um alto grau de discriminação da mão de obra feminina, com rendimentos inferiores e o desempenho das tarefas mais desqualificadas.

Isso nos leva a refletir que o cuidado sempre esteve ligado às mulheres: o cuidado com a casa, os filhos, os idosos, com o outro etc. E para isso elas sempre contaram com uma rede de proteção social. Com as regras para conter a pandemia, essa rede de proteção tornou-se limitada e o cuidado ganhou uma dimensão maior. Proteção social definida como uma:

> [...] regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos. Isto quer dizer, uma noção na qual se entenda a proteção social além dos fenômenos do protecionismo persistentes nos séculos XIX e XX sob o liberalismo e o neoliberalismo, portanto, não como uma invenção do capitalismo. [...] Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestam, nos modos os mais variados de vida, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça de perda eventual ou permanente autonomia quanto à sobrevivência. (Costa, 1995, p. 99).

[1] A opção pelo uso do termo "feminilização" e não "feminização", apesar de serem sinônimos, foi por ser um termo proveniente de feminilidade. Para maior aprofundamento ver: Molinier e Welzer-Lang, 2009.

Os sistemas de proteção social no Brasil, como práticas de longa duração histórica, ajudam a entender melhor as desigualdades de gênero, sobretudo no que se refere ao distanciamento masculino do trabalho do cuidado.

O trabalho do cuidado tornou-se imprescindível nesse momento de crise global, e acreditamos que essa é uma questão a ser considerada durante e no pós-pandemia. De acordo com a pesquisa "Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia", realizada por **Gênero e Número** e por **SOF — Sempreviva Organização Feminista**, o cuidado:

> Trata-se de uma dimensão da vida que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios. Não deu certo até aqui sendo assim. A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus. (Relatório, s/d, p. 11).

Sabemos que, historicamente, as mulheres sempre estiveram à frente dos cuidados e isso não seria diferente em tempos de Covid-19 (Freitas; Almeida; Lole, 2020). Esse cuidado com o outro tem muito a ver com o trabalho doméstico realizado, principalmente, por mulheres pobres, em sua maioria de favela e negras, que deixam seus lares para cuidar de outros, pois dependem de recursos financeiros para sustentar sua família, uma vez que mais de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. E também as mulheres: "fazem isso não apenas via trabalho, mas por meio de muitas e diversificadas redes, na maioria das vezes, redes femininas" (Freitas; Almeida; Lole, 2020, p. 215).

Cumpre destacar que a constituição dessas redes é um processo histórico que tem marcado as formas de resistência e autoproteção da população negra, sobretudo mulheres, na diáspora. Isso se torna ainda mais necessário em momentos de crise, como a da pandemia da Covid-19, diante de um Estado que historicamente se apresenta como violador e violento com esse segmento da população e ausente na provisão de proteção social via políticas públicas e serviços sociais, especialmente em territórios de pobreza como é o caso das favelas.

Pandemia e favela: redes de proteção social e de cuidado

A pluralidade e a diversidade da vida cotidiana das favelas imersas em suas contradições e conflitos, advêm de longa data. Estudos importantes como os de Lucien Parisse (1969); Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978); Janice Perlman (1980); Milton Santos (1978; 1988); Marcus Alvito e Alba Zaluar (1998); Lícia Valladares (1980; 2006); Jorge Luiz Barbosa e Jailson de Souza e Silva (2009; 2013), trouxeram contribuições substanciais que subsidiaram a afirmação de (re)existência desses lugares, retirando as favelas do anonimato da metrópole, revelando a sua complexidade social e urbana e sua importância econômica, política e cultural.

Ainda que existente e resistente estas são permeadas por uma frágil presença do Estado e que, no contexto da pandemia da Covid-19, agudizaram as precariedades das condições econômicas e sociais para quem habita estes espaços populares. Não houve por parte do poder público um plano de contingência para enfrentamento da crise sanitária e suas inúmeras consequências na vida dos mais pobres. No entanto, estes espaços populares são permeados por outra sociabilidade, cuja vocação para o desenvolvimento de organizações socioculturais e de construção de estratégias para o enfrentamento das demandas, está fortemente enraizada na vida da favela. E a pandemia revelou o quanto suas particularidades são potentes, quando o "nós por nós" se torna sinônimo de necessidade e estratégia para sobrevivência.

Com um jeito próprio, "autoridades" informais com pertenças locais validadas pelo reconhecimento público, despontam nessa cena, são as lideranças comunitárias femininas publicamente identificadas por seu ativismo social e político. Quase sempre negras e pobres, trazem no corpo múltiplas expressões de uma sociedade marcada pela opressão de gênero, classe (Akotirene, 2019; Carneiro, 2002; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 1994; Werneck, 2010) e de espacialidade, mas convergem no desejo de transformação coletiva de seus lugares de vida e de atuação. Com suas "táticas de resistência" e "astúcias sutis" (De Certeau, 1994) não obedecem às normativas impostas às mulheres desde sempre, pois estão comprometidas com as lutas comunitárias e populares, inventando e reinventando um outro jeito de fazer política com agendas locais, mas com um projeto de cidade capaz de produzir efeitos nas condições de desigualdade social tão acentuadas e expressas na dicotomia simbólica da cidade.

As redes de cuidado tecida por essas mulheres são avaliadas, muitas vezes, pela pura descrição do: "lugares de mulheres" (Perrot, 2001), sem atentar para as conexões entre o pessoal e o político (Nunes, 2018; 2021). No contexto da pandemia, as lideranças aqui em cena no pleno exercício do seu micropoder desenvolvem estratégias

capazes de responder de forma imediata às emergências locais. Mobilizam recursos diversos junto à sociedade civil, acionam o poder público e criam diversos planos para enfrentar este momento de crise na saúde pública.

No que se refere à necessidade de isolamento social com perda de trabalho e/ou condições de provisão de renda, articulam formas de contribuir com a segurança alimentar e nutricional das famílias. Principalmente as chefiadas por mulheres em condições de pobreza e pobreza extrema, uma vez que as mães das favelas são as mais prejudicadas, pois muitas tiveram que abandonar seus empregos para ficar com os filhos sem escola.

Na perspectiva da proteção social e do cuidado, a atenção aos idosos vem sendo imprescindível neste momento. Como as ativistas comunitárias são exímias articuladoras de redes dentro e fora das favelas, à gestão de voluntários numa corrente de solidariedade vem sendo um importante mecanismo para apoio e acompanhamento dessas pessoas. Ademais, acrescentamos o acolhimento às famílias que perderam seus entes queridos e carecem imensamente de apoio emocional. Nesta perspectiva, várias lideranças são mediadoras entre profissionais de psicologia e serviços de psicologia aplicada das universidades, que estão prestando atendimento voluntário via internet[2], contribuindo com o desafio de controle da ansiedade e outros sintomas associados. Neste sentido, consideramos que promover ações que protejam a saúde e o bem-estar das pessoas mais vulneráveis é contribuir com o aumento da equidade, aspecto este que está diretamente relacionado aos princípios da promoção da saúde.

Nesta perspectiva do cuidado acrescentamos a violência contra mulheres. Decorrente de desigualdades nas relações de poder, em tempos de pandemia, a vulnerabilidade das mulheres fica ainda mais exposta. Também diante deste desafio, estas lideranças são sensíveis e atentas, e possuem uma importância fundamental nessa rede de proteção local. Para além do acolhimento aos corpos adoecidos dessas mulheres, prestam orientação sobre o sistema de garantia de direitos, seguindo o princípio de que se cuida cuidando das outras.

No seu ativismo cotidiano, essas mulheres constroem pontes e estabelecem parcerias com as unidades de saúde e assistência social, relação fundamental para o atendimento

[2] Vale mencionar as redes de profissionais pretos e pretas em saúde mental, que tem disponibilizado acolhimento online às mulheres e homens negros/as durante a pandemia. Disponível em: https://mundonegro.inf.br/atendimento-on-line-uma-lista-com-psicologas-pretas-para-voce-continuar-se-cuidando/. Acesso em: 10 abr. 2021. Ver também: Revista da ABPN, v. 12, n. Ed. Especial: Caderno Temático "Articulação Nacional de Psicólogos/as Negras/os e Pesquisadoras/es", out. 2020. Disponível em: https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/42. Acesso em: 10 abr. 2021.

às vítimas da Covid-19. São capazes de mediar o acesso aos serviços, e prestar assistência e orientação no que diz respeito aos caminhos a serem percorridos e que asseguram o direito à saúde e à assistência social. Assim, intersetorialidade está no horizonte das ações colaborativas, uma vez que envolve e articula políticas públicas, organizações da sociedade civil e a comunidade.

Considerações finais

A pandemia da Covid-19 expõe as desigualdades da sociedade brasileira e suas consequências. Aos pobres notadamente negros e negras, as condições de moradia, de saneamento, de acesso aos serviços de saúde, entre outros, definem quem são as prioridades nessa sociedade de classe, cujos interesses partem dos desejos individuais em contraponto aos interesses coletivos. Nesse sentido, o fortalecimento dos cuidados primários, dos serviços sociais e de saúde com base na comunidade, são pautas imprescindíveis acerca do papel da promoção da saúde e da prevenção de doenças para o bem viver da população.

Essas lideranças comunitárias enquadram-se, em sua maioria, em preceitos raciais, culturais ou econômicos de marginalização, o que as têm levado a se organizarem a fim de modificar suas condições de vida. Participam de redes, coletivos, movimentos sociais, instituições religiosas, conselhos de direitos e em menor grau, partidos políticos. Ou seja: atuam em rede. Os nós das redes são lugares de conexões que correspondem a lugares de poder e de referência. É através desses pontos que a rede se solidariza.

A capacidade de articulação e circulação na cidade as torna autônomas e com mais liberdade para construir os caminhos que as levam a resolver a vida: delas, de suas famílias e de suas comunidades — aqui no sentido genuíno que o termo sugere — o lugar de pertencimento, das relações de vizinhança. Reconhecer e assegurar a sustentabilidade social e cultural torna-se um desafio ao *status quo* atual de nossa sociedade, sendo fundamental uma mudança de paradigma, onde a competitividade e os interesses individuais devem ceder lugar à defesa da solidariedade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-126, fev. 2013.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e (Org.). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas/BNDES, 2009.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista:* conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação:* a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena:* reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 214-220. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 10 abr. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.383-386, 1994.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, 2º sem. 1996.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 101-106.

NUNES, Nilza Rogeria. *A Mulher de Favela*: o poder feminino em territórios populares. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma; 2018.

NUNES, Nilza Rogeria A. The power that comes from within: female leaders of Rio de Janeiro's favelas in times of pandemic. *IUHPE - Global Health Promotion*, p. 1-8, 2021.

PARISSE, Lucien. Favelas do Rio de Janeiro: evolução-sentido. *Caderno do CENPHA* - Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, Rio de Janeiro, n. 5, 1969.

PERLMAN, Janice. *O Mito da marginalidade*: favelas e política no Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PERROT, Michelle et al. A história das mulheres. cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia (tradução de Rachel Soihet, Rosana M. A Soares, Suely Gomes Costa). *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p.7-30, 2001.

RELATÓRIO de Pesquisa. *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Pesquisa realizada por Gênero e Número e por SOF Sempreviva Organização Feminista. S/l, s/d. Disponível em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio/. Acesso em 10 abr. 2021.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa*. 2 ed. São Paulo: Ed. Zahar, 1980.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela*: do mito de origem da favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v.1, n.1, p. 7-17, mar./jun. 2010. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303. Acesso em: 10 abr. 2021.

DISSIDÊNCIAS SEXUAIS, VIDAS PRECÁRIAS E NECROPOLÍTICA: QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL[1]

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

Introdução

O objetivo deste capítulo é tratar criticamente de algumas questões a partir de estudos, pesquisas e militância no campo das dissidências sexuais, em particular, sobre as pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não-bináries, intersexos e mais (LGBTQI+)[2], tomando os conceitos de vidas precárias (Butler, 2015, 2019a e 2019b) e de necropolítica (Mbembe, 2018), tendo como cenário as atividades do programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) e os debates produzidos no Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) com estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, docentes e ativistas.

[1] Esse texto é uma síntese da conferência proferida no Ciclo de Debates "Serviço Social em tempos de pandemia", atividade da disciplina "Tópicos Especiais em Serviço Social" do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, realizado no dia 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BScBbOsfuUo>.

[2] Oficialmente, a partir da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais — GLBT, em 2008, a nomenclatura LGBT começou a ser usada. Contudo, optamos, no presente texto, de incluir no conjunto das letras, o "Q" e o "I", como posto por essas militâncias das dissidências sexuais e de gênero. Poderíamos incluir também mais outras letras-identitárias, como o "A", de assexual e o "P" de pansexual, ficando assim LGBTQIAP+. No entanto, como essas duas expressões de identidades estão se tornando visíveis no ativismo nesse momento, além de não ter conhecimento da existência desses grupos ou coletivos organizados, optou-se somente por LGBTQI+.

Nesse momento de pandemia do novo coronavírus (Covid-19)[3], em particular, no Brasil, evidenciou-se uma tensão e radicalidade quanto a uma posição ético-política em defesa das vidas, corpos, subjetividades e sexualidades dissidentes frente ao modelo dominante cis-hétero-patriarcal-sexista-terrorista e racista, que impõe, nas esferas públicas e privadas, a moral sexual burguesa e conservadora na ordem política do ultraneoliberalismo na sociabilidade capitalística contemporânea.

Neste contexto de calamidade na saúde pública, decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), se viu na população LGBTQI+ aumentar e agravar seus indicadores de precariedades e vulnerabilidades. Desse modo, esse artigo tenta responder às questões críticas que atravessam este momento presente, impostas pelo distanciamento social, a quarentena, as ineficácias das políticas e governos, as perdas em diversas dimensões da vida social e muito mais, e que trazem implicações reais para a população LGBTQI+ em tempos de pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Vidas precárias e necropolítica: a LGBTQIfobia estrutural

Quando as identidades sexuais e de gênero são dissidentes, respectivamente, do heterossexismo compulsório e da cisgeneridade como regra naturalizada, observa-se que essas normatizações que orientam a lógica e a moral sexual dominantes nos espaços sociais, familiares, educacionais, de saúde, dentre outras instituições na ordem pública, produzem invisibilidade, silenciamento, rotulações ou aniquilamentos. Assim, em uma perspectiva biopolítica, o enquadramento desses sujeitos às identidades afetivo-sexuais e ao binarismo de sexo-gênero, do nascimento à morte, impõe-se a esses sujeitos, com seus corpos, vidas e subjetividades, o lugar de não humanos, de exclusão, de violência, preconceitos, discriminações e morte, causados pelo ódio ou aversão (Borrillo, 2010), denominado como LGBTQIfobia.

É nesse sentido, portanto, que se toma o conceito de vidas precárias, tendo em vista que a mesma definição vincula-se à forma como são identificados os que exercem suas sexualidades dissidentes, e, em particular, LGBTQI+, vistos ainda como abjetos

[3] A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a COVID-19, há mais de um ano e alguns meses, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, no mundo, registra-se hoje 127.788.017 casos infectados e 2.794.421 mortes. No Brasil, esses dados são de 12.573.615 de infectados e de 313.866 mortos, localizando-se em segundo lugar no ranking mundial, abaixo apenas dos Estados Unidos da América. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

que, "designa[m] aqui precisamente aquelas zonas 'inabitáveis' da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos" (Butler, 2019a, p. 20), marginais, não humanos, não reconhecidos em seus direitos em sua vida nua. Assim, como nos afirma Butler (2015) nem tudo que está vivo é uma vida, discorrendo sobre a precariedade do que chamamos de vida e seus enquadramentos.

Butler nos chama a atenção que a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, conforme Butler (2015), mas ao que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente.

> A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (Butler, 2015, p. 46-47).

Desta forma, segundo Butler (2015, p. 53), "a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas 'destrutíveis' e 'não passíveis de luto'". Assim, continua a autora:

> A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas ao que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente (Butler, 2015, p. 43).

Portanto, há vidas reconhecidas como tal. As vidas que importam e que são passíveis de luto, mas há, precisamente, as vidas precárias que não importam, aquelas que não serão choradas, aquelas que são menos vida, ainda que estejam contidas em um ser vivo, portanto, não humano, abjeto. Como nos afirma Butler (2019b, p. 36), "nem tudo que está incluído sob a rubrica 'vida precária' é, desse modo, a priori, digno de proteção contra a destruição".

Assim, é a política de morte, enquanto política de racismo do Estado, induzida em direção a determinados grupos populacionais descartáveis e invisíveis em seus corpos, vidas e subjetividades, que tem sido imposta pela ordem social do capital, como negros, quilombolas, indígenas, ciganos, favelados e, no nosso caso, LGBTQI+. Com "a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos" (Mbembe, 2014, p. 17), reside as vidas precárias e lixadas (Duarte, 2020a).

Ao tematizar o conceito de necropolítica, Mbembe (2018) foca nas formas de controle sobre a vida humana na sociedade contemporânea. Segundo o autor, "a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais" (Mbembe, 2018, p. 5).

Desta forma, a morte ou a aniquilação do outro não se limita ao corpo, mas a impossibilidade de viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas, na condição da dignidade humana e seu processo civilizatório. Portanto, é nisso que reside a precarização da vida na sua expressão estrutural e normativa para as condições de vida, trabalho, emprego, renda, saúde, moradia etc., mas também pelas expressões de gênero, sexualidade, raça e classe. A necropolítica, assim também se relaciona ao não reconhecimento dos sujeitos LGBTQI+ como sujeitos de direitos, pois o que esses demandam ao Estado é a proteção e a segurança à vida. É esse mesmo Estado que deveria garantir a proteção social, frente às normativas jurídico-legais, apesar de frágeis e precárias, mas o que se tem é uma ausência de políticas públicas para a população LGBTQI+, ainda mais no momento presente, reforçadas, estruturalmente, pela política de morte que caracteriza a biopolítica contemporânea.

Questões e demandas para o Serviço Social: a experiência de extensão-pesquisa

A primeira pesquisa que nos trouxe dados sistematizados para se pensar sobre os efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) na população LGBTQI+ foi a publicada pela *OutRight Action International*, intitulada, 'Vulnerabilidade amplificada: o impacto da pandemia Covid-19 nas pessoas LGBTQI' (OAI, 2020). O relatório revela o aumento dos tipos de ameaças que sofrem a população LGBTQI+ e as medidas de contenção que essas pessoas são e estão submetidas de forma dolorosa, em comparação com a população em geral, ainda mais a partir de um olhar interseccional sobre esses sujeitos.

O documento apresenta que, desde o início da pandemia as pessoas LGBTQI+ enfrentaram taxas mais altas de violência doméstica, desafios amplificados de acesso à saúde (como acesso a medicamentos), uma devastação dos meios de subsistência devido à super-representação de empregos do setor informal perdidos da noite para o dia, fome, falta de moradia e o bode expiatório religioso para a crise. Além disso, as organizações e coletivos LGBTQI+, que são uma tábua de salvação para essa comunidade, também têm lutado para sobreviver, tendo que se ajustar ao trabalho remoto para atender às novas demandas, enquanto enfrentam orçamentos reduzidos devido a uma crise financeira crescente. Esse quadro de precariedade da vida, que a população LGBTQI+ experimenta, revela a desproteção social e diversos tipos de violência, produtos das desigualdades sociais, além do requinte de crueldade com que seus corpos são assassinados, quando se leva em consideração os marcadores sociais de diferença de forma interseccional.

A população LGBTQI+ está, sem dúvida, sofrendo em razão do próprio vírus, mas, provavelmente, pelo impacto da pandemia na queda da sobrevivência que estrutura suas existências sociais, econômica, política e sanitária. É nesse contexto, portanto, que outra pesquisa, esta nacional, coordenada pelo #VoteLGBT (2020), com o mesmo objetivo, ou seja, sobre os impactos da pandemia na população LGBT+, revela que os principais impactos são: a piora na saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda.

Como podemos observar, são vários os desafios enfrentados pela população LGBTQI+, no mundo e no Brasil, frente às suas vulnerabilidades e às precariedades de suas condições de vida, mas, em particular, na ausência de garantia de políticas e direitos dessa população nesse contexto pandêmico, que já passou de um ano, e que continuará. Esse quadro é agravado ainda mais pelas crises econômicas, sociais e políticas que piora e atinge radicalmente o conjunto da classe trabalhadora, incluindo nessa os segmentos mais vulneráveis, como de LGBTQI+. Nessa comunidade, as pessoas transvestigêneres, negras, periféricas e pobres, são as mais precarizadas e com maior índice de vulnerabilidade. Já eram antes e agora se mantém durante a pandemia da Covid-19.

A pandemia e tudo o que a ela se relaciona com a população LGBTQI+ está longe de acabar. Destaca-se aqui que, mesmo frente a essas vulnerabilidades e precariedades, as estratégias de sobrevivência e resistência contra as violações e violências que transvestigêneres já passavam antes desse contexto de pandemia, só reforçaram os mecanismos de proteção adotados por elas, pois "o isolamento social sempre foi uma realidade para transexuais e travestis e as máscaras, agora de uso obrigatório, passam a ser, para elas, mais um escudo contra violências cotidianas" (Passos, 2020, s/p.).

Nesta entrevista no jornal Folha de São Paulo, a artista e travesti Maria Lucas, continua afirmando que os:

> [...] mecanismos atuais de proteção, como ficar em casa, distanciamento social, álcool em gel, são práticas que, de formas distintas, sempre foram utilizadas por nós, pessoas trans, que já somos distanciadas dos ambientes sociais, expulsas, de diversas formas, e que somos vistas como um corpo errado. Nós já temos que nos proteger diariamente contra múltiplas violências. Agora é como uma segunda camada de proteção (Passos, 2020, s/p.).

Em se tratando de violência e consequentemente os assassinatos dessa população, o Relatório do Disque 100, a população LGBTQI+ apresenta na discriminação e na violência psicológica, os tipos de violência mais relevantes, representando 16% das denúncias recebidas pela a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2020, p. 115).

No tocante à localidade da violação, observa-se que a população LGBTQI+ tem a casa da vítima, 30% das vezes, como local onde as violações ocorrem com maior frequência, em seguida a rua. Portanto, no contexto da pandemia, essa realidade só piorou. Soma-se que é no gênero masculino que se concentra a maior incidência das vítimas, com faixa etária entre 18 a 45 anos e de raça negra. Segundo o documento, a vítima: "é declarada como gay em 56% das ocorrências, transexual em 17% e lésbicas em 14%" (Brasil, 2020, p. 118). Registra-se que houve uma queda no número de denúncias entre 2018 (com 1685), para 2019, (com 846 registros). Salienta-se que esses registros, além da subnotificação, revela a relação de medo da maioria das vítimas com o discurso LGBTQIfóbico das atuais gestões tanto do executivo federal, como do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Segundo o relatório publicado em 2020, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil teve, em 2019, o total de 124 mortes de travestis e transexuais, renovando a posição do país no topo do ranking mundial de crimes contra minorias sexuais assassinadas (Benevides; Nogueira, 2020). Por essa razão que o Estado brasileiro, na atual gestão, omitiu dados sobre a população LGBTQI+ e apresentou informações mentirosas ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo em vista que fazia parte da sua estratégia política garantir seu assento em tal órgão, apesar de, concretamente, ter uma política contrária aos direitos dessas ditas minorias. Registra-se que o Brasil tem feito alianças, no contexto mundial, com representantes governamentais de países que corroboram com discursos fundamentalistas e conservadores, no âmbito desse espaço, no sentido de fazer retroceder os avanços e as pautas na esfera internacional dos direitos da população LGBTQI+.

No relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), publicado em 2020, 329 pessoas LGBTQI+ foram mortas, por violentos e cruéis assassinatos e por suicídios no Brasil em 2019, o que significa uma morte violenta a cada 26 horas e que mais da metade das pessoas LGBTQI+ mortas no mundo, moram no Brasil.

> De acordo com o Grupo Gay da Bahia, 38% das vítimas LGBTQ+ mortas em 2019 eram mestiços e negros, enquanto 36% se definiam como brancos. Embora a maioria dos assassinatos diga respeito de pessoas homossexuais (63% de vítimas, incluindo 10% lésbicas e 53% gays), transexuais e travestis ocupam uma proporção elevada nessas estatísticas, com 124 pessoas assassinados em 2019, mais de um terço do número total das vítimas registradas, segundo dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Vilela, 2021, s/p.).

Em estudo recente, Duarte et al (2020b) revelam que:

> [...] se a vítima for um transgênero é mais provável ser assassinada em via pública por ser facilmente reconhecida como LGBT e por trabalhar na rua, como profissional do sexo. Um ponto primordial a ser discutido consiste na perda precoce das vidas desses sujeitos, que são duas vezes mais acometidas por homicídios do que os gays e mais de 80% dos transgêneros são assassinadas com menos de 30 anos, revelando as suas vidas precárias, marcadas pelos diversos tipos de vulnerabilidade, particularmente, da ausência de proteção e segurança por parte dos Estados, mesmo que esses não criminalizem as dissidências sexuais e de gênero que caracteriza a população LGBT (Duarte et al., 2020b, s/p.).

Assim, se tomarmos o quadro de precariedade da vida da população LGBTQI+ no atual governo, antes e durante a pandemia da Covid-19, que só veio agravar e radicalizar as desigualdades sociais em geral e desse público em particular, pode-se afirmar que se trata de um governo da necropolítica com seu racismo de Estado, expresso no genocídio como estratégia e na ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQI+, contrário a tudo que se promove de garantia mínima de direitos humanos e políticas públicas para essa população. Haja vista a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (Conselho LGBT) e a sua mais nova remodelação, com a hegemonia dos assentos com a representação governamental.

Ao se tratar de alguns poucos direitos, portanto, essas foram as decisões da suprema corte nacional, através do Supremo Tribunal Federal (STF), como por exemplo, a adoção e casamento entre pessoas de mesmo gênero, seu reconhecimento como

família, retificação civil de nome e gênero e a LGBTQIfobia comparada ao racismo[4], dentre outros. De fato, há uma real ausência de política e proteção social para essa população, acometida pela insegurança, mostrando suas vulnerabilidades em decorrência da LGBTQIfobia estrutural na sociedade brasileira. Eis o nosso desafio!

Tomando essa realidade concreta, é que nos deparamos com a necessidade de uma resposta de fato a essas demandas e necessidades urgentes da população LGBTQI+ que nos chegam no Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Embora nossas atividades presenciais estejam suspensas, em decorrência das medidas sanitárias de prevenção da Covid-19, temos atuado em diversas frentes e projetos, de forma remota, além de atendermos pelos meios possíveis que a tecnologia de informação e comunicação tem nos proporcionado junto aos usuários LGBTQI+, como telefone, *e-mail*, *instagram*, *facebook*, *youtube* dentre outros.

De forma sintética, podemos elencar algumas dessas questões e demandas: a) aumento dos casos de violência e assassinatos; b) expulsão de casa e violência doméstica por jovens LGBTQI+; c) ausência de rede familiar de apoio; d) ausência de abrigos para esse público; e) aumento dos casos de saúde mental, como ideação suicida, suicídios, depressão e ansiedade; f) perdas de empregos e com maioria na informalidade, refletindo na falta de renda; g) interrupções e barreiras no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos, exames e tratamentos hormonais, no caso do processo transexualizador, mas de outros medicamentos, como no campo do hiv/aids, com a PrEP e PEP, além da resistência na busca por atendimento de saúde por causa da discriminação e estigmatização, ainda mais no contexto de pandemia.

Essas muitas demandas e questões não são simples de acolher e resolver, ainda mais nessa conjuntura pandêmica e de forma remota. É nesse bojo, portanto, que emerge uma rede informal de solidariedade presencial, muito em decorrência de ativistas locais implicados, em parte voluntários, atentos aos marcadores sociais de diferença, que produzem análise-intervenção interseccional e intersetorial, frente a todo esse processo de sucateamento das vidas precárias que se impõem as pessoas LGBTQI+.

---

[4] Desde junho de 2019, homofobia e transfobia são enquadradas como crimes de racismo. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que houve omissão legislativa a respeito do tema e determinou que os crimes fossem equiparados até que seja promulgada uma lei específica para criminalização desta conduta pelo Congresso Nacional. Além disso, a Corte determinou que, em casos de homicídio doloso, a identificação de LGBTQIfobia deve ser considerada circunstância qualificadora do crime, por configurar motivo torpe. O comportamento LGBTQIfóbico é aquele que hostiliza, rejeita, discrimina, age com ódio ou violência contra LGBTQI+.

Destaque aqui para a Campanha TranSolidariedade, voltada para as travestis e mulheres transexuais, trabalhadoras de sexo, em situação de rua e que apresentam outras vulnerabilidades sociais associadas na cidade. Produto de uma parceria entre o CeR-LGBTQI+, Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH) de Juiz de Fora e Território Mata e o Grupo Força Trans, contando com outros profissionais e militantes, essa ação se mantém ainda hoje, com mais de um ano, porque o cenário da pandemia do novo coronavírus e a radicalidade das desigualdades sociais ainda se mantem e se manterá.

Essas meninas, como são reconhecidas, não podem mais trabalhar nas ruas, a fim de evitar o contágio, prejudicando seu sustento e sobrevivência. Isso não significa ainda, que parte delas não o façam, mas isso não vem ao caso. Aqui cabe registrar que a referida campanha estrutura-se em quatro frentes, que são: a) vaquinha/arrecadação virtual, para apoiar financeiramente essas trabalhadoras, bem como custear a compra de itens de higiene pessoal e limpeza; b) arrecadação de donativos: recepção e distribuição de cestas básicas, máscaras de pano e kits de higiene pessoal e de limpeza; c) cadastro dessas trabalhadoras para receber os benefícios arrolados; d) criação de um grupo no *WhatsApp* para comunicação e acompanhamento; e) orientação sobre os benefícios socioassistenciais governamentais, como Cadastro Único (Cad-Único), Programa de Segurança Alimentar (PSA), Programa Bolsa Família (PBF), benefício de prestação continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Programa de Auxílio Emergencial ao Cidadão, além das orientações básicas sobre documentações civis.

Observa-se o quanto as meninas se encontram sem proteção social, ou seja, fora das políticas sociais, por desconhecerem os benefícios sociais, o mínimo da cidadania, precarizando ainda mais seus modos de existência, reforçado pela lógica perversa da exclusão e da vulnerabilidade.

Considerações finais

É público e notório a ausência de políticas públicas de Estado para a população LGBTQI+, isso é um processo histórico em que os sujeitos das dissidências sexuais sempre se encontraram, apesar das suas existências e resistências coletivas, frente à invisibilização, silenciamento e aniquilamento por parte do Estado brasileiro racista, cisheterosexista-terrorista e capitalista.

A análise empreendida neste capítulo levou em consideração essa ausência de políticas públicas da população LGBTQI+, as vulnerabilidades e precariedades das vidas e corpos das dissidências sexuais, tomando a política de morte no Estado ultraneoliberal no contexto da pandemia. Para tanto, toma-se a experiência profissional no CeR-LGBTQI+ na cidade de Juiz de Fora, frente a sua população usuária, afetada pela crise sanitária, política, econômica e social que reverbera no Brasil, particularmente, pela crise do capital.

Isso implica em uma atitude ético-política em defesa da vida, dos corpos e subjetividades, singular e coletiva, da população LGBTQI+ e seus marcadores sociais de diferença e de desigualdades, quando a perspectiva da interseccionalidade é levada na produção das opressões, como as discriminações, preconceitos, violações, vulnerabilidades, exclusões, violências e mortes, em particular, de transvestigêneres e *queer* negres, periféricas e pobres.

Resistir a esse momento histórico de retrocesso, de um verdadeiro e perverso desmonte de direitos e políticas sociais, só tem sido possível, no âmbito das práticas sociais, na forma da rede de solidariedade e apoio, na invenção coletiva de sentidos no cotidiano e na aposta de possíveis alianças para "adiar o fim do mundo" (e das vidas). Conjugar anti-capitalismo, anti-LGBTQIfobia, anti-cisheterossexismo e antirracismo, em perspectiva interseccional, é coproduzir impactos estruturais na vida e nos corpos dos sujeitos sociais e singulares, na intenção de outro projeto de humanidade, por outras esferas de relações sociais e de poder na esfera pública e privada, sem aniquilamento das diferenças e das subjetividades.

Portanto, se combinaram de nos matar, "combinamos de não morrer" (Evaristo, 2016, p. 106).

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. *Disque Direitos Humanos: Relatório 2019*. Brasília: MMFDH, maio de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/Relatorio_Disque_100_2019_.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019a.

BUTLER, Judith. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DUARTE, Marco José de O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A, D. (Org.). *População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19*. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020a.

DUARTE, Marco José de O.; MENDES, Wallace Goes; ANDRADE, Carlos Augusto Ferreira de; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. *Ciência & Saúde Coletiva* [periódico na internet], 2020b. Disponível em: http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/revisao-sistematica-das-caracteristicas-dos-homicidioscontra-a--populacao-lgbt/17788?id=17788. Acesso em: 08 jan. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 editora, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL — OAI. *Vulnerability amplified*: the impact of the COVID-19 pandemic on LGBTIQ people. New York: OutRight Action International, 2020. Disponível em: https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign_FINAL_LR_0.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

PASSOS, Úrsula. Mecanismos de proteção adotados na pandemia já eram regra para travestis, diz pesquisadora travesti. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2020. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/mecanismos-de-protecao-adotados-na-pandemia-ja-eram-regra-para-travestis-diz-pesquisadora-travesti.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=e-mail&utm_campaign=newsfolha. Acesso em: 30 mar. 2021.

VILELA, Pedro Rafael. Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. *Brasil de Fato*, São Paulo, 19 jan. 2021. Direitos Humanos. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional. Acesso em: 02 abr. 2021.

VOTE LGBT+. *Diagnóstico LGBT+ na pandemia*: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Disponível em: https://www.votelgbt.org/. Acesso em 01 abr. 2021.

SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E PANDEMIA

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA
CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

Introdução

O ano de 2020 ficou marcado na história e na lembrança de inúmeras pessoas pelo impacto de uma pandemia de nível internacional provocada pelo SARS-COV-2, o novo coronavírus. O vírus letal já provocou a morte de milhares de pessoas no mundo, e também de brasileiros. O Brasil passou a figurar nas estatísticas como o segundo país com pior desempenho em número de infectados e mortos pela Covid-19.

O caso brasileiro apresenta particularidades, pois trata-se de uma economia dependente, cuja formação histórica e social é marcada pela herança do escravismo, do colonialismo, do patrimonialismo, pela ideia de favor e pela "ajuda" e mando de grandes elites conservadoras. Essas determinações, apesar de "rompidas" no plano jurídico-formal, repercutem até os dias de hoje, embora o Brasil seja considerado uma república "democrática". Acrescenta-se a essa dinâmica, inúmeros impactos provocados pela incorporação, no Brasil, das políticas neoliberais de austeridade impostas pelos organismos internacionais, as quais comprometem os programas de proteção social brasileiros, materializados nas políticas sociais. Assim, é importante nessa reflexão pensar os efeitos desses elementos na política de saúde, a qual se tornará o epicentro das tensões e dificuldades que marcarão o enfrentamento da Covid-19.

A saúde, em sua trajetória no Brasil, sempre esteve atravessada por disputas políticas e econômicas, tendo o setor privatista como tensionador para que a saúde pública fosse desmontada, abrindo-se caminho para a regulamentação nacional dos seguros de saúde, ou seja, para a privatização em massa da oferta de serviços.

Nessa disputa entre a saúde como direito de todos e como mercadoria, é preciso considerar o que se denomina por iniquidades em saúde. Ou seja, desigualdades sociais

que afetam as condições de saúde e doença e que atingem um determinado grupo social de modo diferente. No caso brasileiro, os negros são os mais impactados. É importante destacar que essas desigualdades são evitáveis e que provocam danos irreparáveis na vida dos sujeitos. São caracterizadas por estudiosas como Werneck (2016), por: violência programada, um tipo de violência praticada conscientemente pelo Estado a partir das determinações de raça, ou seja, o racismo institucional.

Nesse sentido, pensar interseccionalmente os impactos provocados pela pandemia sobre a população negra é tarefa urgente e necessária. Existem estudos que evidenciam que a população negra é a mais atingida, tendo maiores índices de morte e sequelas provocadas pela Covid-19, assim como é o grupo mais afetado pela falta de atendimento e baixo índice de vacinação, mesmo entre os grupos prioritários.

O segundo Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas favelas, produzido pelo Observatório da Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que no período de junho a outubro de 2020, 44,61% dos casos notificados eram compostos por pretos e pardos, 37,04% eram brancos, 3,99% amarelos e 0,17% formados por indígenas. O dado etnicorracial não foi preenchido em 14,19% dos casos, outro aspecto que explicita os efeitos do racismo na sociedade brasileira. Em maio de 2020 uma ação do Ministério Público Federal[1], articulada com o Instituto Luiz Gama[2] e outros movimentos negros, exigiu a obrigatoriedade do preenchimento por autodeclaração desse campo nas fichas de notificação.

Com relação às formas de controle da doença (basicamente vacinação e isolamento social), observam-se importantes diferenças, considerando-se o quesito raça-cor. Segundo Fátima Marinho, epidemiologista que conduziu um estudo pela *Vital Strategies* e pelo núcleo de pesquisa Afro-Cebrap, "A expectativa de vida é menor entre a população negra, o que faz com que eles acabem excluídos dos grupos prioritários atuais de vacinação, que são os idosos". (Boehm, 2021). Diz a especialista ainda: "Negros são 56% da população brasileira e brancos são 43%. Se você olhar para a faixa etária de 60 anos e mais inverte: 50% são brancos, 49% são negros. Se chegar na faixa

[1] Cf. a matéria no site da Agência Brasil "Justiça determina registro obrigatório de raça em casos da covid-19". Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/justica-determina-registro-obrigatorio-de-raca-em-casos-da-covid-19 Acesso em 10/04/2021. Acesso em: 10 abr. 2021.

[2] "O Instituto Luiz Gama (ILG) é uma associação civil sem fins lucrativos formada por um grupo de juristas, acadêmicos e militantes dos movimentos sociais que atua na defesa das causas populares, com ênfase nas questões sobre os negros, as minorias e os direitos humanos". Tem por presidente o Professor Sílvio Almeida, importante intelectual negro na denúncia do racismo institucional no Brasil. Disponível em: http://institutoluizgama.org.br/quem-somos/. Acesso em: 10 abr. 2021.

etária de 80 anos e mais, 75% são brancos, só temos 25% de negros sobrevivendo até os 80 anos".[3] Além do acesso à vacinação, outra iniquidade em saúde que acomete a população negra diz respeito ao trabalho, pois medidas de proteção que incluem o isolamento, dificilmente poderão ser cumpridas por negros e negras que se veem compelidos/as a se expor a trabalhos nas ruas, marcados pela precariedade e insegurança. O trabalho do cuidado, remunerado ou não, é majoritariamente exercido por mulheres, sobretudo, negras.

Urge problematizar também nesse cenário a função que o Serviço Social possui diante de tamanha urgência sanitária internacional, como profissional interventivo face à realidade social. Quais os limites e as possibilidades postas? E o mais importante, quais mecanismos o Serviço Social pode instituir, nessa realidade social pandêmica, para viabilizar o acesso à saúde para a população negra?

Serviço Social e a defesa de direitos na pandemia

O Serviço Social é uma profissão institucionalizada no Brasil desde a década de 1930 a partir de uma necessidade do capitalismo "à brasileira" de mediar as relações sociais, controlar níveis indesejáveis de pauperismo e limitar o poder de organização da classe trabalhadora, sobretudo, pelas organizações sindicais.

O período de intensa urbanização e reorganização das instituições brasileiras demandou um determinado tipo de profissional, o qual pudesse estabelecer um pacto de conciliação das classes sociais. E o Serviço Social, oriundo das organizações sociais vinculadas à igreja católica que se baseava em uma doutrina social cristã conservadora e moralizante, se enquadrava na proposta (Iamamoto; Carvalho, 1982).

Até os anos de reorganização profissional, cujo ápice foi o movimento de reconceituação do Serviço Social, movimento este de base progressista, inovadora, questionadora da realidade social e da ação profissional e que almejava a pactuação com a classe trabalhadora, o Serviço Social seguiu atrelado a uma proposta tradicionalista, conservadora e moralizadora da vida, atendendo e priorizando a pacificação dos sujeitos e em prol da manutenção da ordem social.

[3] Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/especialista-aponta-recorte-racial-como-prioridade-de-vacinacao. Acesso em: 10 abr. 2021.

É preciso considerar que o Serviço Social enquanto profissão institucionalizada está estrategicamente situado, tendo a possibilidade de trabalhar pela ampliação dos direitos sociais e pela conquista de novos, ao mesmo tempo em que pode cerceá-los. Nesse sentido, se pensarmos no movimento de reconceituação e no desdobramento de perspectivas denominadas por Netto (1995) como "Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo" e, a que nos interessa, "Intenção de Ruptura", percebemos que as bases para a defesa dos direitos da classe trabalhadora estavam dadas a partir desta última vertente, a qual está hoje hegemonicamente situada no interior da categoria profissional em meio a disputas pelo projeto profissional.

O Congresso da Virada de 1979, demarca essa pactuação com a classe trabalhadora, porém, quem integra essa classe? Tratando especificamente da população negra, como evidenciam os estudos de Chalhoub (1988), no período pós-escravismo e da "abolição", esta população sempre esteve à margem do acesso às políticas sociais e da cidadania regulada (Santos, 1979), uma vez que não atingia o *status* de trabalhadora (com carteira de trabalho assinada). Nessa linha argumentativa, como pensar no alcance aos direitos a este segmento, se os direitos e o acesso às políticas redistributivas estavam vinculados ao primado do trabalho?

A situação no pós-Constituição de 1988 não se modifica, mesmo tendo como referência o texto constitucional, que de um lado preconiza a garantia de direitos universais (independente da condição de trabalhador) e, de outro, estabelece o repúdio ao racismo, sendo considerado crime. De acordo com o texto: "XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (Brasil, 1988). A necessidade dessa menção no texto constitucional ocorre porque o racismo estrutural é estruturante das relações sociais que se forjam no Brasil. O racismo consegue interferir e se introjetar nas relações sociais, na formação das instituições, nas relações religiosas, no campo do saber (destaque para o saber médico e do campo do direito), na distribuição, separação dos territórios e formação das cidades, enfim, em todos os espaços da vida social (Almeida, 2018).

Trata-se de uma dinâmica social que se perpetua continuamente. Nesse sentido, conseguimos compreender por que a população negra se encontra em situação de *apartheid* social, tendo direitos negados, morando distanciada dos grandes centros hospitalares ou tendo dificuldade de acessar os serviços ofertados pelo Estado como é o caso da política de saúde.

Na atual situação pandêmica, ter dificuldade em não conseguir acessar os serviços de saúde é ter negado o direito à vida. Os noticiários diariamente têm informado o posicionamento negacionista do atual governo federal, seguido por governantes e

gestores de outras instâncias oficiais, no que tange à pandemia e às recomendações científicas para o seu enfrentamento, tendo como ápice da crise sanitária a falta de oxigênio em alguns estados, o colapso da superlotação das grandes emergências, a não compra, atraso na produção e má distribuição das vacinas nos estados brasileiros. Os índices de mortalidade não param de crescer diariamente, tendo como demarcador importante, nesse estudo, os impactos severos sobre a saúde da população negra, localizada nacionalmente no Norte, Nordeste e Sudeste e, no caso carioca, nas favelas e periferias da cidade.

Esse segmento que já seguia sem acesso a saneamento básico, recursos financeiros, amontoados em moradias em territórios periféricos, sem acesso à água, álcool, alimentação adequada, torna-se mais fragilizado e mais susceptível à contaminação pelo SARS-COV-2. Para "controle" da propagação da contaminação, é recomendada a realização de higiene corporal (destaque para mãos), lavagem de roupas e uso diário de máscaras e álcool.

No estado do Rio de Janeiro as denúncias sobre desvio de verbas envolvendo a construção de hospitais de emergência e compra de equipamentos e insumos hospitalares para enfrentamento da pandemia, além de prejudicar toda a população carioca, impacta com maior severidade as vidas negras. Esses sujeitos, nesse território, já enfrentaram crise de abastecimento de água e estão concentrados em grande número nas favelas (onde as moradias são muito próximas dificultando a circulação de ar). Além disso, a população se depara com uma gestão pública que não consegue controlar a grande circulação e aglomeração de pessoas em transportes públicos, um dos maiores vetores de contaminação, em prol dos interesses dos grandes empresários cariocas. E mais recentemente, se constatou, no Rio de Janeiro, a circulação da nova variante do SARS-COV-2, que apresenta, até onde se conhece, maior poder de contágio.

Diante desse quadro, problematizar a posição do Serviço Social como categoria de trabalho que, alinhada ao projeto profissional (desde 1979), almeja outra ordem societária e que preconiza o rompimento com a ordem social desigual, excludente e violadora de direitos é extremamente importante. No Código de Ética do Serviço Social os artigos 5º e 6º preconizam que o profissional deve apresentar:

> V. Posicionamento em favor da **equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na **eliminação de todas as formas de preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (Brasil, 1993, grifos nossos).

Assim, infere-se que o Serviço Social é profissão estrategicamente situada na luta cotidiana para viabilização de direitos, materializados no acesso aos bens e serviços públicos de educação, lazer, cultura, assistência social, previdência social e saúde pública. É esse profissional que produz consensos em torno de interesses, seja para classe dominante, mas também para os interesses da classe trabalhadora (Iamamoto, 2011).

E na atual conjuntura pandêmica, é esse profissional que tem conseguido fazer a diferença, atuando de forma contínua, não somente nos distintos serviços de saúde, mas também na assistência social e em outras políticas setorializadas, pois além de cumprir o compromisso ético, compreende que segurança alimentar, acesso a recursos, à moradia digna, são determinantes importantes para a sobrevivência da classe trabalhadora negra diante do vírus tão letal como o da Covid-19.

Racismo Institucional e os impactos para a população negra

Muito tem se problematizado sobre racismo, mas realmente, será que conseguimos mensurar ou perceber quais os efeitos no cotidiano dos sujeitos negros? Segundo o Estatuto da Igualdade Racial em seu art. 6º o direto à saúde da população negra é de cunho universal, devendo ser assegurado acesso de forma igualitária pelo "poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos" (Brasil, 2010, p.12). Todavia, a realidade social tem evidenciado um caminho diferente, o qual se acirra a partir do determinante racismo institucional.

O racismo institucional é caracterizado por uma série de práticas e ações institucionalizadas que colocam alguns grupos sociais e/ou étnicos em situação de desvantagem social, econômica, tendo o acesso a espaços institucionais limitados e dificultados (Carneiro, 2019).

Para Vergès (2020) o capitalismo racial visa expropriar, explorar e extrair o máximo de bens e serviços de diferentes espaços territoriais, com o objetivo de manutenção das taxas de lucratividade e perpetuação desse modelo produtivo. E isso faz com que a saúde da população negra seja comprometida. Segundo Carneiro (2019), a saúde da população negra, sobretudo de mulheres, é perdida nessa sociabilidade, prática de violação de direitos e objetificação que ocorre desde o período da colonização a partir de uma lógica de desumanização dos sujeitos negros. Consta na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que "acesso a serviços de saúde é mais difícil e o uso de meios diagnósticos e terapêuticos é mais precário produzindo, em geral, evolução e prognóstico piores para as doenças que afetam negros no Brasil" (Brasil, 2001, p. 9-10).

De acordo com Flauzina (2017), a política de saúde direcionada à população negra em diferentes países na diáspora foi a de controle reprodutivo. Mulheres negras quando conseguiam acessar os serviços de saúde eram induzidas a realizar ligadura de trompas sob a justificativa de manutenção da saúde. Isso quando avisadas, pois, na realidade estadunidense o "governo continua a subsidiar fortemente a esterilização cirúrgica" (Davis, 2017, p.56), sem a devida orientação ou aviso da realização de tal procedimento.

No Brasil, feministas negras denunciaram nos anos 1980 e 1990 que as mulheres negras eram induzidas à esterilização abusiva, de forma aberta ou sutil. Tomavam como exemplo a situação de empregadores que exigiam atestado de laqueadura para admitir uma mulher negra no trabalho, além de denúncias sobre médicos e outros profissionais de saúde que levavam mulheres negras à prática por considerá-las incapazes no controle da sua reprodução (Roland, 1995). E isso tem vinculação direta com a necessidade de controle de corpos negros e continuidade da política de morte direcionada a esse segmento.

Uma das estratégias para escamotear o racismo à brasileira é o mito da democracia racial, ou como Bento (2002) definiu: pacto narcísico. Esse mito tem como objetivo afirmar que não há no Brasil qualquer conflito racial que se espraie para instituições, pois se trata de uma única nação brasileira, constituída a partir da interconexão harmônica entre os indígenas, negros e brancos, tendo destaque esse último, pois foi o responsável pela humanização, civilização e evolução dos outros povos. A mestiçagem, nessa concepção é percebida como algo positivo e se coloca como justificativa da inexistência dos conflitos, tal como ocorreu em outros países como no Estados Unidos, onde leis como Jim Crow foram institucionalizadas reafirmando o separatismo. Mas essa estratégia constitui um projeto de embranquecimento, formulado por especialistas e cientistas com a finalidade de ser institucionalizado e acabar progressivamente com a presença negra no Brasil (Schawarcz, 1993).

Em linha argumentativa contrária ao mito da democracia racial, Bento (2002), ao analisar as relações sociais nos espaços institucionais, confirma que a branquitude estabeleceu um pacto para conservar privilégios, manter as relações sociais hierarquizadas intactas e perpetuar o modelo social vigente de desigualdade social e expropriação da vida daqueles considerados diferentes como é o caso dos negros.

É a partir dessa perspectiva que compreendemos as desigualdades no Brasil, as quais são repostas historicamente, pois a colonialidade do saber, do poder e do ser baseadas na raça e no gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014), continuam em vigência. Em outros termos, a colonialidade é fenômeno, prática social forjada na colonização que se perpetua mesmo após esse período ter se findado. E isso nos auxilia a compreender

fenômenos como a discriminação, o racismo, o sexismo, a negação de direitos e o acesso à saúde pela população negra.

A política nacional de saúde integral da população negra revela alguns pontos de estrangulamento na saúde que evidenciam o racismo institucional. Os índices de morte materno-infantil, de abortamento, morte por eclampsia, gravidez na adolescência, falta de acompanhamento efetivo de mulheres na gestação e puerpério, mortes por hipertensão arterial, doenças do sistema circulatório, diabetes e doenças respiratórias, evidenciam as mortes evitáveis que atingem majoritariamente a população negra.

Na atual conjuntura pandêmica isso pode ser percebido a partir do racismo institucional, demarcado pelo número reduzido de atendimentos prestados à população negra, na ausência de hospitais situados próximo aos territórios mais distanciados dos grandes centros urbanos (espaços onde essa população vive), na falta de saneamento básico e na não distribuição de kits de proteção individual (máscaras e álcool), ou mesmo na forma como foi implementado o auxílio emergencial à população pobre e negra brasileira. Assim, cabe questionar, como promover saúde e prevenir doenças se as condições objetivas (sociais e econômicas) são desiguais?

Tudo isso, aliado à histórica desigualdade social que a população negra enfrenta fruto do escravismo, da colonização, da exploração e expropriação de vidas negras.E fica evidenciada pelo pauperismo extremo, desemprego, pela ausência de saneamento básico, moradia, alimentação, transforma-se em uma pandemia difícil de ser controlada e também se configura como mecanismo de perpetuação do racismo no Brasil (Araújo; Caldwell, 2020).

Considerações finais

A conjuntura pandêmica que tem se arrastado por mais de um ano, tem provocado danos físicos, mas também psicológicos nos diferentes sujeitos. Ao estendermos nossas lentes para a realidade da população negra, percebemos que os danos são mais severos, cruéis, evitáveis.

Não é sem qualquer motivação que o princípio da equidade está posto nas leis nº 8.142 e 8.080 de 1990, as quais regulamentam a oferta de serviços e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse princípio está posto porque há um entendimento de que existem as iniquidades em saúde e as desigualdades de acesso aos serviços no SUS por determinados grupos sociais como é o caso da população negra. Essas desigualdades foram escancaradas a partir da conjuntura social pandêmica o que requereu

um esforço importante das categorias profissionais, como é o caso do Serviço Social, no sentido de frear os impactos dessa realidade sobre a população mais fragilizada.

A realidade posta está atravessada por inúmeras dificuldades, porém, parafraseando Iamamoto (2011), é a partir do cotidiano, da análise do real que podemos, como profissionais, adotar outras estratégias que fortaleçam a população. No caso da população negra, a qual tem o racismo estrutural como mediador das relações que constituem a sociedade capitalista, a capacitação continuada à luz da luta antirracista, aliada ao cumprimento das orientações postas no código profissional é um passo importante. Isso requer compromisso profissional, mas sobretudo, a sensibilidade de realizar a análise do real, daquilo que está posto na essência do fenômeno, é compreender e desvelar de que maneira o racismo atravessa a vida dos sujeitos negros e reconstruir, a partir da nossa trajetória profissional cotidiana, a forma como os serviços são disponibilizados a esse segmento populacional. A humanização e a luta contra iniquidades também são compromissos postos no SUS!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANGELO, Jussara R.; LEANDRO, Bianca B.; PERISSÉ, André R. *2º Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas favelas*. Análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por Covid-19 em favelas cariocas. Número 02/2020. Sala de Situação Covid-19 nas favelas/Observatório Covid-19 Fiocruz: Informação para ação. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_final.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kia. *Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?* Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/. Acesso em: 01 mar. 2021.

BOEHM, Camila. Especialista aponta recorte racial como prioridade de vacinação. Negros são os que mais morrem na pandemia, afirma epidemiologista. *Agência Brasil*, Brasília, 29/03/2021. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/especialista-aponta-recorte-racial-como-prioridade-de-vacinacao. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília, DF: Seppir, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília. 2010.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo*: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Polén Livros, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília, 1993.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 83-105, 1988.

DAVIS, Angela. Doentes e cansadas de estarmos doentes: a política de saúde para mulheres negras. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Brasília: Brado negro, 2017.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social:* esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 506-514, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora, 2020.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: **https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf**. Acesso em: 01 mar. 2021.

A DIMENSÃO EDUCATIVA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO REMOTO COM IDOSOS EM CENÁRIO PANDÊMICO

MARIA HELENA DE JESUS BERNARDO • TANIA DE OLIVEIRA

O artigo constitui desdobramento de publicação anterior (Bernardo; Oliveira, 2020) e visa refletir sobre a dimensão educativa impressa no exercício profissional de assistente social no trabalho remoto com idosos, em serviço especializado de atenção à saúde do Rio de Janeiro[1], durante o período da pandemia da Covid-19 circunscrito entre os meses de março a setembro de 2020[2].

Pandemia e envelhecimento em contexto de desigualdade social

A pandemia instaurada em março de 2020, que se mantém atualmente exibindo sua face mais dramática[3], desencadeou, em particular naquele momento inicial, um conjunto de inquietações sobre como garantir aos idosos, em acompanhamento regular na unidade supracitada, a continuidade da assistência em saúde, o suporte necessário e a não exposição ao risco de contaminação. Vale lembrar que, em março e abril de 2020, a pandemia ocorria em contexto de relativo desconhecimento sobre

[1] Trata-se do Núcleo de Atenção ao idoso (NAI), unidade ambulatorial de saúde vinculada ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) e à Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ).

[2] O recorte temporal justifica-se pelo fato do trabalho assumir configuração distinta a partir de setembro de 2020 com retorno paulatino aos atendimentos presenciais.

[3] Em 28/03/2021, o Brasil atingiu o número de 312.206 mil mortes e a média móvel de 7 dias de 2.595 mortes diárias por complicações da COVID-19. Disponível em: https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/ .

transmissibilidade, tratamento e cura da doença. Não havia sequer expectativas quanto à vacinação. Eclodiam inúmeras indagações e dúvidas em meio ao cenário de absoluta perplexidade diante de um vírus tão letal.

Na área do envelhecimento, os desafios mostravam-se demasiadamente complexos. Afinal, tratava-se (e trata-se ainda) do segmento populacional de maior risco para complicações da Covid-19, seja pela idade mais avançada e/ou por presença de comorbidades[4]. Realidade que se consolidava epidemiologicamente, ganhando concretude numérica, à medida que a pandemia se desenvolvia. Segundo boletim divulgado em 29/12/2020 pelo Ministério da Saúde[5], entre 26/02/2020 e 26/12/2020, registraram-se 190.795 óbitos por Covid-19 no Brasil. A notificação de casos hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave por Covid-19 no país, no intervalo assinalado, foi de 579.026 casos, dos quais 186.762 evoluíram a óbito. O grupo populacional acima dos 60 anos foi o mais acometido por mortes, totalizando 138.331 óbitos, dos quais a maior concentração (57,5%) se deu na faixa de 70 a 79 anos. Entre as unidades da federação, o segundo maior número de óbitos (25.159 casos) incidiu no Rio de Janeiro. Dados da Fiocruz/RJ de outubro de 2020[6] apontaram aumento de 57% de óbitos entre idosos no município do Rio de Janeiro no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período nos anos de 2017, 2018 e 2019. E mais: indicaram também aumento de 78% de idosos que faleceram fora dos hospitais no município, sendo que o maior índice ocorreu entre pessoas negras e nos domicílios periféricos.

Se considerarmos as desigualdades sociais no envelhecimento, esse quadro de maior vulnerabilidade se intensifica em função do isolamento social, o qual pode desestabilizar física e mentalmente o idoso, além de ampliar a exposição às situações de violência, seja estrutural — pelo não usufruto de bens e serviços —, doméstica — pelo acirramento das dificuldades relacionais —, e institucional — pela restrição das visitas e contatos nas instituições de longa permanência (ILPI[7]). O "ficar em casa" com

---

4 Dados epidemiológicos mais recentes demonstram o rejuvenescimento da pandemia, afetando grupos etários mais jovens. Apesar do aumento de contaminação entre jovens, a mortalidade permanece alta na população idosa. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/boletim_covid_2021-semanas_10-11-red.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

5 Boletim Epidemiológico de nº 43 do Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/30/boletim_epidemiologico_covid_43_final_coe.pdf . Acesso em: 01 abr. 2021.

6 Disponível em: nota_idoso_equipe_gise_14.09.2020.pdf (fiocruz.br). Acesso em: 28 mar. 2021.

7 "Em diversos países, mostrou-se que a letalidade por Covid-19 nas instituições de longa permanência para idosos (ILPI) representa entre 30% e 60% de todos os óbitos. No Brasil, não há dados referentes a idosos que residem em tais instituições". Disponível em: BOLETIM COVID 6MESES_2020-10-15_EDICAO-OFICIAL_22h55 (fiocruz.br). Acesso em: 30 mar. 2021.

higienização adequada pode ser impossível para quem vive em moradias insalubres e sem tratamento sanitário. Da mesma forma, os efeitos do confinamento tendem a ser severos para o idoso que mora só[8] (ou com famílias) e seguramente trágico para aqueles com dependências físicas e cognitivas que já apresentam algum nível de redução no suporte familiar e institucional. Para os idosos independentes, as medidas de distanciamento geram afastamento das suas redes de sociabilidade, uma vez que os vínculos construídos nas praças ou grupos da terceira idade e o apoio formado por essas redes costumam figurar como efetivo sustento no enfrentamento das adversidades.

No âmbito dos cuidados domiciliares a idosos, um estudo da Fiocruz (2020)[9] detectou que, durante pandemia, houve aumento do volume de atividades gerando sobrecarga e tensão para as famílias cuidadoras. Entre as cuidadoras profissionais, os dados obtidos identificaram aumento do desemprego e redução salarial, sendo que, para aquelas que permaneceram empregadas, a realidade observada evidenciou extensão da jornada de trabalho e dificuldades para o acesso adequado aos equipamentos de proteção individual.

Mas se não bastasse essa realidade adversa, o discurso oficial do atual presidente da República e seus apoiadores reproduz uma política negacionista e "velhofóbica", nos termos de Miriam Goldenberg[10]. Foram muitas as expressões desrespeitosas que naturalizam a morte, banalizam o sofrimento humano e reproduzem o preconceito etário: "Os velhos vão morrer mesmo", "só vão morrer velhinhos doentes, vamos fazer a economia continuar", "e daí, não sou coveiro"[11], "É bom que as mortes se concentrem entre os idosos. Isso vai melhorar nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário"[12].

Os índices assustadores de óbitos em geral e especialmente entre idosos, a desorientação observada nas instâncias do poder central do país em relação à pandemia e à condução da crise sociossanitária em desenvolvimento, o caos crescente instalado na

---

8 Dados do IBGE (2016) mostram que 14,8% dos idosos moravam sozinhos e 25,7% em casal.

9 Avaliação do impacto da pandemia no trabalho e renda da população brasileira através de questionário aplicado a 45 mil pessoas entre 24/04 e 24/05/20. 20% dos respondentes eram idosos. Disponível em: ConVid Pesquisa de Comportamentos (fiocruz.br). Acesso em: 27 out. 2020.

10 Disponível em: https://www.bbc.com/portugese/brasil-52425735. Acesso em: 28 mar. 2021.

11 Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus - 01/05/2020 — UOL Notícias. Acesso em: 09/04/21.

12 Disponível em: Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep (terra.com.br). Acesso em: 09 abr. 2021.

saúde, desvelam nexos dessa ordem discursiva e das práticas daí decorrentes. A ideia que prevalece em tais discursos atribui menos valia ao velho ou àquele que envelhece, conferindo, por conseguinte, pouca importância à sua vida.

Tomemos os indicadores demográficos na área do envelhecimento para que possamos compreender às questões pertinentes ao idoso e suas condições objetivas de existência em nosso país. Tais indicadores deflagram disparidades por regiões e interseção entre os marcadores de classe social, gênero, raça/etnia (Bernardo, 2019). Enquanto a expectativa de vida média do brasileiro, em 2015, era de 74,8 anos, no estado do Alagoas a expectativa de vida era de 67 anos e mais da metade dos estados brasileiros apresentavam variação entre 66 e 71 anos (IBGE[13], 2016). A despeito da maior expectativa de vida entre as mulheres (78,3 anos) em relação aos homens (70,7 anos) (IBGE, 2016), as iniquidades de acesso à escolaridade dessa geração, ao trabalho formal e à proteção social expressam desigualdades de gênero, revelando, desse modo, que as desvantagens acumuladas pelas mulheres no decorrer da vida se acentuam na velhice. Outro dado demográfico esclarecedor refere-se à fração expressiva de idosos com baixa escolaridade ou total analfabetismo[14]. Quanto a questão étnico/racial, Silva *et al.* (2019) demonstram que idosos pardos e, principalmente pretos, vivenciam sistemáticos danos no decorrer dos ciclos vitais, culminando em maior exposição a fatores de risco, agravos à saúde e menor expectativa de vida[15].

No que tange à relação trabalho e envelhecimento, dados da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Brasil (2017) mostram que entre idosos ocupados no ano de 2015, 67,7% ingressaram entre 9 e 14 anos no mundo do trabalho. Na área rural, esse percentual sobe para 78,2%. São, portanto, segmentos da classe trabalhadora que envelheceram e tiveram uma trajetória de trabalho precoce,

[13] IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[14] Segundo dados de 2017, 38,3 % dos idosos brasileiros não tinham instrução ou tinham menos de um ano de escolaridade. Na região nordeste, 38,6% dos idosos não sabiam ler nem escrever enquanto na região sudeste esse número reduzia para 10,6% (IBGE, 2018). Quanto ao quesito cor, a taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 60 anos foi de 9,4% entre os homens brancos e 27,8% entre homens pretos e pardos. Um dado relevante é que as mulheres idosas apresentaram taxas maiores do que os homens quanto ao analfabetismo, variando também no quesito cor: 11,8% de mulheres brancas e idosas eram analfabetas contra 29,7% de mulheres negras.

[15] Desde 2010 observa-se o aumento da população negra (que inclui pessoas pretas e pardas), indicando, dentre outros fatores, maior reconhecimento, por parte desse segmento, sobre a importância de se encorajar na autodeclaração. Em 2016, constatou-se que 44,2% da população se considerava branca, 46,7% parda, 8,2% preta e 0,9% indígena. Apesar de maioria na composição demográfica, a população negra apresenta os piores indicadores sociais e de saúde (IBGE, 2018).

com vínculos descontínuos, baixa remuneração e acesso desigual à seguridade social — fatores que conduzem o idoso a enfrentar um quadro de incertezas, restrições e mesmo de desamparo.

Com respeito à dimensão geográfica, verifica-se que no município do Rio de Janeiro (RJ), segundo dados do Instituto Pereira Passos (2017), dos vinte bairros com maior número de idosos, doze deles localizavam-se na zona sul, seis na zona norte e dois na zona oeste. Se segmentarmos os idosos por idades (entre 60 e 70, e acima de 70 anos), os bairros com maior número de idosos acima de 70 anos eram Copacabana e Tijuca. Isto significa que os idosos mais velhos encontravam-se nas áreas mais privilegiadas da cidade com expectativa de vida de 75 anos em média. Bairros periféricos como Costa Barros, Complexo do Alemão, Santa Cruz, Complexo da Maré, Acari e Cidade de Deus, entre outros, apresentavam taxas de expectativa de vida oscilando de 62 a 66 anos de idade. O dado reflete as diferenças sociais territoriais e a associação dos condicionantes sociais à maior longevidade. Não por acaso, os bairros com menor número de idosos são os que têm menor índice de desenvolvimento social (IDS) e que estão situados nas favelas e regiões mais pobres da Zona Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro.

O fato é que o campo das políticas públicas para o envelhecimento já anunciava, antes da pandemia, muitos reveses. As condições de vida e de trabalho dos idosos brasileiros vêm sofrendo forte impacto com as políticas neoliberais, tanto na qualidade de suas aposentadorias e benefícios, quanto no acesso aos serviços de saúde, rede socioassistencial e demais insumos/equipamentos necessários. Se o envelhecimento representa uma conquista civilizatória, ao mesmo tempo evidencia múltiplos percalços diante do reiterado desfinanciamento das políticas sociais e de um sistema de proteção social cada vez mais focalizado. A pandemia explicita uma crise sanitária e política de extrema gravidade e escancara as desigualdades estruturais no Brasil, vulnerabilizando segmentos historicamente invisibilizados.

O trabalho remoto no Núcleo de Atenção ao Idoso e o projeto Monitoramento

Em março de 2020, com o estabelecimento de medidas restritivas de contato social e a necessidade de adequar o modelo assistencial à realidade sanitária, o Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) deu início a um amplo projeto de monitoramento remoto com os idosos e familiares assistidos pelo serviço, por intermédio do uso de tecnologias de

comunicação. Achavam-se entre os objetivos do projeto sustentar a continuidade da assistência em saúde, preservar os vínculos com idosos e cuidadoras do serviço, além de criar mecanismos de acolhimento, orientação, prevenção e cuidados da Covid-19 e outras complicações de saúde.

As diferentes argumentações sobre a qualidade técnica dos serviços ofertados através da mediação tecnológica devem ser consideradas, por isso seu caráter excepcional (face à pandemia) e complementar às atividades presenciais. O Serviço Social, apesar de não ter deliberação própria, reconhece que, em tempos de pandemia, ações remotas podem ser realizadas desde que observados os limites de acesso à população e devem estar em consonância com as competências e atributos profissionais estabelecidos na lei de regulamentação da profissão n. 8.662/1993 (CFESS, 2020)[16].

Envolvendo a totalidade de idosos em acompanhamento regular (cerca de 430 idosos e seus respectivos familiares), profissionais preceptores, administrativos e residentes das diferentes áreas, o projeto articulou ações de monitoramento à distância com miniequipes multiprofissionais e atendimentos presenciais pelas equipes médicas e de enfermagem. O monitoramento abrangia contatos telefônicos regulares, mensagens via *WhatsApp,* teleatendimentos e uma série de registros e planilhas de controle.

A lógica do monitoramento baseou-se na concepção de integralidade dos cuidados mediada pela prática de educação em saúde. Compartilhamos da ideia de que o cuidado institucional e profissional compõe um dos níveis da integralidade. Nesses termos, o cuidado não se reduz a um nível de atenção na saúde, tampouco a um procedimento técnico, mas uma concepção que aposte no encontro entre sujeitos e seja compatível com uma atitude de respeito, participação e responsabilidade com o outro (Pinheiro; Mattos, 2010). A dimensão educativa, por sua vez, realçou o caráter pedagógico e reflexivo da prática profissional, notadamente da equipe de assistentes sociais. A base de nossas ações apoiou-se na incompatibilidade de pensar a saúde dissociada da organização social do trabalho e da integralidade como desafio às práticas interdisciplinares/interprofissionais.

[16] Os demais conselhos elaboraram normativas e/ou deliberações, estabelecendo requisitos que garantissem condições mínimas para sua realização e resguardar as questões éticas relativas aos segmentos profissionais.

A dimensão educativa: do que estamos tratando?

A educação e saúde, área de entrelaçamento das ciências sociais, humanas e da saúde, comporta diferentes tendências teóricas, éticas e políticas. Atualmente, as práticas educativas são consideradas estratégias metodológicas dirigidas aos usuários de saúde e se aproximam mais organicamente à promoção da saúde enquanto política pública.

Para Stotz (2007), tradicionalmente, as práticas de educação e saúde se vincularam ao paradigma biomédico e se pautavam na transmissão vertical de informações, que desvinculadas da realidade social, se distanciam dos sujeitos e impõem intervenções, em geral, preconceituosas e coercitivas. Mais recentemente, variados enfoques passaram a nortear as práticas de educação e saúde no Brasil, transitando por ações de caráter mais preventivo de controle de doenças e/ou ações de desenvolvimento pessoal que objetivam instrumentalizar os usuários para aquisição de novos hábitos. Stotz (2007) ressalta que esses enfoques permanecem restritos, pois, ao dissociarem as dimensões individuais e coletivas nas práticas educativas, reduzem a complexidade do processo saúde e doença.

A promoção da saúde (PS) traduz-se igualmente em um campo heterogêneo de ações e perspectivas. Segundo Vasconcellos e Schmaller (2014), a promoção da saúde emerge no contexto de crise capitalista na década de 1970 e da adoção de um conjunto de medidas de contenção de despesas na saúde. Movimentos sociais de críticas ao capitalismo, incluindo o Movimento de Reforma Sanitária (MRS), adensavam seus questionamentos sobre as iniquidades em saúde, a ineficácia do modelo biomédico e seu atrelamento aos interesses de acumulação do complexo médico-industrial. Para as autoras, a PS certamente demarca críticas ao modelo sanitário biomédico vigente. Contudo, abriga, em seu interior, contradições teóricas que percorrem desde abordagens centradas nos estilos de vida — funcionais ao discurso contemporâneo de individualização dos cuidados e restrição do Estado nas políticas sociais — até elaborações que questionam a produção social de saúde no capitalismo.

A nossa abordagem educativa se filia à educação popular em saúde (EPS) inspirada na concepção de educação de Paulo Freire (Vasconcelos, 2001). Historicamente a EPS se posicionou como resistência às práticas tradicionais de saúde e se associou à população em uma luta por seus direitos, a partir da consideração de suas necessidades, valores, cultura etc. Na EPS, intenta-se reforçar nos indivíduos a condição de sujeito, de forma a estimular a consciência social e sanitária. O caráter estrutural e determinante das doenças se articula às representações e aos significados das experiências individuais.

Fundamentado em tais referências, a dimensão educativa incorporada nesse desenho assistencial despontou como significativa ferramenta para o trabalho coletivo em saúde. O trabalho desenvolvido se propôs a viabilizar o acesso dos familiares e idosos às informações oficiais sobre a Covid-19, as formas de contágio, o funcionamento da rede de saúde e o fluxo de atendimento dos serviços públicos, procurando contribuir para a desburocratização das relações institucionais e o entendimento da situação atual, de maneira que pudessem, com isso, realizar ações mais conscientes.

Mediante relações pautadas na ética e no vínculo, os contatos estabelecidos pretendiam respeitar a particularidade dos idosos (e suas famílias), seu universo cultural e a capacidade de absorver informações em meio ao contexto social e midiático marcado por uma avalanche de orientações genéricas e inquérito persuasivo sobre as condições de saúde. Desenvolvíamos uma metodologia na qual as orientações fossem paulatinas, adequadas e pertinentes. Nessa dinâmica, foram criadas estratégias múltiplas, que percorriam desde contatos formais, estabelecendo redes de cooperação interprofissional ou interinstitucional, até contatos informais, criando intercessões entre as esferas pública e privada. Para produzir cuidado à distância, precisaríamos pôr em movimento, de modo sistemático e compartilhado, uma complexa rede de interlocuções que, tecendo teias delicadas, assegurasse ações antes desenvolvidas na dimensão da prática profissional presencial, de sorte que o idoso pudesse seguir sendo assistido adequadamente em suas necessidades de saúde e estar protegido.

Todavia, a insuficiência de equipamentos assistenciais e de saúde integrados entre os níveis de especialização e de atenção básica foi um dos entraves para o exercício mais efetivo da intersetorialidade — enquanto lógica de gestão prevista no SUS (Sistema Único de Saúde) e nas legislações da área do idoso. A literatura da área reconhece que a atenção para o indivíduo que envelhece reivindica o diálogo e a interseção das políticas. Por se tratar de idoso dependente em cenário de pandemia, isso significava acessar não apenas as instituições de saúde (emergências, hospitais para internações, ambulatórios para exames ou consultas em especialidades, e outras), mas similarmente o complexo socioassistencial, englobando aí as ILPI's, as coordenadorias de assistência social, a área jurídica, etc. A fragilidade da rede, a ausência de fluxos assistenciais definidos e a interrupção de vários serviços, impunha às equipes a reconstrução desses arranjos institucionais, de forma a evitar que as famílias peregrinassem pelas diferentes unidades em busca infrutífera de atendimentos.

A direção dada ao trabalho apostou em estratégias educativas que atentassem para a processualidade das informações, baseando-se em relação de troca que tornasse possível o surgimento de novas dúvidas e esclarecimentos à medida que os contatos

se intensificavam. Em uma abordagem prescritiva e clássica, a informação dada parece ser condição suficiente para a comunicação em saúde e plena de compreensão por parte do interlocutor, que, nessa posição, é desprovido de saberes, origem de classe e subjetividades. Diversamente, acreditávamos que as reflexões favoreciam o acesso às informações cabíveis ao momento de insegurança sanitária e às necessidades sociais e de saúde daquele segmento, bem como a elaboração de sentidos sobre tais orientações, apostando na construção de graus crescentes de autonomia (Lima; Mioto, 2011).

Na maioria das vezes, observadas no decurso da nossa experiência profissional, não verificamos total correspondência entre as recomendações dos profissionais e sua materialização no espaço domiciliar. Indícios de algum distanciamento entre o cuidado "ideal" e o "real" se insinuavam. Ou seja, muitas orientações eram realizadas tendo por base uma percepção fictícia sobre as condições objetivas para sua realização. Sem desprezar a pertinência de tais condutas, nem responsabilizar as famílias, podemos dizer que a precariedade, na qual muitas famílias vivem (ou sobrevivem), impede a execução de um conjunto de procedimentos necessários ao bem-estar e a prevenção de problemas mais graves, que na circunstância pandêmica se concretizavam em: a) administrar alterações comportamentais e descompensação do quadro clínico; b) monitorar as condições crônicas de saúde que requerem uso regular de medicamentos; c) garantir atendimento em saúde imediato diante dos sintomas da Covid-19, e/ou agravamento de condições físicas e mentais preexistentes, dentre outros.

Criticamos a supervalorização das atribuições individuais nos cuidados e as práticas em saúde descontextualizadas. A constatação de que mudanças nos estilos de vida não são suficientes para a melhoria dos indicadores de saúde, reforça a ideia de que as escolhas, exercidas no decorrer da vida, fazem parte de uma fronteira sutil entre a autonomia dos indivíduos e os condicionantes sociais de vida e de trabalho. Se, por um lado, as políticas de prevenção e promoção mediadas por práticas educativas tradicionais podem ser restritivas ao superestimar os traços individuais em detrimento ao coletivo, por outro, a ênfase nas ações curativas não abrange as complexas necessidades de saúde desse grupo populacional, exigindo, por conseguinte, ações mais articuladas. Essa leitura viabiliza discernir quais alinhamentos ideológicos estão concorrendo para hegemonia de dado projeto societário e fortalece uma lógica que se compromete com os princípios do SUS, oferecendo assim resistências a um modelo que insiste em focalizar e restringir as ações em saúde.

Considerações finais

Todo o esforço empregado pela equipe de assistentes sociais, em parceria com demais profissionais alinhados com a vertente crítica das práticas educativas e da promoção da saúde, era ampliar a visão biomédica predominante na área da educação em saúde e a lógica prescritiva que persiste nos discursos e nas condutas profissionais. A perspectiva de totalidade sustentou mediações entre os eventos particulares e as dimensões macrossocietárias, incitando a compreensão do acirramento das expressões da questão social e seu impacto nos cuidados em saúde. Problematizar a determinação social da saúde revigorou as preocupações em torno do direito à vida e visou, fundamentalmente, superar análises reducionistas e práticas fragmentadas. Obviamente, esse processo não ocorreu livre de tensões e contradições, ao contrário, foram (e são) muitos os desafios colocados ao exercício profissional de assistente social frente ao avanço do conservadorismo e das políticas neoliberais, acrescido da dramaticidade imposta pela pandemia. Para o Serviço Social, agregar a dimensão educativa crítica como estratégia de trabalho coletivo em saúde correspondeu, dentre outros compromissos éticos, à responsabilidade com a qualidade dos serviços prestados à população.

Foi necessário ponderar sobre quais eram os sentidos da ação profissional, como as demandas dos usuários eram interpretadas e qual a direcionalidade dos atendimentos. Atentar para as implicações éticas de uma conduta profissional impregnada de conceitos morais e desconstruir a noção da intervenção de um viés policialesco ou higienista mostrou-se indispensável para estabelecer uma relação que, de fato, tentasse garantir apoio aos usuários idosos e suas famílias e pudesse confluir forças para que o direito à saúde fosse respeitado.

O monitoramento remoto consistiu, portanto, em ação educativa contínua que — urdida pela palavra a cada contato telefônico, nas longas e breves conversas, nos diálogos trocados, de um lado, com os idosos, seus familiares, seus cuidadores, e, de outro lado, nas discussões mantidas sobre o processo de trabalho entre cada um de nós, profissionais – permitiu a tessitura do que denominamos como cuidado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — ANFIP. Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Previdência: reformar para excluir?* Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira. Brasília: ANFIP/DIEESE; 2017.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. *Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares:* desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro. 299p. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus; OLIVEIRA, Tania. Monitoramento remoto com idosos: uma experiência de cuidado em tempos de pandemia pelo COVI -19. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo L. Ribeiro (Org.). *Para além da quarentena:* reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFESS. *Teletrabalho e teleperícia*: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). *Data.Rio* — Informações sobre a cidade. 2017. Disponível em: http://www.data.rio/. Acesso em: 16 fev. 2018.

FIOCRUZ. *Boletim Informativo*. Semana Epidemiológica 10 e 11 de 7 a 20 de março de 2021. Fiocruz. RJ, 2021. Disponível em: BOLETIM COVID_2021-SEMANAS_10-11 (fiocruz.br)

FIOCRUZ. Observatório COVID-19. *Nota técnica do comitê saúde da pessoa idosa-FIOCRUZ*. Acesso prioritário à vacinação contra a covid-19 para as pessoas idosas com limitações funcionais e seus cuidadores(as). 2021. Disponível em: nota_vacinacao_idoso_cuidador_fiocruz_01_02_21.pdf.

FIOCRUZ. *Nota técnica nº 01 GISE/LIS/ICICT/Fiocruz*. O excesso de óbitos de idosos no município do Rio de Janeiro analisado segundo o local de ocorrência. 2020. Disponível em: nota_idoso_equipe_gise_14.09.2020.pdf (fiocruz.br)

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Celia Tamaso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporalis*, Brasília, ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011. Disponível em: **https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/1378** Acesso em: 10 abr. 2021.

PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (Org.). *Construção social da demanda*: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. 2 ed. Rio de Janeiro: CEPESC, IMS/UERJ, ABRASCO, 2010.

SILVA, Alexandre da; ROSA, Tereza Etsuko da Costa; BATISTA, Luís Eduardo; KALCKMANN, Suzana; LOUVISON, Marília Cristina Prado; TEIXEIRA, Doralice Severo da Cruz; LEBRÃO, Maria Lúcia. Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v.21, n. suppl 2, 4 fev. 2019. Disponível em: **https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v21s2/1980-5497-rbepid-21-s2-e180004.pdf** Acesso em: 10 abr. 2021.

STOTZ, Eduardo. Enfoques sobre educação popular e saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Caderno de educação popular e saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007, p. 46-57. Disponível em: **http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf** Acesso em: 10 abr. 2021.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. *Interface*, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 121-126, 2001. Disponível em: **https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100009** Acesso em: 10 abr. 2021.

VASCONCELOS, Kathleen Elaine Leal; SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana. Promoção da Saúde: polissemias conceituais e ideopolíticas. In: VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal; COSTA, Maria Dalva Horácio da (Org.). *Por uma crítica da promoção da saúde*: contradições e potencialidades no contexto do SUS. São Paulo: Hucitec, 2014.

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

ALINE LOURENÇO • PRISCILA AMBROZIO GONÇALVES

Introdução

É histórico que a intervenção profissional do Serviço Social em seu cotidiano, atravessa inúmeros desafios e formas distintas de enfrentamento da realidade social e, se tratando especificamente de instituições filantrópicas, onde se encontra nosso debate e espaços sócio-ocupacionais, sinalizaremos as particularidades do trabalho desenvolvido, que se configura em ações através de uma política de acesso a direitos, como o direito à educação (Gonçalves, 2018).

Um dos desafios deste espaço de intervenção advém de sua origem histórica, a qual constituiu suas bases na "ajuda ao próximo", justificando a pobreza enquanto atraso e responsabilidades individuais. Contudo, o ano de 2009 nos trouxe adequações referentes à normatização das instituições filantrópicas ao alinhá-las à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004). Leis e Portarias, como a Lei n. 12.101/2009 (Brasil, 2009), trazem norte na organização das atividades dessas instituições.

O presente texto parte das experiências profissionais realizadas em duas instituições católicas privadas, filantrópicas e educacionais, trazendo observações sobre o trabalho profissional e as mudanças ocorridas no período de pandemia da Covid-19, a qual devasta o país. No entanto, conceber tais experiências, a partir do cenário pandêmico atual, requer uma leitura crítica, política, social e econômica da própria profissão de Serviço Social.

O Serviço Social e as instituições filantrópicas

O surgimento de instituições de cunho religioso e filantrópico está diretamente ligado às relações da Igreja com o Estado. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1993) a igreja é chamada a preencher um importante papel de controle, no período de crise hegemônica causado pelo movimento de 1930. O então governo utiliza o "apoio da valiosa força disciplinadora da igreja" (Iamamoto; Carvalho, 1993, p. 159). Ainda nos autores:

> Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que a igreja e o Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade Civil que o regime anterior não fora capaz de preencher (Iamamoto; Carvalho, 1993, p.159).

O Surgimento do Serviço Social no Brasil está vinculado ao grande movimento de ação social da Igreja Católica, fazendo parte do período de "Recristianização" de ordem burguesa, que buscava recuperar e avançar para áreas de influência ameaçadas pelo redimensionamento do Estado neste período. Momento de disputa com as influências comunistas e liberais.

É a partir da década de 1940, com a criação de instituições assistenciais e estatais, que o Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho. Até a construção destas instituições, o Serviço Social era uma atividade ligada às ações sociais da igreja. Porém, é na entrada do Estado, na criação e no controle de política assistencial, para além do mercado de trabalho, que é estabelecido um amplo campo de trabalho para o assistente social. Antes, sua clientela formada pela população pobre, agora também é formada por setores da classe trabalhadora (Iamamoto; Carvalho, 1993).

A inserção do Serviço Social em instituições filantrópicas demanda uma ação profissional com direcionamento "pedagógico" voltado para a "fiscalização" da pobreza:

> O Assistente Social é chamado a constituir-se o agente institucional de "linha de frente" nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esses mesmos serviços. Dispõe de um poder, atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados, devido à incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o público que teoricamente, tem acesso a eles. [...] A estas

> atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão [...] a esta se soma a ação "educativa" que incide sobre os valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões socioinstitucionais dominantes (Iamamoto; Carvalho, 1993, p. 113-114).

Atualmente, muitos desses elementos ainda persistem e trazem desafios para o trabalho profissional do assistente social, agora direcionado por um fazer amparado pelo Projeto Ético Político (Teixeira; Braz, 2009).

Contemporaneamente, o aumento da inserção do Serviço Social nas escolas privadas filantrópicas ocorre a partir da demanda da Lei n. 12.101/2009, que estabelece a avaliação socioeconômica na concessão de bolsas de estudos. A instituição que recebe a certificação, fica isenta do pagamento de impostos e possibilita a participação em convênios com órgãos do poder público. Esta ação do Governo Federal vai ao encontro de:

> [...] a partir dos anos 1990, refuncionaliza o padrão assistencial estatal no atendimento das necessidades das classes subalternas, tendo como fundamento a solidariedade indiferenciada da sociedade sob a forma de ajuda, em detrimento da garantia do direito. A reestruturação da solidariedade indiferenciada da sociedade, ou seja, da solidariedade social, reconfigura-se como uma necessidade da redefinição neoliberal das políticas sociais, de substituição/negação do chamado pacto de solidariedade social, sob a organização estatal consubstanciada em princípios redistributivistas (via sistemas de proteção social), pela solidariedade "voluntária" amparada em princípios humanistas de ajuda centrados na filantropia — base da institucionalização do chamado "terceiro setor" (Abreu; Cardoso, 2009, p.11).

Apesar do Serviço Social ser acionado para prover todo processo de bolsa de estudos, ele se depara com as expressões da "questão social", as quais interferem na política educacional refletindo nas escolas e que precisam ser reconhecidas como elementos que influenciam direta e indiretamente o processo educacional das crianças e dos adolescentes.

As Instituições Filantrópicas

O Centro Educacional Pequena Cruzada tem o seu histórico de construção nas iniciativas das "Damas de caridade", onde a principio as atividades oferecidas, pela até então "A Pequena Cruzada de Santa Therezinha do Menino Jesus" eram refeições como sopas, alimentos e doações aos pobres dos bairros vizinhos à sede, no centro da cidade do Rio de Janeiro ondetambém eram disponibilizados cursos profissionais de costura. Em 1930, recebeu como doação o terreno localizado na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade, mudando sua atividade, passando a ser um orfanato de meninas oriundas das camadas mais pobres da classe trabalhadora.

A Pequena Cruzada tem uma longa história que ainda necessita ser estudada, porém, é evidente que seus traços constitutivos cruzam com a história do Serviço Social, dentro do contexto de desenvolvimento do país, onde o "primeiro damismo" era o responsável pelas obras de caridade aos pobres. O período de existência do orfanato para meninas carentes, que na verdade eram crianças filhas de trabalhadoras atravessadas pelas expressões da "questão social", foi o momento de grande expansão de campos de trabalho para a profissão, com a dimensão pedagógica direcionada à culpabilização das famílias, de criminalização da pobreza e de enquadramento dessas crianças.

Hoje é uma escola privada e filantrópica, que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos de idade, que estejam nos períodos escolares do Ensino Fundamental I e II. Tendo por objetivo auxiliar no processo de formação, assim como de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, funcionando para tal, em sistema de horário integral.

Desde 2018 a avaliação de bolsa de estudos ofertada pela instituição é referenciada pela Lei n. 12.101/2009. A partir desta lei as Entidades Filantrópicas que atuam na área da educação, são obrigadas pela legislação a disponibilizarem bolsas de estudos a alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e atendem aos critérios previstos em lei. Anualmente é disponibilizado cerca de 80% das vagas em bolsas de estudos. As bolsas oferecidas são de 100%, 50% e 25%. A escola está em processo de requerimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

O trabalho do Serviço Social hoje, apesar da "sombra assistencialista" está para além da seleção de bolsas de estudos. Encontra-se voltado para a democratização da informação no que se refere à solicitação e deferimento do CEBAS e do acesso às bolsas, desmistificando sua concessão como caridade institucional, já que a instituição privada receberá abonos fiscais. Encontra-se na perspectiva de defesa da educação como direto constitucional e da necessidade de "desmistificar e desvelar a realidade

produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais" (Piana, 2009, p. 142), desconstruindo junto à equipe multidisciplinar o olhar de culpabilização e criminalização das famílias atendidas, entendendo os indivíduos como sujeitos históricos.

Já o Colégio Nossa Senhora do Carmo foi fundado da década de 1960, por iniciativa da Congregação Religiosa Católica, das "Irmãs Carmelitas da Divina Providência" que, por sua vez, foi fundada no limiar do século XX e iniciou suas atividades caritativas no início dos anos 1900. As ações da Congregação iniciaram no campo da Assistência Social — naquela época, como caridade e assistencialismo aos "pobres e necessitados", através de denominadas "Obras Sociais". Sendo assim, sua primeira atividade foi administrar a "Casa de Caridade Nossa Senhora de Nazaré", em Saquarema, município do estado do Rio de Janeiro.

Em 1912 a Missão Congregacional foi ampliada para o campo da Educação, sendo fundado o primeiro Colégio da "Rede Carmo", na cidade de Cataguazes, no estado de Minas Gerais — hoje, dissolvida, com seus colégios independentes administrativamente.

As ações das religiosas tinham por missão e visão educacional a abertura de espaços para a disciplina e a vivência evangélica da "partilha", que consideravam como valor fundamental para humanização. Em julho de 1960, o então Deputado Estadual, Dr. José de Carvalho Janott, juntamente em intercâmbio com o Prefeito e a Câmara Municipal, chegaram ao consenso de efetivarem o projeto das religiosas — de abertura de mais um Colégio — na Cidade de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. Consolidaram a parceria com a doação do imóvel onde funciona, até os dias atuais, o então Colégio Nossa Senhora do Carmo, que anteriormente era Fundação Nossa Senhora do Carmo. Sua inauguração foi no dia do aniversário da Cidade de Teresópolis, em 06 de julho de 1960.

No decorrer dos anos o Colégio passou por inúmeros reordenamentos administrativos e legais, atendendo as necessidades educacionais e pedagógicas. Hoje, o Colégio Nossa Senhora do Carmo tem como sua mantenedora a Associação Beneficente São José e oferta a educação básica do Maternal ao Ensino Médio.

Enquanto Instituição Filantrópica, a Associação Beneficente São José (ABSJ) atua preponderantemente na área da Educação Básica. Em consonância com as diretrizes da Lei n. 12.101/2009, do Decreto n. 7.237/2010, hoje revogado pelo Decreto n. 8.242/2014, concebe a educação de qualidade como um bem cultural e social, portanto, um direito de todos. Diante disso é compromisso institucional garantir acesso e permanência dos alunos no Colégio Nossa Senhora do Carmo e, um dos mecanismos para possibilitar esse acesso, é o Programa de Apoio à Educação — Gratuidade Educacional, através do

Projeto "Bolsa de Estudo Social — BES"[1]. Este projeto tem como foco a concessão de bolsas de estudos parciais e integrais a crianças, cujo perfil sinaliza situação de vulnerabilidade e índice de carência social. Tendo por objetivo possibilitar ao aluno, com fragilidades socioeconômicas, o acesso e permanência na escola.

A instituição, em seu Projeto de Bolsa de Estudos atende às famílias com fragilidades socioeconômicas devido aos vínculos precários de trabalho e até mesmo desemprego (famílias sob o auxílio do seguro-desemprego, contratos temporários com a Prefeitura, rescindidos, informalidade, profissionais autônomos etc.), como também contrato de trabalho formal. As famílias atendidas desenvolvem suas atividades laborativas, em sua maioria, em setor de serviços e trabalho informal. Dentre os espaços de trabalho, também há o "Programa Operação Trabalho", desenvolvido pela Prefeitura de Teresópolis, que atende algumas famílias através de contratos precários, com período determinado.

Cabe informar ainda que o Programa de Bolsas também atende às famílias vítimas da tragédia de 2011, onde tiveram seus imóveis destruídos pelas enchentes (sem restituição até o corrente ano). Parte dessas famílias recebia o benefício eventual municipal "Aluguel Social", no entanto, a Prefeitura não tem feito o repasse alegando questões burocráticas e administrativas.

O Colégio fica localizado na região Serrana do Rio de Janeiro, em bairro central de fácil acesso, com baixo índice de violência urbana. As famílias alcançadas pelo programa de bolsas são distribuídas entre os bairros vizinhos e a região rural (de mais difícil acesso).

A vertente dos atendimentos está baseada no perfil socioeconômico familiar resguardado pelo Art. 15 da Lei n. 12.101/2009, como também na sua integralidade. Não se distanciando do conceito de família que é definido pelo conjunto de pessoas que vivam sob o mesmo teto, sendo reconhecidos para a formação da renda per capita para concessão do benefício assistencial, conforme a redação atribuída pela Lei n. 9.720/1998 ao § 1º do Art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Dadas as trajetórias históricas de ambas as instituições, fica evidente que auxiliam na promoção da educação e cumprem com sua função social, porém trazem com elas

[1] O Projeto Bolsa de Estudo Social é fundamentado na Lei n. 12.101/2009 e compreende as ações integradas do Programa de Apoio à Educação. Sua operacionalização consiste na concessão de bolsas de estudos às famílias previamente avaliadas socialmente e que atendam ao perfil socioeconômico dos critérios desta lei. Nesse sentido, outra vertente a qual o Projeto se dispõe a atender é a realização do acompanhamento social do aluno bolsista a partir da análise, diagnóstico e identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que apresente algum nível de interferência no processo de aprendizagem do aluno.

desafios à profissão, não só pela inserção na Educação, que evidencia demandas para além do CEBAS e bolsas escolares, mas um olhar crítico ao acesso a direitos básicos e a tentativa diária de superação de práticas conservadoras que parecem voltar do passado, com "novas" demandas.

As "novas" demandas para o Serviço Social na pandemia

Em março de 2020, no Brasil, começou uma nova jornada, da qual não se tinha ideia de quão longa e desafiadora seria. Ainda permanecemos no enfrentamento diário à pandemia do novo coronavírus, que vem trazendo mudanças globais em todas as esferas da vida e seus desdobramentos no cotidiano. Temos acompanhado, desde o dia 11 de março de 2020 — quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o novo coronavírus já teria se convertido em uma pandemia —, o descaso do atual governo, suas atitudes neofascistas e o desmonte de árduas conquistas da classe trabalhadora.

Em matéria publicada no jornal El País[2], em 03 de junho de 2020, através das análises dos cientistas políticos, temos o entendimento de que o Brasil, no início da pandemia, quando ainda contávamos apenas 52 casos de contágio, o que nos deixava à uma margem "confortável" da Europa e Américas, na contagem de "seus mortos", poderia sim, ter tido uma gestão séria e comprometida com a vida humana. Assim, o atraso em tomar medidas de isolamento social, bem como o fato de desconsiderar as orientações dos órgãos internacionais, banalizando a ciência, fez com que o Brasil avançasse absurdamente para a subida da curva de crescimento dos casos.

Seguindo ainda, em análise a referida matéria, a Doutora em Saúde Pública e Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lígia Bahia, faz um balanço do combate ao coronavírus no país e sinaliza que o Brasil viveu três ciclos afirmando: : "um pior do que o outro". Tais ciclos se devem às três substituições de Ministros da Saúde, em meio ao caos pandêmico. Relembra das intervenções do primeiro ministro da Saúde, Luíz Henrique Mandetta, que quando não se alinhou ao governo Bolsonaro, foi demitido em 16 de abril de 2020, no auge da doença no país.

Havia claramente uma oposição dos ministérios e governadores comprometidos com a saúde e alinhados às orientações da OMS com o governo Bolsonaro, que era

[2] "Descaso do governo com o coronavírus abre caminho para levar agentes públicos aos tribunais". El País, São Paulo, 03 de junho de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/descaso-do-governo-com-o-coronavirus-abre-caminho-para-levar-agentes-publicos-aos-tribunais.html. Acesso em: 03 jun. 2020.

contrário a todas as intervenções e orientações sanitárias, considerando a Covid-19 como uma "gripezinha", como vimos em seus inúmeros discursos. Porém, Araújo e Silva Calazans trazem com clareza a gravidade da conjuntura quando afirmam que:

> No Brasil, a Covid-19 foi caracterizada como emergência nacional em Saúde Pública em fevereiro por meio da Lei n. 13.979/2020, cuja regulamentação e operacionalização se deu pela Portaria n. 356/2020, a qual trata das medidas de isolamento social e quarentena. O Legislativo Federal (Decreto n. 6/2020), reconhecendo o estado de calamidade pública no Brasil, requereu que o Estado, baseado na sua infraestrutura e nas características locais, interviesse estrategicamente com ações de enfrentamento à doença nos seus territórios (Araújo; Silva Calazans, 2020, p. 1125).

Por sua vez, a Seguridade Social passa por novos desafios, dentre a gestão do Poder Público em inaugurar estratégias para o enfrentamento às consequências da pandemia como, por exemplo, a superlotação do sistema de saúde, o início de mais uma temporada de desempregos, adensamento da pobreza, exaurimento dos pequenos empresários, enfim, do sistema econômico em suas diversas faces. Neste contexto, evidencia-se um dos muitos limites e desafios profissionais para o Serviço Social. Assim, é importante pensar a escola como campo das expressões da "questão social" onde o Serviço Social "tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar" (CFESS, 2001, p. 2).

Cada vez mais, é preciso pensar na contribuição do Serviço Social no acesso à educação, a partir das atividades de acompanhamento do aluno com bolsa de estudo e outros durante o período letivo, da participação das reuniões dos diversos Conselhos de Direitos, nas reuniões da Rede Socioassistencial, contribuindo no acesso das famílias aos serviços sociais, na articulação com a rede local, na avaliação dos serviços prestados, na elaboração do perfil do público-alvo atendido, do acompanhamento de projetos sociais desenvolvidos pelo colégio, entre outras atividades. Nesta conjuntura, mais um limite se evidencia: o não reconhecimento da dimensão pedagógica do Serviço Social por parte da instituição.

A trabalhadora Assistente Social

Primeiramente, é importante demarcar o feminino da palavra trabalhadora, pois se trata de duas assistentes sociais. A intenção neste artigo, não é o recorte de gênero, mas sim, situar o espaço ocupacional de duas trabalhadoras da Educação, inseridas nas mesmas dinâmicas no mundo do trabalho. Situar esses espaços requer a compreensão de que, mais do que em qualquer outra conjuntura, nossos vínculos trabalhistas estão fragilizados e, quando não, estamos submetidas ao subemprego, a precarização ao desemprego etc.

Nessa perspectiva, trazemos para a reflexão nossas experiências enquanto profissionais empregadas em instituições privadas, com vínculos aparados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Destacamos esse lugar de profissionais assalariadas, lugar de mulheres inseridas na sociedade capitalista, avançando no desmonte dos mecanismos de proteção social e do trabalho, além das não medidas tomadas pelo atual governo, que contribui para a aceleração do abismo social entre os mais ricos e mais pobres.

Dentre todos os enfrentamentos, nós, trabalhadoras assistentes sociais, também temos atravessado os limites das reduções e suspensões dos nossos contratos de trabalho, enquanto trabalhadoras celetistas. Reduções e suspensões trazidas pela, anteriormente, Medida Provisória nº 936 e que, nesse momento, foi convertida na Lei nº 14.020 de julho de 2020 — que institui o Programa Emergencial para manutenção do emprego e da renda. A proposta não é fazer exposição da Lei, mas trazer um pouco de nossas experiências nesse período de pandemia com os desafios dos cortes e reduções das nossas cargas horárias e proventos.

O cenário profissional preponderante em um dos espaços ocupacionais foi o da suspensão dos contratos de trabalho de alguns profissionais. Então, a partir disso, a demanda para o Serviço Social, nesse período de pandemia, especificamente falando do lugar de trabalhadora, inicialmente deu-se com o distanciamento de todas as atividades profissionais, pois com a suspensão é impedido o contato com usuários e qualquer ação relacionada ao trabalho. A suspensão configura um período de "seguro-desemprego", onde a trabalhadora permanece afastada de suas atividades, sem o vínculo empregatício, que a destitui de todos os benefícios trabalhistas durante o período da suspensão. Seus rendimentos passam a ser pagos pelo Governo Federal, através do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), instituído pela MP 936/2020.

Já o cenário preponderante no outro espaço ocupacional foi o da redução de carga horária, configurando em teletrabalho ou, o chamado *home office*. Os profissionais

tiveram suas cargas horárias reduzidas, amparados pela mesma MP 936/2020. Nessa configuração, seus proventos passam a ser divididos entre a instituição empregadora e o Governo Federal, através do BEm.

Para o Serviço Social, a demanda principal passou a ser o árduo trabalho pedagógico de orientar as famílias, acerca do Benefício Emergencial e todos os procedimentos necessários para acessá-lo, levando em conta que todo processo de aprovação e implantação do Benefício foi realizado sob enorme embate político o que comprometeu o entendimento do seu funcionamento. Porém, antes do processo de orientação, a assistente social também precisou redobrar seus esforços para aprender e entender as normativas do Benefício Emergencial, e assim, ter propriedade para compartilhar com as famílias.

Os perfis dos usuários, com direito ao Auxílio, são inúmeros e peculiares a cada grupo familiar. Por isso, foi preciso um cuidadoso trabalho de orientação e acompanhamento. E, para além das burocracias de acesso ao benefício, as expressões da "questão social", naquele momento, ficaram mais latentes em torno de demandas pontuais como, por exemplo, acesso à alimentação.

A partir dessa demanda — importante afirmar que já era uma questão existente e que se agudizou com a pandemia — a profissional inicia um processo de estreitamento com a rede de apoio e socioassistencial, no pleito de cestas básicas e demais insumos para tentar amenizar as necessidades. A rede demonstrou um suporte importante, atendendo às famílias.

Dadas essas demandas que se "destacaram" nesse momento inicial, a rotina laborativa permaneceu bastante ativa em atendimentos e demais rotinas administrativas, através de telefones e plataformas online.

Dentre as ações já mencionadas nos espaços ocupacionais acima, após o encerramento das suspensões e reduções de contratos, as profissionais retomam ao ambiente físico de trabalho e dão continuidade à outra etapa, que é a seleção das bolsas sociais para o próximo ano (2021). Se reinventando nas ações para tentar minimizar os danos pandêmicos, as profissionais realizaram seus processos de formas similares. Destacamos ainda algumas mudanças observadas nas famílias atendidas, a partir desse cenário.

A percepção nas análises socioeconômicas foi do aumento das demissões e da informalidade nos vínculos de trabalho. Como também boa parte da renda familiar vem sendo composta pelo Auxílio Emergencial (o que não entra no cálculo da renda bruta familiar). Parte dos responsáveis financeiros, que têm vínculos em CLT, também está passando pelo processo de reduções e suspensões, ou seja, há um óbvio declínio socioeconômico dentro desses grupos, o que vem também, gerando impactos sociais e psíquicos.

Essa é outra percepção, onde também o número de pessoas dentro dos grupos familiares, que fazem uso de medicação de controle especial tem aumentado, assim como os níveis de acompanhamentos da saúde mental, demonstrados nos documentos apresentados nos processos para a análise das bolsas. Nessa perspectiva, como uma das consequências desse cenário, aumentou a demanda em torno da solicitação de bolsas 100% e de descontos nas mensalidades. Porém, os colégios têm um teto no número das bolsas que podem ser oferecidas, que incide especificamente no quantitativo do número de alunos matriculados e pagantes.

Considerações finais

O presente artigo se esforçou para conduzir o debate sobre o trabalho da Assistente Social em tempos de pandemia da Covid-19. Ao trazer relatos de duas instituições particulares filantrópicas, pode nos aproximar dos desafios enfrentados diariamente pelas profissionais. Desafios estes, que são expressos na permanência de ações conservadoras que parecem retornar do passado e, que ainda se constituem com base de instituições com este perfil de serviço. Porém, tais instituições, são essenciais para a ampliação do acesso a determinados direitos, como o acesso à educação para classe trabalhadora, e também como espaços de atuação profissional.

O Serviço Social na área de Educação trabalha para além do processo de acesso às Bolsas de Estudos, pois ultrapassa o ambiente escolar, ao mesmo tempo em que traz luz para questões fundamentais no desenvolvimento escolar, articulando-se às práticas de inclusão social que promovam o encontro da escola com a realidade social dos alunos e da família.

Na atual conjuntura, soma-se aos desafios já levantados neste artigo, a falta proposital de competência no enfrentamento à pandemia de Covid-19 por parte do Governo Federal, trazendo o aumento da pauperização e adoecimento da classe trabalhadora. Expressões essas, que chegam as escolas, sejam na alta demanda de Bolsas de Estudos ou até mesmo, na solicitação de cestas básicas, para além de outras demandas, como a violência doméstica. É neste momento que o Serviço Social é chamado a intervir e a construir alternativas que possam dar conta de demandas tão emergências, como o ato de ter alimentação básica.

Todos esses desafios também chegam às trabalhadoras de Serviço Social, que passaram pela redução salarial, desemprego, contratos precários e falta de condições mínimas de trabalho, que levaram a contaminação e morte de vários profissionais por Covid-19.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 593-608.

ARAÚJO, Fábio Resende de; SILVA CALAZANS, Dinara Leslye Macedo. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela Covid-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul./ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-1123.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Estabelece princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009*. Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm. Acesso em :30 mar. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 8.242/2014*. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8242.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010*. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. *Lei nº 12.435/2011*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. *Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020*. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília, 2020.

BRASIL. *Medida Provisória nº 936 de 01 de abril de 2020*. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Serviço Social na Educação*. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2000.

GONÇALVES, Priscila Ambrozio. *Novas demandas para velhas questões*: requisições profissionais aos assistentes sociais em instituições filantrópicas pós SUAS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PIANNA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LUCIANE AMARAL • MÁRCIA BOTÃO

Introdução

A pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) impactou de maneira significativa a população brasileira e todo globo terrestre. Medidas urgentes foram adotadas para prevenir a contaminação de acordo com as declarações de Emergência em Saúde Pública (de importância internacional e de pandemia de Covid-19), emitidas em 30 de janeiro e 11 de março de 2020, respectivamente, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Contudo no Brasil, seguir as recomendações preventivas tornou-se algo restrito a determinados grupos sociais por dois motivos principais: 1) por ser um país historicamente com expressiva desigualdade social; 2) pela ausência de um plano estratégico emergencial multissetorial eficaz para a contenção do vírus. Ao contrário disso, vivenciamos um conjunto de negligências promovidas pelo principal governante do país, além das disputas políticas entre governadores, prefeitos e ministérios federais.

Além da postura irresponsável do atual presidente da República, com argumentos infundados do ponto de vista científico e social, o suporte financeiro oferecido à população mais pobre foi insuficiente para proteger a saúde e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. A propagação do novo coronavírus e sua mutação foram potencializadas, atingindo um estágio inimaginável de contágios e mortes diários no primeiro trimestre de 2021.

O medo, a ansiedade e a indignação são sentimentos de grande parte da população, por outro lado, outros segmentos seguem desrespeitando as medidas de prevenção negando os riscos do contágio, contribuindo para o aumento da tragédia humana que se instaurou. Esses comportamentos, aparentemente individuais, expressam projetos de sociedade em disputa, os quais nas últimas eleições brasileiras apareceram travestidos de competição político-partidária bipolar, entre defensores dos partidos de esquerda e a figura do suposto "messias", Jair Bolsonaro.

Contudo, as questões sociais e o terreno fértil para o avanço da pandemia da Covid-19 foram preparados antes mesmo da chegada do vírus, o neoliberalismo reduziu direitos, omitiu o desemprego e ampliou a informalidade do trabalho, portanto, não se trata de uma pauta recente em nosso país, conforme aponta Ricardo Antunes (2020). O que há de novo é o aprofundamento do processo de neoliberalização[1] e o acirramento do conservadorismo, sob argumentos morais e religiosos presentes no atual governo.

Em função dos limites deste texto, será abordada brevemente a relação entre o neoliberalismo e a pandemia; a política de assistência social na cidade do Rio de Janeiro e a contribuição do Serviço Social na Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara.

A espoliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras tem sido um mecanismo típico desde a década de 1990, no Brasil. O marco do reordenamento do Estado ocorre com o plano desenvolvido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que consistiu na reforma administrativa coordenada pelo então, ministro da economia, Bresser Pereira integrante do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Os princípios neoliberais, desde então, passaram a ser implementados em nosso país de vários modos e intensidades, pois esse plano defendia a adoção de medidas gerenciais do Estado reorientando as suas funções e escopo, privilegiando os interesses do mercado em detrimento dos direitos e interesses da coletividade.

Nos governos considerados progressistas e de esquerda, como é o caso do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), a política neoliberal não foi suspensa. Apesar de muitas demandas da classe trabalhadora terem sido atendidas por meio da ampliação de determinadas políticas públicas, a exemplo da política de Assistência Social, objeto deste artigo, outras, porém, sofreram redução, como foi o caso da Previdência Social.

[1] Para explicação da diferença entre o neoliberalismo como doutrina e o processo de neoliberalização, que trata a sua efetivação nas sociedades, ver Harvey (2008).

Em 2016, após golpe e *impeachment* de Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume o poder e cumpre a função de aprofundar as medidas de "austeridade" por meio de corte no orçamento público para as políticas sociais e redução de direitos previstos na Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). Além desses retrocessos, outros direitos sociais sofreram ataques e foram impactados pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016, transformada na Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, apelidada por críticos como "PEC do fim do mundo", que congelou recursos públicos por vinte anos.

Essas ações avassaladoras das políticas públicas afetam profundamente as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, uma vez que tais políticas têm sido um dos modos de atenuar as expressões da "questão social" oriundas da relação capital-trabalho no capitalismo. Esse projeto de valorização aguda de setores privilegiados da economia, em detrimento da vida humana, tem continuidade e adensamento no governo de Jair Bolsonaro. O atual presidente, não só amplia as medidas favorecedoras do mercado, como também reatualiza formas conservadoras do trato da questão social.

Na contramão da Constituição Federal de 1988, a qual formalizou direitos democráticos, dissemina narrativas de ódio, racismo e em seus discursos públicos evidencia o desrespeito aos meios de comunicação e à vida humana, desqualifica a ciência, nega os modos de prevenção do contágio pelo novo coronavírus, como o uso de máscaras, entre outras atitudes inaceitáveis para um líder de uma nação.

Essas atitudes não se resumem a posturas individuais, mas englobam representantes de segmentos da classe dominante mais conservadora do nosso país, bem como de trabalhadores que assimilaram a ideologia dominante como se fossem favoráveis à sua. Esse movimento político e ideológico, não nasceu hoje, assim como, não se reduz ao Brasil, mas compõe o movimento do capital no seu estágio maduro e repleto de crises e contradições, aspecto que merece aprofundamento em outra oportunidade.

No contexto de pandemia, a classe trabalhadora tem sido a mais afetada, pois historicamente, no Brasil, não acessam recursos para viver dignamente. Em muitos casos, vivem sem água potável e saneamento básico, entre outras mazelas, mesmo nos grandes centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro. Assim, experimentam condições precárias de higiene e de habitabilidade, não conseguindo minimamente viver em um espaço arejado com condições de prevenção de novos contágios ou tratamento nos casos de pessoas já infectadas.

Outras carências agravam essa situação pandêmica, como a falta de acesso à alimentação adequada, medicamentos, tratamentos médicos e hospitalares, acesso à vacina e auxílio financeiro para os(as) desempregados(as), subempregados(as) e

trabalhadores(as) informais e precários(as). Para os(as) trabalhadores(as), a imposição do trabalho presencial para atividades que não são essenciais, também tem sido causa de mortes infundadas do ponto de vista de uma racionalidade humana.

Os transportes lotados, como um dos principais lugares de aglomeração e contágio são pouco questionados. Em geral, as críticas giram em torno das decisões individuais, que são importantes, mas não são exclusivas. São reprimidas diferentes formas de lazer do(a) trabalhador(a), que nesse momento tem sido inquestionavelmente necessário, mas a circulação para os diferentes tipos de trabalho se mantém.

Diante desse contexto, cabe refletir ainda, sobre a impossibilidade de cumprir as orientações das entidades sanitárias no que se refere ao necessário distanciamento social, com o objetivo de conter o avanço da doença. Pois, ficar em casa não é uma condição de toda a população brasileira. Por esses e outros motivos sinalizados, muitas expressões da questão social se tornaram mais evidentes como pobreza, miséria, desemprego, violência contra mulher e crianças, entre outras.

A medida governamental de transferência de renda se deu pelo "Auxílio emergencial", que por conta dos seus critérios de acesso, essencialmente por meios tecnológicos, descortinou ainda mais a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro. O auxílio de R$ 600,00 (seiscentos reais), atualmente reduzido para um valor que pode variar de R$ 150,00 a R$ 375,00 (cento e cinquenta reais a trezentos e setenta e cinco reais) por mês, vem se caracterizando como única fonte de renda de milhares de famílias.

Essas questões têm implicado diretamente na vida pessoal e profissional de trabalhadores e trabalhadoras e nos serviços por eles executados. Nas ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não tem sido diferente. São múltiplos os desafios para os diferentes profissionais dessa política. No caso dos(as) assistentes sociais, além dos cuidados pessoais para a proteção de suas vidas, necessitam orientar, esclarecer os usuários dos serviços sobre as formas de prevenção e buscar atendê-los com rigor de base científica, recusando qualquer que seja a possibilidade de juízo de valor conservador.

O desafio também tem sido enorme na busca por direitos mínimos da população, tais como, segurança alimentar, acesso a benefícios assistenciais e continuidade nos serviços. Esse fato não se refere à escassez de recursos, como muitas vezes os governantes neoliberais insistem em argumentar, trata-se de uma escolha política conservadora restritiva de direitos para os(as) trabalhadores(as) pobres e essa restrição se estende aos trabalhadores e trabalhadoras inseridas nesse espaço sócio-ocupacional, vide o exemplo do acesso à vacina contra do novo coronavírus, o grupo de profissionais do SUAS não foi considerado prioritário.

As condições de vida da classe trabalhadora brasileira tem sido exemplo de negligência social e desumanidade, antes mesmo da pandemia ocorrer no mundo. O que podemos destacar como novo? O massacre de milhares de vidas, seja pelo vírus e ausência de atendimento e recursos, seja pela FOME ou por múltiplas questões articuladas. Não se pode fechar os olhos para essa situação mortífera de longa data, que se intensifica em escala progressista na nossa sociedade e bate em nossa porta.

Em junho de 2021 chegamos à marca de mais de 500 mil mortes. Este dado não pode ser banalizado, esquecido ou mesmo justificado apenas pelo vírus, trata-se de uma escolha política e econômica que desvaloriza a vida. Não se trata apenas dos que morreram, o que já significa muito, trata-se de dores e prantos vividos por muitas famílias. Para cada morte quantos sofreram com o tratamento ou a falta dele? E os adoecidos? Quantos se curaram completamente? Quantos ficaram com sequelas? Quantas pessoas esperam cirurgias sem poder? Quais os impactos econômicos desse projeto de morte?

Até quando a sociedade brasileira e principalmente os atuais governantes irão atribuir esse número inaceitável de mortes ao novo coronavírus? Ignorar a realidade social, a ausência de uma política de combate à pandemia que seja eficaz e a tentativa de fragmentação entre o econômico e social é algo no mínimo inconsistente, o argumento falacioso da falsa dicotomia entre o econômico e o social já não cabem mais[2]. Seria justamente o contrário, o que vamos fazer pela sociedade para que a economia seja recuperada?

O trabalho do(a) assistente social na política de assistência social: notas no cenário de pandemia da Covid-19

A política de assistência social é uma das áreas de maior ocupação de Assistentes Sociais, segundo a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (COFI-CRESS/RJ).

Nesse contexto de pandemia do novo coronavírus, os(as) assistentes sociais trabalhadores(as) do SUAS estão prestando atendimentos diretos aos(às) usuários(as), pois conforme o artigo 3º. do decreto nº 10.282, publicado em 20 de março de 2020, as políticas de assistência social são consideradas um dos "serviços públicos e atividades

[2] Sobre a falsa dicotomia entre a área econômica e social, ver artigo de Botão e Nunes (2020).

essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população" (Brasil, 2020).

Esse cenário de crise e de emergência sanitária exige a excepcionalidade de medidas no que diz respeito ao trabalho profissional de assistentes sociais, conforme descrito no vigente código de ética profissional que designa como dever do(a) assistente social, "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades" (Brasil, 2012, artigo 3º, alínea d).

É importante salientar que anterior à conjuntura de crise sanitária, as assistentes sociais já enfrentam condições precárias de trabalho, conjugadas à solicitação de atividades incompatíveis às competências e atribuições privativas, previstas na Lei nº 8.662/1993, por parte das instituições e dos gestores. Entretanto, neste contexto atual, de organização de ações de urgência e emergência, estas solicitações foram agravadas, atreladas a velhas práticas assistencialistas.

Por outro lado, os(as) assistentes sociais têm contribuído com o seu trabalho no planejamento e execução de tarefas fundamentais a população. Essas funções têm variado em: responsabilidades administrativas e atendimento direto aos cidadãos e políticas, no sentido de negociar recursos públicos para melhoria das ofertas dos serviços.

Além desses compromissos profissionais efetivados no cotidiano institucional, muitas profissionais têm se debruçado na realização de pesquisas e estudos específicos desse momento, para capacitação do trabalho.

No aspecto organizativo, destacamos a importância da participação das assistentes sociais em espaços da entidade que representa a nossa categoria, e neste caso o CRESS/RJ através da Comissão de Assistência Social, em especial: organizações sindicais e espaços de controle social, representativos e deliberativos, a exemplo dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social (CMAS/CEAS/CNAS).

Como o Serviço Social não é uma profissão endógena e faz necessário buscar articulações com outras categorias profissionais, para o fortalecimento da luta por direitos nos Fóruns Municipais/Estaduais/Regionais/Nacional de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FMTSUAS/FETSUAS/FORTSUAS/FNTSUAS).

O FETSUAS/RJ vem construindo ações importantes, como reuniões com os/as trabalhadores/as, articulação com parlamentares que realizam projetos em defesa do SUAS e participação nos debates públicos, assim como publicação de notas, posicionamento e textos, neste contexto de pandemia. Ressaltamos aqui, a importante nota publicada em março deste ano pelo fórum em questão sobre: "O trabalho na política de assistência social e pandemia da Covid-19".

Mesmo em tempo de distanciamento social não podemos abrir mão dos meios coletivos de troca e organização, ainda que sejam virtuais.

A contribuição do trabalho de assistentes sociais na Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara durante o contexto de pandemia

A Central de Recepção de Crianças e Adolescentes (CRCA) Taiguara é uma unidade pública não descrita na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais do SUAS, porém estruturada na Proteção Social Especial, especificamente na Coordenadoria da Infância e da Adolescência, da Secretaria de Assistência Social no município do Rio de Janeiro (SMAS/RJ). Tem por objetivo atender o público citado acima, na faixa etária de 0 a 11 anos e 11 meses (ambos os sexos) e 12 a 17 anos e 11 meses (somente sexo feminino).

Diante do contexto pandêmico e ausência de um plano de contingenciamento encaminhado pela SMAS/RJ, a CRCA Taiguara elaborou um protocolo de atendimento às crianças e adolescentes acolhidas. Essa foi uma importante estratégia que apresentou resultados positivos, haja vista que registramos um número ínfimo de crianças e adolescentes contaminadas, ou seja, duas adolescentes no universo de 40 acolhidas por meta de atendimento (diária), no período de março de 2020 a março de 2021.

O atendimento às crianças e adolescentes é realizado individualmente ou de forma coletiva. No trabalho em grupo damos visibilidade ao Projeto "Taiguara sem papas na língua", oficinas que neste contexto foram utilizadas para informar sobre a pandemia da Covid-19, respeitando as orientações das entidades sanitárias, evidenciando assim, a dimensão pedagógica e socializadora de informações da profissão.

Os atendimentos individualizados vêm acontecendo em locais arejados mantendo o distanciamento necessário, porém, com todo cuidado para a preservação do sigilo e das condições técnicas e éticas do trabalho, respeitando as recomendações da Resolução CFESS nº 493/2006. As visitas domiciliares, inicialmente foram suspensas, e posteriormente passaram a ser realizadas sob avaliação criteriosa, pois esta ação pode colocar em risco a saúde de assistentes sociais e usuários(as), neste cenário atual[3].

Dentro da instituição, a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC) foram valorizados para a preservação de

[3] Ver Termo de Orientação de Vistas Domiciliares (CRESS/RJ, 2017).

todos. E no entorno da unidade foram feitas articulações com a Unidade Básica de Saúde, a Clínica da Família do território, com vistas ao acompanhamento e orientação acerca da utilização correta dos referidos equipamentos, testagem rápida, tanto para crianças e adolescentes, quanto para trabalhadores(as).

Sobre o espaço físico, foi feita uma reorganização dos dormitórios e demais espaços coletivos da central de recepção, como forma de garantir o distanciamento entre as crianças e adolescentes acolhidas . Tudo isso foi exitoso devido aos momentos de trocas de informações com as crianças e adolescentes sobre os cuidados com higiene pessoal, dos objetos e do ambiente, em conjunto com os psicólogos e educadores sociais.

O respeito à vida dos usuários e dos profissionais nortearam o trabalho das equipes institucionais minimizando os impactos da pandemia nesse local. Trata-se de responsabilidade profissional, humanidade e respeito à vida, mesmo com todo ataque neoliberal e conservador feito à população brasileira nos últimos anos. Esperamos superar e vencer esse capítulo trágico de nossa história.

Considerações finais

Diante da breve análise apresentada, podemos concluir que os desafios enfrentados são inúmeros e que os estudos sobre essa temática não encerram neste artigo. É fundamental que os(as) assistentes sociais estejam atentas e fortes, na perspectiva do fortalecimento da Política de Assistência Social enquanto política pública e, ainda, na defesa da profissão, do nosso Projeto Ético-Político profissional e das bandeiras de lutas do Conjunto CFESS/CRESS[4].

É primordial registrar, também, a necessidade dos(as) assistentes sociais identificarem que os princípios e as diretrizes da política pública, bem como manuais e protocolos, não são as competências e atribuições privativas da profissão, muito menos os princípios fundamentais do Código de Ética profissional em vigor. Esse fato ratifica ainda mais, a necessidade da capacitação continuada sobre as legislações e a defesa da profissão, bem como, a inserção em atividades e ações do Programa de Educação Permanente (PEP).

[4] As "Bandeiras de Luta" do Conjunto CFESS-CRESS constituem um documento importante para pautar o exercício profissional da categoria de assistentes sociais. Aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS e lançado em 2015, a publicação condensa a pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto CFESS/CRESS. Em 2018, os/as delegados/as do 47º Encontro Nacional, realizado em Porto Alegre (RS), aprovaram uma versão atualizada desse documento. Disponível em: http://www.cfess.oorg.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas-2019.pdf Acesso em: 30 abr. 2021.

Por fim, destacamos a relevância da luta dos(as) trabalhadores(as) neste contexto, pois é tempo de resistir. Sabemos que existe uma incidência governamental reacionária de desregulamentação das profissões e enfraquecimento forte das organizações sindicais. Por isso, é fundamental que as assistentes sociais debatam as pautas políticas e encontrem espaços coletivos que possibilitem ações necessárias de proteção à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus*: o trabalho sob fogo cruzado. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine R. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. *SER Social*, [*S.l.*], v. 18, n. 38, p. 13-29, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265. Acesso em: 30 abr. 2021.

BOTÃO, Márcia; NUNES, Nilza Rogéria. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 250-258. Disponível em: https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão*. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. *Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social* (*PNAS*). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e publicada no Diário Oficial da União — DOU no dia 28 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social*. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Nota de Orientação sobre o Exercício Profissional durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)*. Brasília: CFESS, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Orientações sobre o exercício profissional diante da pandemia do Coronavírus (Covid-19)*, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1679. Acesso em: 30 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social*. Brasília: CFESS, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) — 7ª REGIÃO. *Nota de orientação às/aos assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CRESS, 2020.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) — 7ª REGIÃO. *Termo de Orientação de Visitas Domiciliares*. Rio de Janeiro: CRESS, 2017.

FÓRUM ESTADUAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (FETSUAS). *Nota do FETSUAS sobre o trabalho na Política de Assistência Social e a pandemia da COVID-19*, 2020.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

RANGEL, Luciane Barbosa do Amaral; COSTA, Michele Pontes da. O Trabalho da Assistente Social na Política de Assistência Social: um olhar crítico através dos dados das visitas programadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do Conselho Regional de Serviço Social/7ª Região — CRESS/RJ. *Anais*... 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Brasília, CFESS, 2019.

ESTRATÉGIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA UERJ PARA O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA

ANÁLIA DA SILVA BARBOSA

Introdução

A Covid-19 foi declarada como uma emergência de saúde pública de interesse internacional, em 30 de janeiro de 2020, pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir deste marco, desde 13 de março de 2020 o Centro de Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAPS Uerj) vem implementando formas de garantir o acompanhamento dos pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, inscritos nesse serviço.

Nessa conjuntura, destaca-se em particularidade os grupos "vulnerabilizados", que conforme aponta Judith Butler (2020), a dimensão mais irrecusável da vida em sociedade é a nossa própria interdependência e vulnerabilidade diante dos outros e daqueles com quem coabitamos o mundo. Destacamos que há uma compreensão de que quanto mais precária as condições de vida dos sujeitos, mais expostos estão aos riscos de contaminação. Assim sendo, afirmamos que pessoas com transtornos mentais anteriores à pandemia estão inseridas no grupo com possibilidade de agravamento do seu quadro, efeito de uma gama de estressores psicossociais como, ameaças à saúde para si e para os entes queridos, interrupções nas rotinas, separação da família, dificuldades no acesso aos medicamentos, perda de salário e isolamento social (Taylor, 2019).

Logo, as organizações de estratégias psicossociais se fazem urgente, frente ao atual cenário da pandemia, o que acaba por desafiar aos serviços de saúde novas formas de coordenarem suas ações. Nesse percurso um dos serviços desafiados diariamente são

os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que oferecem atendimento às pessoas em sofrimento mental, articulado com vários outros serviços por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Barbosa et al, 2020).

Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo realizar uma breve análise acerca da produção de cuidados em saúde mental, no Centro de Atenção Psicossocial II da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAPS Uerj), durante o período de pandemia da Covid-19.

O CAPS Uerj atualmente possui cerca de 330 pacientes inscritos em acompanhamento contínuo e 70 pacientes em processo de recepção. Compreende a área programática da 2.2 abrangendo 07 bairros da grande Tijuca, que totalizam 371.120 habitantes, segundo dados disponibilizados pelo Censo IBGE 2010. O território adscrito compreende um conjunto de dispositivos da rede pública de saúde que atendem em diferentes níveis de atenção, articulando cerca de 15 serviços de saúde mental que compõe a RAPS.

Abaixo, abordaremos algumas das ações estratégicas que o CAPS Uerj vem desenvolvendo ao longo da pandemia com o objetivo de ampliar as redes de cuidado em saúde mental, assim como, garantir o acesso na direção de um cuidado que privilegie práticas na perspectiva da atenção psicossocial.

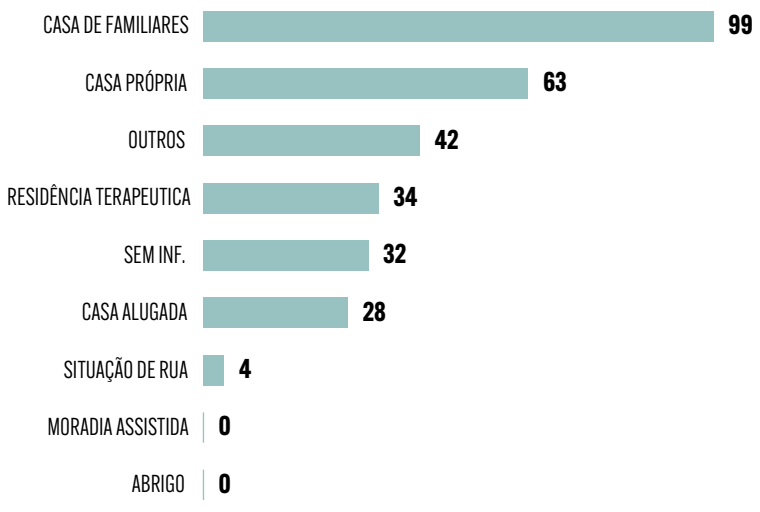
Tecendo redes de cuidado na pandemia

O perfil dos usuários aqui apresentados foi realizado por meio do levantamento dos 302 prontuários de inscritos no CAPS Uerj até julho de 2020, realizado por um grupo de residentes multiprofissionais da Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental da Uerj. Alguns dados identificados auxiliaram a pensar estratégias que seriam direcionadas para o cuidado dos usuários e familiares, acompanhados pelo serviço no período de pandemia. Vale destacar que muitos prontuários não apresentavam as informações que elencamos como prioridade na coleta, o que dificultou um levantamento fidedigno da realidade dos usuários assistidos pelo serviço

O atual perfil dos usuários do CAPS Uerj no que tange gênero, é composto por 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino, tendo a maioria, se auto declarado branco seguido de pardo e negro.

No que tange as condições socioeconômicas, iniciamos pela condição de moradia conforme apresentada a seguir.

GRÁFICO 1
CONDIÇÃO DE MORADIA



FONTE: PRONTUÁRIOS CAPS UERJ

Nesse aspecto de moradia, a maioria dos usuários reside na casa de familiares, o que nos leva a reflexão quanto a existência de uma rede de suporte para esses usuários, contudo, morar com familiares não significa necessariamente ter uma rede de apoio. Logo, essa trama de relacionamentos muitas vezes, vai além dos contatos pessoais mais próximos, formando uma rede social expandida, que melhora as possibilidades de inserção social.

Castel (1999) define como sociabilidade primária o sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Nesse sentido, a família e a comunidade tendem a funcionar como um sistema autorregulado, que recompõe um equilíbrio, utilizando seus próprios recursos.

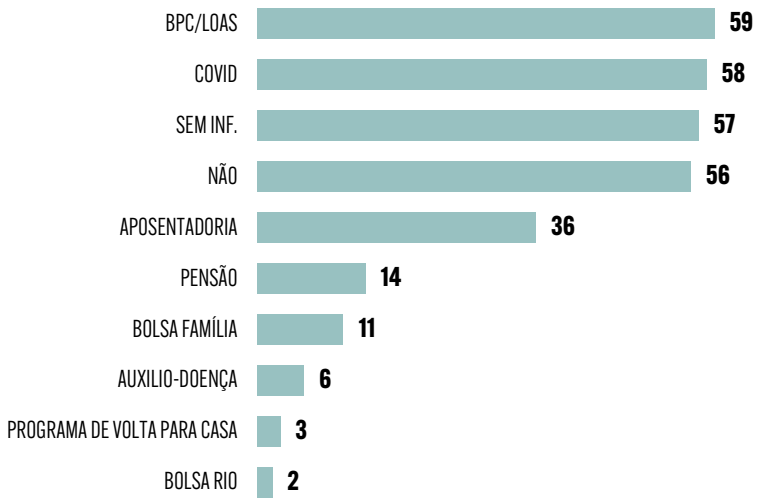
Seguindo esse caminho, neste período da pandemia foi fortalecido um grupo de *WhatsApp* composto pelos familiares dos pacientes do CAPS Uerj e duas profissionais facilitadoras, o que possibilita uma maior integração entre os membros do grupo e um suporte de pares, em que os mesmos podem se colocar, trocar experiências e formas que encontraram para lidar com os usuários frente ao isolamento social.

Temos visto o quanto esse grupo tem dado contorno para situações vivenciadas cotidianamente, visto que muitos deles não tinham até então se deparado com um cenário em que teriam que ficar 24h em contato com seus familiares com sofrimento psíquico, sem poderem ter outros espaços para compartilhamento desse cuidado. Observa-se que o princípio chave do suporte de pares, possibilita o estabelecimento de uma relação empática, baseada no compartilhamento de experiências e na mutualidade (Dahl et al, 2017).

Essas ações ficam muito claras quando os familiares no grupo falam sobre o enfrentamento e as atividades que desenvolvem em casa com os usuários em sofrimento; quando buscam estratégias coletivas de acionarem o CAPS Uerj; quando conseguem trocar entre si questões e debates relacionados à vacinação e seus medos; quando trazem suas expectativas, angustias, ansiedades e coletivamente encontram recursos para lidar com essas questões; e por fim, quando estabelecem uma rede de afetos e suporte.

Ao olharmos para esse cenário é importante pensarmos as condições de autossustento dos nossos usuários, ainda mais no atual período de pandemia em que se promovem desdobramentos econômicos, acirrando as condições de vulnerabilidade e risco social.

GRÁFICO 2
BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL



FONTE: PRONTUÁRIOS CAPS UERJ

No que tange os benefícios socioassistenciais e a função que esses possuem no auxílio da inserção desses indivíduos no contexto social, podemos notar que a maioria recebe benefícios vinculados a sua incapacidade de serem inseridos em atividades laborativas (Benefício da Prestação Continuada, aposentadoria, auxílio doença). Contudo, destacamos que 58 usuários se beneficiaram durante certo período da pandemia da Covid-19, do benefício disponibilizado pelo Governo Federal no valor de R$ 600,0 para pessoas com trabalhos informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), chamado como auxilio emergencial.

Logo, com o fim desse auxílio no valor destacado, essas pessoas encontram-se novamente sem renda, e sem a possibilidade de retorno a uma atividade laborativa, não somente pelo que corresponde a suas questões psíquicas, mas também pelo atual cenário pandêmico que persiste. Uma vez que no CAPS Uerj, apenas 38 pessoas no prontuário declararam ter emprego e desses, 29 declaram que seus trabalhos são informais.

Na prática, significa que, para a economia continuar funcionando, seriam expostas ao risco de contágio pelo vírus as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica decorrente das condições precárias de vida às quais foram submetidas. A precariedade, nesse sentido, designa:

> [...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicos mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas a danos, à violência e à morte. [...] é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas (Butler, 2018, p. 40-41).

Engana-se quem considera que a pandemia é um fenômeno exclusivo de ordem biológica. Ela é também política. A precariedade é distribuída desigualmente, o que acarreta num conjunto de iniquidades e desequilíbrios, tornando algumas vidas mais vulneráveis que outras. Somos todos precários, mas alguns estão em condições mais precárias que outros, e dizer o contrário seria uma imensa irresponsabilidade (Silva; Barbosa, 2020).

Nesse sentido, frente ao cenário atual, foi articulado em conjunto com organizações da sociedade civil (ONG's), doações de cestas básicas para os usuários em condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade. As cestas são doadas mensalmente, de acordo com o levantamento da equipe daqueles pacientes que mais necessitam no período do mês vigente, visto que a vida é dinâmica e não necessariamente são os mesmos pacientes que se beneficiam a cada mês, uma vez que há mudanças no que tange a perda de algum auxílio, o desemprego do próprio ou de algum familiar, estabelecimento de outras redes de apoio e suporte, doações em outros espaços e etc.

Além disso, também foi possível realizar um levantamento importante daqueles pacientes que não estavam sendo acompanhados pelos serviços da política de Assistência Social e possuem perfil para serem inseridos em programas sociais. O estudo de Pande e Amarante (2011) nos faz refletir que por muita das vezes em nome de um cuidado e assoberbados pelo cotidiano acabamos (re) produzindo lógicas institucionalizantes que não promovem um cuidado ampliado e sem articulação com as demais políticas públicas, caindo no discurso de que "daremos conta de tudo", nos esquecendo que a lógica da atenção psicossocial é exatamente não dar conta de tudo em uma única instituição e cuidando dos muros para fora, na vida

Logo, apesar do cenário catastrófico da pandemia, podemos perceber que é diante de um panorama completamente novo e desafiador que se pode pensar em novas ações e estratégias que potencializem o cuidado em rede além de promover práticas desinstitucionalizantes.

É associado a esse conceito da precariedade que na atual conjuntura pandêmica foi determinado os grupos de risco, e dentre esses pacientes com maiores comorbidades, estava incluso doenças clínicas crônicas, como diabetes, tuberculose, HIV, entre outras o que acarreta maior possibilidade de agravamento do quadro caso seja contaminado pela Covid-19.

TABELA 1

DOENÇAS CLÍNICAS CRÔNICAS DOS PACIENTES DO CAPS UERJ

DOENÇA	SIM	NÃO	SEM INFORMAÇÃO
DIABETES	9	71	222
HIV	2	71	229
TUBERCULOSE	2	74	226

FONTE: PRONTUÁRIOS CAPS UERJ

Ao olharmos para esses dados, nos causou incomodo saber que cerca de dois terços dos prontuários não possuíam informações acerca de doenças clínicas crônicas dos pacientes, mantendo-se muitas vezes o olhar apenas para as questões psíquicas apresentadas, desconsiderando demais fatores, reforçando um olhar biomédico, uma vez que as demais doenças crônicas também são fatores que interferem na vida desses sujeitos e em suas exposições às situações de risco e precariedade das suas relações.

Mendes Gonçalves (1994) nos apontam que em momentos de maior conflito o modelo biomédico se impõe, seja pelo limite de desenvolver práticas intersetoriais, seja pelos "modos de operar" as práticas historicamente conformadas. A consequência desse processo é a adesão a práticas que reforçam a medicalização social, a tutela, por parte dos trabalhadores de uma postura de autoridade perante os usuários. A saída desse processo, a nosso ver, passa, necessariamente, pela coletivização dos problemas da assistência com a participação dos usuários, familiares e trabalhadores.

Mais uma das estratégias desenvolvida pelo CAPS Uerj nesse período, que é fruto já de ações que vinham sendo fortalecidas na pré-pandemia, é a aproximação das Unidades Básicas de Saúde por meio de pequenas equipes divididas por Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde, em que se permitiu discussão dos casos de forma mais rápida e com tentativas de se articular um cuidado compartilhado. O grande desafio desse período tem sido garantir esses espaços de cuidado no CAPS e no território, objetivando evitar às crises e agravamento dos quadros psíquicos.

Dessa maneira, identificar as necessidades em saúde da população que vive em um dado território, assim como dentro de um serviço, só constitui medida eficiente quando se consegue articular as demandas particulares com a totalidade social. Do contrário, a intervenção — seja ela voltada a indivíduos, famílias ou comunidades — incorre no risco à adaptação social. Sendo assim priorizou-se nesse momento a articulação com as Unidades Básicas de Saúde como possibilidade de promover o cuidado de base territorial, fundamental na construção das relações sociais, entendido como um espaço que valoriza a articulação entre os atores e processos sociais em permanente construção, produto de uma dinâmica social, enfatizando o território como instrumento para promoção de saúde e cidadania (Gadelha, 2011).

Considerações finais

O presente artigo é uma tentativa de sistematizar algumas das ações realizadas nesse período de pandemia pelo CAPS Uerj, objetivando qualificar discussões importantes acerca dos obstáculos e desafios para a inserção social dos sujeitos com transtorno mental grave e persistente. Problematizamos ao longo do texto, que mesmo em um período de isolamento social o processo inclusivo só se inicia fora dos seus espaços e que determinadas questões e ações que promovam um cuidado em rede só podem ser superadas uma vez que deixarem de ser realizadas exclusivamente dentro do CAPS.

Para esse debate se fez necessário pensar e desenvolver ações no sentido de territorializar. O que significa se aproximar de serviços com diferentes finalidades para auxiliar a reinserção social, e ao articular a concepção de rede ao da integralidade do cuidado, evidencia-se que a clínica da saúde mental se integra a um conjunto amplo de ações, que incluem a Atenção Básica, equipe de referência, equidade, intersetorialidade e a participação da comunidade.

Nesse breve percurso identificamos que apesar dos avanços desenvolvidos pelo CAPS Uerj nesse período, ainda há muito a aperfeiçoar no processo de inclusão social dos sujeitos em sofrimento psíquico, assim como, no desenvolvimento de ações intersetoriais, inventivas e criativas que envolvam esses sujeitos e seus familiares quanto protagonistas do cuidado tendo os serviços como suporte a partir de uma articulação, integração e efetivação da RAPS.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anália da Silva; NASCIMENTO, Clara V.; DIAS, Lucas B. S.; ESPÍRITO SANTO, Tiago B. do; CHAVES, Renata da C. S.; FERNANDES, Tatiana C. Processo de trabalho e cuidado em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial da Uerj na pandemia de COVID-19. *BJHBS - Brazilian Journal of Health and Biomedical Sciences*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/bjhbs/article/view/53527. Acesso em: 16 abr. 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. O capitalismo tem seus limites. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 20/03/2020. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/. Acesso em: 16 abr. 2021.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAHL, Catarina Magalhães; SOUZA, Flávia Mitkiewicz de; SUSSER, Ezra; LOVISI, Giovanni Marcos; CAVALCANTI, Maria Tavares. Suporte interpares no contexto de uma pesquisa clínica: Dificuldades, facilitadores e experiências significativas no processo de trabalho. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, [*S. l.*], v. 9, n. 21, p. 179-198, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69544. Acesso em: 16 abr. 2021.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 3003-3016, jun. 2011.

MENDES GONÇALVES, Ricardo B. *Tecnologia e organização social das práticas de saúde*: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de Centros de Saúde de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

PANDE, Mariana; AMARANTE, Paulo. Desafios para os Centros de Atenção Psicossocial como serviços substitutivos: a nova cronicidade em questão. *Ciência Saúde & Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 2067-2076, 2011.

SILVA, Ana Paula Procópio da; BARBOSA, Anália da Silva. O cuidado em saúde mental no cenário de pandemia da COVID-19: a experiência (re)organização do CAPS Uerj. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). *Para além da quarentena*: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

TAYLOR, Steven. *The Psychology of Pandemics*: Preparingfor the Next Global Outbreak of Infectious Disease. Cambridge Scholars Publishing This book first published, 2019.

ALINE LOURENÇO

Assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Assistente Social da Pequena Cruzada/Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

ANA CAROLINE GIMENES MACHADO

Assistente Social. Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

ANA LOLE

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

ANÁLIA DA SILVA BARBOSA

Assistente social, coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAPS Uerj), doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/Uerj).

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

Assistente social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Pós-doutora no Núcleo de Estudos em Gênero PAGU (UNICAMP). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Coordenadora do Núcleo de Estudos Família e Gênero da FSS/Uerj. Professora do PPGSS/Uerj.

CRISTIANE MOURA VIEGAS
Assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

INEZ STAMPA
Assistente social e socióloga. Doutora em Serviço Social. Professora associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio). Coordenadora adjunta da área de Serviço Social da Capes (2018-2021). Bolsista produtividade em pesquisa CNPq.

LUCIANE AMARAL
Assistente social da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conselheira do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS/7ª Região). Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

MÁRCIA BOTÃO
Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), docente do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) dos cursos de graduação e pós-graduação. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
Assistente Social, mestre e doutor em Serviço Social e pós-doutor em Políticas Sociais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade do CNPq.

MARIA HELENA DE JESUS BERNARDO

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Assistente social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI - HUPE/Uerj) e docente da Faculdade de Serviço Social/Uerj. Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso (NAI) e coordenadora do curso de especialização em Serviço Social e Saúde — FSS/Uerj (2020-2021).

NILZA ROGÉRIA NUNES

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Gênero (NEGAS).

PRISCILA AMBROZIO GONÇALVES

Assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Assistente Social do Colégio Nossa Senhora do Carmo/Teresópolis-RJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

RICARDO ANTUNES

Professor Titular de Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Organizador de *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0* (Boitempo, 2020) e autor de *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado* (Boitempo, Ebook, 2020), *O Privilégio da Servidão* (Boitempo, 2020, ed. revista e atualizada), *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, também publicado nos EUA, Inglaterra/Holanda, Itália, Portugal, Índia e Argentina), *Adeus ao Trabalho?* (Cortez, também publicado na Itália, Espanha, Argentina, Venezuela e Colômbia) e *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (vol. IV, Boitempo, 2019).

TANIA DE OLIVEIRA

Graduada em Serviço Social e Comunicação Social. Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e MBA Inovação na Gestão Pública (Uerj). Assistente social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI - HUPE/Uerj). Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso (NAI).

VALÉRIA PEREIRA BASTOS
Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES/PUC-Rio).

VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA
Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas e Intersetorialidade (IFF-Fiocruz). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS/UFF).



São as editoras independentes que garantem
que títulos como esse cheguem até você.
Ajude a **mórula** a continuar esse trabalho.
Adquira nossos livros:

www.morula.com.br

mórula
EDITORIAL